

**Atlas do perfil habitacional de Moçambique (1997 a 2007),
Uma abordagem do SIG**

Por

Filipe Jorge Laranjeira Langa

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do
grau de

Mestre em Estatística gestão de informação

Pelo

Instituto Superior de Estatística e Gestão de informação

Da

Universidade Nova de Lisboa

Atlas do perfil habitacional de Moçambique (1997 a 2007),

Uma abordagem do SIG

Por

Filipe Jorge Laranjeira Langa

Trabalho de Projecto orientado por Professor Doutor Marco Octávio

Trindade Painho.

Co-orientado por

Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Junho 2010

Agradecimentos

Em memória ao meu pai...

Pela busca permanente do conhecimento

Aos meus Pais, filhos, esposa a quem dedico esta dissertação, a minha família em geral, pelo amparo, paciência, amor e acima de tudo aquele apoio incondicional que sempre transmitiram.

O meu profundo agradecimento vai para os Professores Doutores Marco Painho e Teresa Rodrigues, por terem aceitado orientar a elaboração desta dissertação, bem como pela forma inesquecível e profissional o fizeram, contribuindo assim para o sucesso e enriquecimento do trabalho final.

Um agradecimento especial vai ao INE de Moçambique por me ter concedido esta oportunidade, a toda equipe do ISEGI pela atenção cedida ao longo destes dois anos na realização deste sonho.

Finalmente, mais de certo o agradecimento mais importante aos meus amigos e colegas: Basse, Wannes Debusschere, João Silvestre, Armando Tsandzana, Fernando Manjate, Zé Carlos, Jesus Cosme, Ndondiana, João Jhequer, Alice Chiponde, Marta Chaquisse, Júlio Fagema pelo apoio incondicional, incentivo, sem o qual juro esta difícil jornada não teria sido possível.

A ti...

Resumo

Não existia até agora em Moçambique uma obra dedicada à caracterização da habitação e das condições de habitabilidade, usando dados até ao nível do distrito, nas diferentes vertentes e aplicando um instrumento tão importante como o Sistema de Informação Geográfica.

Os problemas sociais nos países em vias de desenvolvimento têm sofrido um aumento significativo decorrente de vários factores, sendo um deles a falta de uma habitação condigna. A habitação é uma das necessidades básicas que todo o ser humano procura satisfazer; na maioria das sociedades é considerada como uma necessidade social elementar.

O objectivo deste trabalho é de analisar o perfil habitacional em Moçambique no período 1997-2007. Os dados foram obtidos a partir dos dois últimos censos populacionais, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística em 1997 e 2007. Fez-se um procedimento estatístico quantitativo descritivo. Foram apenas seleccionadas para estudo as habitações particulares. Os resultados são apresentados de forma descritiva e em mapas, usando o Sistema de Informação Geográfica.

Verificámos que a maioria da população de Moçambique vivia em habitações particulares, sendo em grande parte palhotas (69,7%). Apenas 1,6% das habitações eram moradias, 0,7% eram apartamentos e 0,5% eram habitações precárias. Relativamente ao regime de propriedade, a maior parte das pessoas vive em habitações próprias (92,3%), 3,6% vive em habitações alugadas e 2,8% em habitações cedidas. Os materiais de construção predominantes nas paredes, pavimento e tecto correspondem na sua maioria, aos materiais geralmente utilizadas na construção de palhotas e habitações informais, ou seja, 34,6% das habitações têm paredes de paus maticados, 32% paredes de

blocos de adobe, 18,3% de caniço/paus, 12,3% de cimento, 4,9% de blocos de tijolos, e 0,9% em madeira. Relativamente à cobertura do tecto das habitações particulares, a maioria delas era em capim (76%), 24% em chapas de zinco e 1,5% em cimento. Em relação ao tipo de pavimento verificou-se que 23,3% eram em adobe; 1,1% eram em parquet e 0,9% em terra batida. Somente 9,9% das habitações particulares possuíam electricidade; apenas 2,7% das habitações tinham água canalizada; 11,2% usavam água de fontenárias; 23,4% consumiam água do lago e a maior parte consumia água do poço (64%).

Ainda no tocante aos serviços básicos e de saneamento, a maior parte da população moçambicana vivia em habitações particulares com retretes sem autoclismo, correspondendo a 6,6%, seguida das que viviam em habitações que só têm latrina (5,9%); e uma minoria vivia em habitações particulares com retrete com autoclismo (3,2%).

Em Moçambique o número de habitações tem vindo a aumentar, acompanhando a dinâmica de crescimento demográfico. No entanto, ao nível de condições habitacionais as mudanças têm sido lentas. A palhota continua a ser a forma tradicional de habitação rural predominante. Os materiais de construção são ainda precários e o acesso aos serviços básicos (água e electricidade) limitado.

Este trabalho permitiu pela primeira vez caracterizar a habitação em Moçambique até ao nível do distrito. Deixamos duas sugestões de trabalhos futuros: 1) a produção de mapas similares aos que realizamos com enfoque em cada província e distritos; 2) a utilização da informação divulgada no apoio às políticas sobre habitação e à rápida melhoria das condições de habitabilidade da população moçambicana, sobretudo nas zonas mais rurais.

Palavras-chave: Censos, Sistema de Informação Geográfica, Cartografia, Habitação, perfil sócio habitacional.

Siglas ou abreviaturas

- APIE Administração do parque imobiliário do Estado
- DINAGECA Direcção Nacional de Geografia e cadastro
- EMOSE Empresa Moçambicana de Seguros
- IBGE Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
- INE Instituto Nacional de Estatística
- MOPH/DNH Ministério das Obras Públicas e Habitação
- ONG Organização Não Governamental
- ONU Organização das Nações unidas
- RGPH Recenseamento geral da população e habitação
- SADC Southern African Development Community
- SEN Sistema Estatístico Nacional
- SIG Sistema de informação geográfica

Índice Global

Agradecimento	III
Resumo	IV
Siglas ou abreviaturas	VI
Índice geral	VIII

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento	1
2. Objectivos gerais	3
3. Objectivos específicos	3
4. Metodologia	4
5. Organização da Tese	4

Capítulo 2

2. Breve historial dos censos	5
2.1 Importância dos censos	7

2.2 Os censos da população realizados em Moçambique	8
2.2.1 Censos da população realizados em Moçambique antes da independência	8
2.2.2 Censo da população não indígena da colónia de Moçambique realizado em 1928	8
2.2.3 Censo da população não indígena da colónia de Moçambique 1935	8
2.2.4 Censo da população indígena e não indígena da colónia de Moçambique 1940	9
2.2.5 Censo da população civilizada e não civilizada da colónia de Moçambique 1950	10
2.2.6 Censo da população civilizada da colónia de Moçambique 1955	10
2.2.7 Censo da população na província de Moçambique 1960	11
2.2.8 Censo da população na Província de Moçambique, 1970	12
2.2.9 Censo da população na província de Moçambique	12
2.3 Censo da população realizados em Moçambique após a independência	13
2.3.1 Censo geral da população, 1980	14
2.3.2 Censo geral da população e habitação, 1997	15
2.3.3 Censo geral da população e habitação, 2007	19
3. Sistema de informação geográfica (SIG)	20
3.1 Definições generalizadas	20

4. Cartografia	24
5. A relação entre o Censo e o SIG	27
6. Habitação	28
6.1 O conceito e a História da Habitação	29
6.1.2 Habitação nos países desenvolvidos	30
6.1.3 Habitação nos países em vias de desenvolvimento	31
7. Importância da Habitação	31
8. Habitação em Moçambique	31
8.1 História da Habitação em Moçambique	32
8.2 Principais resultados da 1ª reunião Nacional de 1979	37
9. Política da Habitação em Moçambique	38
9.1 Objectivo geral	39
9.2 Objectivos específicos	39
9.3 Estratégia de implementação	40

Capítulo 3

3. Principais conceitos utilizados no Atlas	41
3.1. Guia de leitura do Atlas	50

Capítulo 4

4. Atlas de habitação de Moçambique	64
4.1 Índice do atlas	65
4.1.1 Aspectos físico-geográfico gerais	66
4.1.2 Moçambique no Mundo	66
4.1.3 Países da comunidade para o desenvolvimento da África austral (SADC)	66
4.1.4 Dinâmicas demográficas	67
4.1.5 Evolução da população de Moçambique (1980-1977-2007)	68
4.1.6 Taxa de variação da população (80-97) (97-07)	68
4.2 Habitação	69
4.2.1 Distribuição das habitações particulares por províncias e por distritos no período (1997-2007)	130

Capítulo 5

5. Resultados e discussão

5.1 Relativamente à população 131

5.2 Relativamente à habitação 134

5.3 Resultado/conclusão 135

6. Recomendações 136

7. Bibliografia 141

CAPÍTULO I

1. Enquadramento

Moçambique é um país que ao longo dos últimos cinquenta anos vem experimentando rápidas mudanças políticas e económicas, bem como demográficas. Possui hoje mais de 20 milhões de habitantes distribuídos por 11 províncias, das quais Nampula e Zambézia são as mais populosas. Deste total de habitantes, 70,2% "vive" nas zonas rurais e "somente" 29,8% nas zonas urbanas.

A pobreza em Moçambique, traduzida em inúmeros problemas sociais, tem sofrido um aumento significativo decorrente de vários factores, sendo um deles a falta de habitação condigna no seio da população, particularmente entre os grupos economicamente activos.

A Constituição da República de Moçambique preconiza que "o direito à habitação é um direito constitucional de todos os cidadãos, é dever do Estado criar condições institucionais, normativas, infra-estruturas, fomentar, e apoiar as iniciativas locais, estimular a construção privada e cooperativa com vista a garantir ao cidadão o acesso à casa própria"¹

Em Moçambique a falta da habitação pode ser explicada, entre várias possíveis causas e consequências, pelo estado de subdesenvolvimento sócio económico, sendo certo que a maior parte da população habita em

¹ Todavia, neste momento, a política e a estratégia de habitação encontram-se em debate a nível da sociedade Moçambicana

residências que se encontram em lugares isolados, desprovidos de infra-estruturas, de serviços básicos, sobretudo água tratada, pavimentação, esgotos, cobertura, electricidade, entre outros.

De salientar que a marginalização de muitos bairros, nomeadamente urbanos, foi acrescida pelo intenso fluxo de pessoas que migraram do campo para a cidade. Por um lado por causa das guerras e, por outro, na procura de melhores condições de vida num processo denominado êxodo rural. Com este fenómeno, as cidades não conseguiram absorver o contingente de pessoas, assim como o mercado de trabalho não ofereceu colocação para todos, resultando em sobrelotação das habitações e aumento das taxas de delinquência e criminalidade.

A falta de habitação condigna, associada à falta de uma política e estratégia de habitação em Moçambique, são as razões fundamentais que justificam a realização da presente dissertação, que tem como objectivo contribuir para criar informação de suporte às políticas de habitação. Trata-se de um tema que se encontra neste momento em debate a nível nacional e, consequentemente, se insere na concretização dos objectivos preconizados no Plano Quinquenal do Governo 2010-2014.

Entendemos que o presente trabalho de investigação, ao cobrir a questão da habitação em Moçambique com base nas informações estatísticas mais recentes e descendo ao nível de distritos, aliada a dados georreferenciados, pode servir de base na reflexão e tomada de decisões acertadas no futuro em Moçambique no que diz respeito a matéria de habitação, tanto para o governo, como para o sector privado, a classe empresarial que se dedica a área de construção e habitação e o próprio cidadão.

2. Objectivo geral

De acordo com o que referimos atrás, a presente dissertação tem por objectivo principal analisar o perfil habitacional em Moçambique no período 1997-2007.

3. Objectivos específicos

- Recolher e compilar os dados 1997-2007 nas províncias e respectivos distritos, referentes a população e habitação, no que respeita a: tipo de habitação, regime de propriedade, tipo de cobertura, tipo de paredes, tipo de pavimento, tipo de saneamento, principal fonte de água, energia eléctrica e por último quanto ao número de divisões para dormir;
- Descrever e comparar os dados;
- Analisar e interpretar os dados na dinâmica do comportamento habitacional em Moçambique;
- Produzir um álbum digital (Atlas) do perfil habitacional de Moçambique
- Testar a operacionalidade prática do Atlas
- Elaborar um Atlas que apresente o perfil habitacional em Moçambique no período 1997-2007, na expectativa de que este documento possa servir como instrumento para enriquecer a política e estratégia da habitação que actualmente está sendo debatida em Moçambique, e, consequentemente, contribuir para o cumprimento do Plano Quinquenal do Governo no horizonte 2010-2014.

4. Metodologia

Para a concretização dos objectivos acima citados foi utilizado o método de pesquisa que se emprega para um estudo de caso. Ou seja, um tipo de pesquisa quantitativa, descritiva, documental e com um modelo de análise estatística. Foram usados os dados dos últimos dois censos populacionais realizados em Moçambique pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 1997 e em 2007. Foram recolhidos os dados referentes a todas as províncias e respectivos distritos. A análise de dados foi feita através do programa ArcGis 9, versão 9.3.1. Foram obtidos os mapas e calculados os desvios padrões de todas as variáveis. Os resultados são apresentados de forma descritiva, em tabelas e em mapas recorrendo ao sistema de informação geográfica (SIG).

Organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em 4 capítulos:

- Capítulo I: Contém as notas introdutórias, onde é apresentado o problema do estudo, os objectivos, a metodologia e a organização da tese.
- Capítulo II: Divide-se em várias partes. Em primeiro lugar faz-se uma abordagem da problemática da habitação, o seu enquadramento no contexto histórico nos países desenvolvidos, nos países subdesenvolvidos e finalmente em Moçambique.
- Capítulo III: São apresentados os principais conceitos usados no Atlas de Habitação em Moçambique.
- Capítulo IV: São apresentados e discutidos os resultados obtidos, as conclusões e feitas algumas recomendações de actuação futura.

CAPÍTULO II

1. Breve historial dos censos

Segundo o IBGE (s.d), a palavra Censo deriva do Latim “census”, que significa “conjunto de dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação etc.”

O Censo é uma iniciativa que remonta à Antiguidade. Dados históricos revelam que o censo mais antigo foi feito na China em 2238 A.C., o imperador Yao mandou realizar um censo da população e das lavouras cultivadas (IBGE, s.d).

A Oriente, os censos mais antigos são os hebraicos e o censo de Israel no tempo de Moisés (cerca de 1700 A.C.). Os egípcios realizaram censos anualmente no século XVI A.C. Os romanos e os gregos já realizavam censos por volta do século VIII a IV A.C. Os romanos fizeram 72 censos entre 555 A.C. e 72 D.C. Em 578-534 A.C., o imperador Servio Túlio mandou realizar um censo de população e riqueza que serviu para estabelecer o recrutamento para o exército, para o exercício dos direitos políticos e para o pagamento de impostos. Segundo o IBGE (s.d), naquela época, o objectivo mais importante do Censo era saber o número de pessoas disponíveis para fazer a guerra e cobrar impostos; geralmente a punição para quem não respondia era a morte.

Na Idade Média, na Europa, houve diversos recenseamentos: na Península Ibérica durante a dominação muçulmana nos séculos VII a XV; no reinado de Carlos Magno (712-814); e ainda o *Domesday Book*, que é o

maior registo estatístico, sendo efectuado em Inglaterra, por ordem de Guilherme, o Conquistador. Também foram feitos recenseamentos nas repúblicas italianas do século XII ao XIII (IBGE, s.d).

Nas Américas, muito antes de Cristóvão Colombo, os Incas já mantinham um registo numérico de dados de população em “quipus”, um engenhoso sistema de cordas com nós que representavam números no sistema decimal, (IBGE, s.d). Mais tarde, o Rei espanhol Felipe II enviou índios americanos ao que hoje é conhecido como México, com uma lista de 100 perguntas. Os índios não falavam espanhol, por isso as respostas foram gravadas em figuras e feitos mapas, assim como apresentavam ruas de mão única com pegadas.

Nos Estados Unidos desde 1790 existem censos, realizados a cada 10 anos, que cumprem o exigido pela Constituição Americana. A partir de 1890 a tecnologia começou a fazer parte dos censos; o Census Bureau desenvolveu uma máquina eléctrica que podia somar as respostas depois que os funcionários fizessem furos nos locais definidos para cada uma. Os cartões eram colocados na máquina que por sua vez, somava os resultados, tinha as suas limitações já era considerada uma grande conquista para aquela época (IBGE, s.d).

Em África o primeiro censo foi realizado em Moçambique em 1928. Só na década de 40 foram realizados censos no Botswana, África do Sul, Suazilândia e na Tunísia (U.S. Census Bureau, 2010).

2.1. A importância dos censos

A participação nos censos é de interesse geral, uma vez que as informações obtidas são usadas para definir que comunidades, escolas, hospitais e estradas precisam de recursos financeiros. A partir dos dados dos censos um país pode:

- Distribuir equitativamente as verbas para programas e serviços comunitários em sectores diversos (educação, desenvolvimento de moradias e da comunidade, assistência médica para todos e capacitação profissional);
- Planificar melhor a distribuição de verbas para a construção de escolas, bibliotecas e outros edifícios públicos, sistemas de segurança nas estradas e transporte público, novas vias e pontes e outros projectos;
- Para desenvolver programas sociais, como projectos comunitários, como furos de água, refeitórios para a terceira idade e creches;
- As empresas usam estes dados para decidir onde instalar fábricas, centros comerciais, salas de cinemas, bancos e escritórios, actividades que geram novos empregos;
- Politicamente, os governos usam os números divulgados pelo censo para determinar o número de deputados, nas assembleias legislativas.

2.2 Censos da população realizados em Moçambique

Segundo o INE (1999), Moçambique apresenta uma história apreciável em termos de realização de censos comparativamente a alguns países africanos, particularmente os da região austral. Na época colonial foram realizados no período 1920 a 1970 um total de 8 recenseamentos. Após a independência no período 1975 a 2010 foram realizados 3 recenseamentos.

2.2.1 Censos da população realizados em Moçambique antes da independência

2.2.1.1 Censo da população não indígena da colónia de Moçambique (realizado em 1928)

Neste ano, houve dois recenseamentos, sendo um dos territórios sob a administração do Estado compreendendo: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique realizado em 3 de Maio de 1928 e outro dos territórios sob a administração de companhias privilegiadas compreendendo: Manica e Sofala, Cabo Delgado e Niassa realizado em 31 de Dezembro de 1928.

2.2.1.2 Censo da população não indígena da colónia de Moçambique 1935

Não existe informação disponível deste Censo.

2.2.1.3 Censo da população indígena e não indígena da colónia de Moçambique 1940

Neste período há dois aspectos importantes a ressaltar:

1. Nos termos da legislação especial de Moçambique, os recenseamentos da sua população efectuem-se nos anos terminados em 0 e 5, abrangendo os primeiros, apenas os habitantes que constituem a chamada população não indígena, ou seja a parte civilizada da mesma população, e os segundos o total populacional de Moçambique, isto é, civilizada e não civilizados, ou população não indígena e indígena.
2. Este censo foi também o primeiro em que se desintegraram da população indígena os africanos definidos como civilizados, nos termos do diploma legislativo da Colónia, nº 36 de 1927, publicado em cumprimento do decreto que pôs em vigor o estatuto Político, Civil e

Criminal dos Indígenas - passando a constituir, sob a designação de “africanos” um subgrupo da população não indígena da colónia.

O agrupamento da população segundo as características dos diversos elementos que a compunha, de harmonia com o disposto no diploma legislativo nº 229 de 26 de Abril de 1930, o qual se repartia pelos seguintes grupos:

Europeu – abrangia os indivíduos de raça branca, independentemente do continente e do país de origem;

Amarelos – abrangia apenas os chineses, visto não existirem na Colónia outros indivíduos que sob esta designação pudessem ser agrupados;

Indo-portugueses – compreendiam os indivíduos nascidos na Índia Portuguesa de pais não europeus;

Indo-britânicos – compreendia os indivíduos nascidos na Índia Inglesa de pais não europeus e seus descendentes;

Misto - englobava os indivíduos filhos de pais de raça diferente ou pais de raça mista;

Africanos – abrangia todos os indivíduos de raça negra, (INE, 1999).

2.2.1.4 Censo da população não indígena da colónia de Moçambique 1945

O momento censal considerado foi a meia-noite de 11 para 12 de Junho de 1945, não existe mais informação acerca deste censo, (INE, 1999).

2.2.1.5 Censo da população civilizada e não civilizada da colónia de Moçambique 1950

Segundo o INE (1999), este Censo abrangeu, nos termos daquela portaria, todos os indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que a meia-noite de 20 para 21 de Setembro de 1950 (o momento estatístico foi alargado a parte da população designada por população não civilizada por um período que foi de 16 de Setembro a 30 de Novembro) se achavam presentes no território da Província de Moçambique e ainda os que, tendo nela residência habitual, estavam naquela data temporariamente ausentes.

2.2.1.6 Censo da população civilizada da colónia de Moçambique, 1955

Abrangeu nos termos desta portaria, todos os indivíduos civilizados, de qualquer raça, nacionais ou estrangeiros, que à meia-noite de 14 para 15 de Setembro se achavam presentes no território da Província e ainda os que, tendo nela residência habitual, estavam naquela data temporariamente ausentes, (INE, 1999).

Segundo o INE (1999), foi neste censo que pela primeira vez, foi possível fazer distinção, para os aglomerados populacionais das sedes de concelho ou de circunscrição, entre população urbana e rural. Dada a circunstância, bem conhecida, destes núcleos populacionais serem constituídos, na maior parte dos casos, por edificações sem contiguidade territorial, adoptou-se o critério (com raras excepções, justificadas pela existência de acidentes geográficos) de considerar como área urbana a área delimitada por uma circunferência com 1000 m de raio e

centro em ponto que facilmente pode tomar-se como referência (em regra o edifício da administração do concelho ou circunscrição) e como rural a restante área da sede.

Definiu-se População civilizada como sendo o conjunto de todos os indivíduos das raças branca, amarela, indiana, e mista e ainda os da raça negra que satisfaziam cumulativamente as seguintes condições:

- 1) Falar português;
- 2) Não praticar os usos e costumes próprios do meio indígena;
- 3) Exercer profissão, comércio ou indústria ou possuir bens para a sua subsistência.

População não civilizada - O conjunto de todos os indivíduos de raça negra que não satisfaziam cumulativamente as condições anteriormente referidas, (INE, 1999).

A designação de Colónia passou para Província e a população passou de população indígena e não indígena para população não civilizada e população civilizada (INE, 1999).

2.2.1.7 Censo da população na província de Moçambique, 1960

O recenseamento da população de Moçambique em 1960, obedeceu às normas estabelecidas pela Portaria nº 13968, de 30 de Abril de 1960, abrangeu nos termos desta portaria, todos as pessoas não autóctones e assimilados que passaram a noite de 14 para 15 de Setembro no fogo ou a bordo de embarcação portuguesa ou em quartéis, hospitais ou qualquer outro estabelecimento de internato sito na Província a que este fogo respeitava (INE, 1999).

2.2.1.8 Censo da população na província de Moçambique, 1970

O Recenseamento Geral da População, efectuado no Estado Português de Moçambique, foi realizado por força do artigo nº 46 Decreto nº 46926, de 29 de Março de 1966. Com o Decreto nº 47555, de 23 de Fevereiro de 1967, determinou-se que o censo de Habitação fosse realizado excepcionalmente, na mesma data, concomitantemente, efectuou-se também o primeiro recenseamento habitacional, (INE, 1999).

2.2.2 Censos da população realizados em Moçambique após a independência

Depois da independência, Moçambique realizou três Censos Gerais da População e Habitação: o primeiro foi em 1980, o segundo em 1997 e finalmente o terceiro no ano 2007. Desde 1997 os censos passaram a ser realizados de 10 em 10 anos, sendo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o responsável pela preparação, execução, apuramento e difusão dos resultados dos censos da população e habitação. Na realização desta actividade o INE conta com a colaboração das estruturas do governo aos níveis Central, Provincial, Distrital, de Localidade, Posto Administrativo, ONGs e da população em geral.

Para a recolha de dados foram nestes três Censos utilizados dois instrumentos designados Boletins de Recenseamento. Um deles, para o registo de dados dos agregados familiares e o segundo para a recolha de informação dos chamados casos especiais.

2.2.2.1 Censo geral da população, 1980

Foi o primeiro Censo realizado em Moçambique após a independência, concretamente no ano 1980. Os resultados obtidos indicaram que Moçambique tinha 12,130.000 habitantes dos quais 5,908.500 homens e 6,221.500 mulheres; desta população 13,2% vivia no meio urbano e 86,8% no meio rural, (INE, 1982).

2.2.2.2 Censo geral da população e habitação, 1997

Foi realizado de 1 a 15 de Agosto de 1997, a partir deste foram produzidos os principais indicadores socio-demográficos do País relativos à população em geral, fecundidade, mortalidade, migração, estado civil, agregados familiares, força de trabalho, educação, línguas, nacionalidade, tipo somático/origem, religião, deficiência física e mental e habitação, (INE, 2000).

Para corrigir e ajustar os resultados obtidos no recenseamento foi realizado pela primeira vez o inquérito de cobertura do censo. De salientar que a taxa de omissão neste censo foi de 5,1% o que quer dizer que teve uma boa cobertura populacional (INE, 2000).

Os resultados obtidos mostraram um crescimento da população (de 12,130.000 habitantes em 1980, para 16,099,246 habitantes em 1997). Dos 16,099,246 habitantes, 7,714.300 eram homens e 8,384.900 mulheres, verificando-se uma pequena diferença entre a proporção de homens e de mulheres: 47.9% dos habitantes eram do sexo masculino e 52.1% do feminino, o que se traduzia num índice de masculinidade de 92 homens por cada 100 mulheres. Nalgumas províncias, como Inhambane, Gaza e Maputo, os

índices de masculinidade foram muito baixos (78, 75 e 89 respectivamente), dada a significativa emigração masculina e a guerra. Segundo este censo 28.6% da população de Moçambique residia nas áreas urbanas e 71.4% nas rurais.

Em termos de províncias, os resultados do censo mostraram uma distribuição relativamente uniforme entre a maioria das províncias, exceptuando Zambézia e Nampula; estas duas províncias eram as mais populosas e concentravam 38.4% da população total. A Capital do País, Maputo Cidade, concentrava 6.1% da população total, (INE, 2000).

Durante o período 1980 a 1997, a população de Moçambique aumentou em quase 4 milhões de habitantes, o que representa um aumento de 32.7%. Nesse período a taxa média anual de crescimento (exponencial) foi de 1.7%. Com esta taxa de crescimento, o tempo de duplicação da população de Moçambique foi de 41.6 anos. A taxa de crescimento natural da população até o ano 1997 era de 2.3%. Com esta taxa, o tempo de duplicação da população era de 29.9 anos. No período 1980-1997, a população rural cresceu de 10.5 para 11.5 milhões, ou seja, em 1.0 milhão de pessoas (9.2%); a taxa média anual de crescimento (exponencial) foi de 0.5%. Por outro lado, no mesmo período, a população nas áreas urbanas cresceu de 1.6 para 4.6 milhões, ou seja em 3.0 milhões de pessoas, o crescimento médio anual (exponencial) foi de 6.2%. Esta enorme diferença entre o crescimento das populações nas áreas urbanas e rurais foi causada principalmente pela reclassificação usada neste censo: foram designadas como urbanas algumas áreas consideradas como rurais no censo de 1980.

2.2.2.3 Censo geral da população e habitação, 2007

A República de Moçambique realizou o III recenseamento geral da População e habitação nos dias 1 a 15 de Agosto de 2007.

Este censo foi precedido de um Censo Piloto, realizado em Outubro de 2006, que visava testar as metodologias, a organização e toda a logística da operação. Por isso, as pessoas que foram abrangidas no Censo Piloto foram recenseadas de novo no Censo 2007, (INE, 2010).

Os resultados do censo indicaram que residiam em Moçambique cerca de 20.5 milhões de habitantes, sendo 9.8 milhões do sexo masculino e 10,7 milhões do sexo feminino. Como se pode notar, havia uma ligeira diferença entre os efectivos dos dois sexos, com uma vantagem para a população feminina. Portanto, para cada 100 mulheres há cerca de 91 homens.

A população actual comparada com a de 1997 cresceu em cerca de 28%. Em termos absolutos ela teve um incremento de 4.454 mil pessoas.

O Quadro 1 compara os censos realizados em Moçambique nos últimos 57 anos, no que diz respeito as taxas de crescimento que correspondem a um intervalo de 10 anos, excepto a do período 1980-1997, cujo intervalo é de 17 anos pois em 1990 não se realizou o Censo populacional devido à guerra civil que assolou o país durante 16 anos.

Quadro 1. Evolução da população de Moçambique por sexo e taxa de crescimento 1950-2007

Anos	Total	Homens	Mulheres	Taxa de crescimento
1950	6,465.5	3,130.7	3,334.8	-
1960	7,595.3	3,682.7	3,912.6	1,6
1970	9,407.7	4,572.2	4,835.5	2,1
1980	12,130	5,908.5	6,221.5	2,5
1997	15,278.3	7,320.948	7,957,386	1,7
2007	20,226.864	9,885.006	10,668.048	1,8

Fonte: Dados dos censos 1950-2007

O Quadro 2 ilustra a evolução da habitação em Moçambique nas diferentes vertentes num período de dez anos (1997-2007).

Quadro 2. Evolução da habitação em Moçambique nas diferentes vertentes 1997-2007

Habitação	1997	2007	Variação
Tipo moradias	316.239	76.372	-75,8%
Tipo flat	40.840	34.706	-15%
Tipo palhota	3.037.365	3.227.589	6,2%
Tipo precária	96.349	24.796	-74,2%
Alugadas	112.121	166.850	48,8%
Próprias	3.301.715	4.261.589	29%
Cedidas	126.043	128.393	1,8%
Com electricidade	191.714	460.771	140%
Sem electricidade	3.336.306	4.119.927	23,4%
Cobertura de cimento	62.795	66.329	5,6%
Cobertura de zinco	467.497	1.098.353	134,9%
Habitação	1997	2007	Variação
Cobertura Capim/colmo	2.984.574	3.468.315	16,2%
Paredes de cimento	276.085	566.996	105%

Paredes de tijolo	89.807	227.871	153,7%
Madeira zinco	58.302	42.379	-27,3%
Adobe	687.406	1.472.787	114,2%
Caniço/paus	750.757	848.774	13%
Paus maticados	1.749.322	1.597.832	-8,6%
Pavimento de parquet	47.463	45.149	-99%
Cimento	467.143	41.851	-91%
Adobe	646.240	915.878	41%
Terra batida	2.468.084	36.299	-98,5%
Retrete com autoclismo	84.047	150.092	78,5%
Retrete sem autoclismo	41.709	305.306	631,9%
Com latrina	1.127.517	274.849	-75,6%
Habituação	1997	2007	Variação
Água canalizada dentro de casa	92.744	94.768	2,1%
Água Fora de casa	231.341	391.797	69,3%

Água do lago	618.194	817.618	32,2%
Água do poço	2.062.097	2.233.898	8,3%
Habitação tipo 1	2.163.952	1.016.968	-53%
Habitação tipo 2	1.024.215	1.518.144	48,2%
Habitação tipo 3	325.353	1.117.338	243,4%
Habitação tipo 4	90.830	890.270	880,1%

Fonte: Dados dos censos 1997 -2007

3. Sistemas de informação Geográfica (SIG)

3.1 Definição e generalidades

A Geografia é parte importante da nossa vida diária; a maior parte das decisões que tomamos estão influenciadas ou ditadas de alguma forma pela Geografia. Este facto é válido não só para o indivíduo assim como para as empresas. Questões como: o melhor caminho para o serviço, onde comprar uma nova casa assim como onde localizar uma igreja, onde fomentar um determinado tipo de cultivo, etc. São questões que estão relacionadas com a Geografia.

Os sistemas de informação geográfica (SIG), surgiram a partir da necessidade de armazenar e processar volumes cada vez maiores de dados sobre a terra e solucionar questões ambientais cada dia mais complexas. Hoje a aplicação destes sistemas tem mostrado elevado grau de desenvolvimento, acompanhando a evolução dos dispositivos de recolha de dados e das facilidades computacionais, (Painho, 2009).

O desenvolvimento das novas tecnologias informáticas proporciona ferramentas que permitem registar, armazenar, pesquisar, analisar e editar informação espacial respeitante aos recursos naturais e humanos, sendo do âmbito desta disciplina a compreensão dos princípios e potencialidades dos SIG.

É importante antes de mais indicar que os SIG se enquadram dentro da família dos sistemas de informação computadorizados, ou seja programas, conjuntos de programas desenhados para representar e gerir grandes volumes de dados sobre certos aspectos do mundo real.

Definir um SIG é um desafio, pois esta situação resulta da variedade de experiências individuais e das diferentes áreas disciplinares que estão na origem dessas definições. Entretanto prevalece um consenso de

que uma abrangente definição de SIG deverá assentar na identificação dos seus componentes fundamentais e, nesse sentido, é possível referir a tecnologia, os dados, as organizações, os métodos e as áreas de conhecimento, como os componentes-chave de qualquer SIG.

Para Puebla e al, 1994, um SIG é um sistema de informação desenhado para trabalhar com dados georreferenciados através de coordenadas espaciais ou geográficas, ou seja com a informação geográfica. De facto a Geografia constitui o elemento chave para estruturar a informação dentro de um SIG e para realizar operações de análise.

Segundo o National Center of Geographic Information and Analysis, na Califórnia 1990, SIG é um sistema de hardware, software e procedimentos desenhados para realizar a recolha, armazenamento, manipulação, análise, modelação e apresentação dos dados referenciados espacialmente para a resolução de problemas complexos de planificação e gestão.

Para Cowen 1988, o SIG é um sistema de ajuda na decisão que integra dados referenciados espacialmente num contexto de resolução de problemas.

Os SIGs podem ser usados para adicionar valor a dados espaciais, permitindo que os mesmos possam ser organizados e visualizados eficientemente, transformando-os em informação. Este sistema proporciona a integração de diversos tipos de dados, em diferentes escalas, criando informações novas e ajudando na tomada de decisões.

Com os SIG podem ser feitas análises da relação de objectos geográficos através da combinação e processamento de dados (gráficos e alfanuméricos) de diversas fontes, permitindo a produção de melhores mapas assim como a sobreposição de camadas e mapas diferentes.

Segundo Rhind 1989, a utilidade de um SIG tem a ver com a sua capacidade para responder a perguntas do tipo espaciais.

Nos dias que correm os SIGs são cada vez mais usados, dado o crescimento constante de fontes independentes de dados geográficos tais como, GPS, satélites, censos, que podem ser integrados numa base de dados única, considerando a sua posição no espaço (coordenadas geográficas).

As características que privilegiam o uso dos SIG é de elas permitirem o armazenamento geométrico e os atributos dos dados, os quais necessitam de ser georreferenciados em um sistema de coordenadas geográficas, assim como a relação de topologia dos objectos. Os SIG também permitem armazenar dados geográficos, de diferentes escalas, com seus respectivos atributos, em uma base de dados geográficos, assim como a visualização e análise simultânea dos dados armazenados (cruzamento de informações), podem ser realizadas consultas à base de dados, recuperando informações com base na sua localização espacial.

Com os SIG podemos fazer a integração de informações espaciais provenientes de dados cartográficos, dados censitários e de cadastro urbano e rural, imagens de satélite, redes e modelos numéricos de terreno,

oferecer mecanismos para análise geográfica, através de facilidades para gerar, consultar, manipular, visualizar e monitorar o conteúdo da base de dados geocodificados (Painho, 2009)

Uma capacidade e não menos importante dos SIG é de relacionar conjuntos de dados distintos, de forma diferente; ajuste exacto, ajuste hierárquico e ajuste difuso.

Uma das operacionalizações desses sistemas é o uso da informação vinda de sensores remotos (a bordo de aviões, balões ou satélites), revelando-se essenciais para o acompanhamento de fenómenos dinâmicos e de mudanças produzidas no ambiente. O emprego dessas imagens em estudos urbanos está consolidado há décadas, principalmente em estudos geográficos, tendo como exemplo mais claro a confecção das cartas topográficas.

A aplicação prática dos SIGs é extremamente útil em diversas nuances, como por exemplo, em uma administração municipal, sendo possível a elaboração de uma base de dados georreferenciados contendo todas as informações necessárias para a gestão da cidade, incluindo: lotes, quarteirões, ruas, equipamento urbanos (hospitais, escolas), redes de água, esgoto e luz, podendo ser posteriormente consultado pelos cidadãos e não só. Estes sistemas têm proporcionado aos investigadores um ganho expressivo de informações permitindo uma melhor compreensão da ocupação populacional em diversas áreas, com destaque às áreas urbanas.

Actualmente, os SIG servem muitas áreas, para além da tradicional área geográfica. A utilização dos SIG como ferramenta de ajuda à tomada de decisão tem vindo a crescer exponencialmente nos últimos anos, sendo importante que um país disponha para consulta pública, de um sistema para o mapeamento ou seja

uma infra-estrutura espacial. O princípio fundamental para uma política de desenvolvimento no sector da informação geográfica deverá ser de dotar o país de uma infra-estrutura geográfica, que permita uma boa planificação e gestão de infra-estruturas e recursos no território, promovendo a efectiva integração dessa infra-estrutura na prática corrente da administração pública, das entidades privadas e dos cidadãos em geral, (Painho, 2009).

4. Cartografia

Cartografia (do grego *chartis* = mapa e *graphein* = escrita), é a Ciência que trata da representação da terra ou parte dela através de mapas, cartas e outros tipos de projecções cartográficas.

O vocábulo foi pela primeira vez proposto pelo historiador português [Manuel Francisco Carvalhosa](#), 2.º [Visconde de Santarém](#), numa carta datada de 8 de Dezembro de 1839, de Paris, e endereçada ao historiador brasileiro [Francisco Adolfo de Varnhagen](#), vindo a ser internacionalmente consagrado pelo uso (Gaspar 2004).

Segundo a Associação Cartográfica Internacional 1973, a Cartografia é o conjunto dos estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que intervêm na elaboração das cartas a partir dos resultados das operações directas ou da exploração de documentação bem como na sua utilização.

Esta Ciência ajuda-nos a representar a superfície da terra, nas suas diversas características ou seja toda informação geográfica de carácter genérico e de interesse comum para os diferentes utilizadores.

No período clássico pode-se destacar a contribuição no desenvolvimento da Cartografia, os astecas, egípcios, chineses, gregos e romanos. Entretanto, é preciso destacar que o trabalho mais importante na época clássica foi, sem dúvida, a obra em oito volumes escrita por Claudius Ptolomeu, a obra "Geographia", que contém as coordenadas de 8.000 lugares, a maioria calculada por ele próprio e, no último volume, ele dá "dicas" para a elaboração de mapas-múndi e discute alguns pontos fundamentais da Cartografia.

Durante o início da Idade Média, a Igreja teve forte influência sobre a confecção dos mapas que eram feitos de tal forma a perderem a exactidão. Nessa época os árabes foram os principais responsáveis por qualquer desenvolvimento na área, tendo sido os responsáveis por trazer a bússola para o Ocidente proporcionando os mecanismos para o desenvolvimento de mais um tipo de carta pelos genoveses, as cartas postuladas, utilizadas para navegação.

Foi a partir do século XVII que os países começaram a se preocupar mais com o rigor científico dos mapas. É realizado o primeiro levantamento topográfico oficial na França, em 1744, chefiado por César-François Cassini (1744-1784) que seriam os precursores dos mapas modernos.

Actualmente com o desenvolvimento das técnicas cartográficas, o aperfeiçoamento da fotografia, a aviação e a informática, a Cartografia dá um salto; hoje são utilizadas fotos aéreas e de satélites para a realização de mapas e cartas que cada vez mais são utilizados electronicamente, destacando-se a sua possibilidade de utilização sem impressão e tornando-se interactivos.

A falta de um sistema de ordenamento territorial leva ao aparecimento das assimetrias regionais. Com os dados demográficos, socioeconómicos, infra-estruturas obtidas através dos censos, permitirão desenvolver os instrumentos de planificação territorial, Estes dados censitários quantificam as necessidades sociais e favorecem o redimensionamento dos custos da descentralização. Neste sentido a Cartografia da pobreza é um instrumento que permitirá distinguir prioridades políticas públicas com a finalidade de reduzir as desigualdades e consequentemente a pobreza.

Actualmente os mapas são confeccionados utilizando-se softwares próprios (SIGs, CAD ou softwares especializados em ilustrações para mapas. Os dados assim obtidos ou processados são mantidos em bases de dados. A tendência actual neste campo é de um afastamento do métodos analógicos de produção e um progressivo uso de mapas interactivo de formato digital.

O departamento de Cartografia da Organização das Nações Unidas é o responsável pela manutenção do mapa mundial oficial em escala 1/1.000.000 e todos os países enviam os seus dados mais recentes para este departamento.

5. A relação entre o Censo e o Sistema de informação geográfica

A informação vinda de sensores remotos, a bordo de aviões ou satélites, é uma importante ferramenta para o monitoramento de fenómenos dinâmicos e de mudanças produzidas nas áreas urbanizadas. O uso de

fotografias aéreas e estudos urbanos consolidou-se nos últimos 30 anos, em virtude da sua boa resolução espacial, tornando-se imprescindível para estudos relacionados à especialização do meio urbano.

Actualmente é cada vez maior o número de estudos integrando as informações desta natureza com outros dados temáticos, apoiando-se, sobretudo em ferramentas de geoprocessamento. Em estudos intra-urbanos, observa-se a integração entre imagens espectrais, informações censitárias, além de níveis temáticos como arruamento, endereços, logradouros entre outros, como demonstrados em estudos recentes. Os Sistemas de Informação Geográficos (SIGs) procuram simular a realidade do espaço, permitindo o armazenamento, manipulação e análise de dados geográficos num ambiente computacional. Esses dados representam objectos e fenómenos em que a localização geográfica é uma característica inerente e é indispensável para investigá-la (Painho, 2009).

6. Habitação

6.1 O conceito e a história da habitação

Na fase anterior ao desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais, os seres humanos viviam da caça e da colecta de frutos, vegetais e raízes. Quando acabavam os alimentos numa região ou quando os animais de caça apareciam em pouca quantidade, os homens tinham que migrar para outras regiões. O mesmo acontecia quando uma família crescia e era necessário encontrar uma caverna maior para abrigar todos. Neste período os seres humanos mudavam de habitação e de regiões de forma constante. Com o desenvolvimento da agricultura e domesticação dos animais, o ser humano passou a ser sedentário e ter uma habitação fixa.

Nos dias que correm, a habitação constitui aspecto indispensável para garantir a dignidade humana. Mas uma habitação adequada abrange mais do que apenas as quatro paredes de um quarto e um tecto sobre a cabeça. É um bem essencial para uma vida saudável normal, cumpre profundas necessidades psicológicas da vida privada e pessoal espaço, as necessidades físicas de segurança e protecção contra as intempéries e as necessidades sociais básicas, onde pontos de encontro importantes relações são forjadas e alimentadas.

Segundo Oliveira e Handa citado por Turner 1999, o termo habitação tem subjacentes três dimensões: abrigo (shelter), acessibilidade (access) e ocupação (tenure). O abrigo compreende outras três dimensões: Abrigo, Acessibilidade e Ocupação. Considera-se abrigo a parte física, boa o suficiente para proteger das intempéries, proporcionar conforto e bem-estar; acessibilidade, a facilidade de obtenção de energia eléctrica, rede de água e esgoto, bem como o acesso ao trabalho, escola, comércio e lazer; por fim, o termo

ocupação sugere o tempo de permanência na habitação, que deve ser longo o suficiente para valer a nossa saída.

A casa própria, assim como a alimentação e o vestuário são o principal investimento para a constituição de um património, além de ligar-se, subjectivamente, ao acesso económico e uma posição social mais elevada (Larcher, in Bolafi, 2005, p.6).

A função primordial da habitação é de abrigo. Com o desenvolvimento das suas capacidades e talentos, o homem passou a utilizar materiais disponíveis no seu meio tornando o abrigo cada vez mais elaborado. Mesmo com a evolução tecnológica, sua função tem permanecido a mesma, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos (Larcher, in Abiko, 2005, p. 6).

A habitação desempenha três funções principais:

- Social;
- Ambiental;
- Económica

Como função social tem de abrigar a família e é um dos factores do seu progresso. Assim, entende-se que a habitação deve atender os princípios básicos de habitabilidade, segurança e salubridade.

Na função ambiental, a inserção no ambiente é fundamental para que estejam assegurados os princípios básicos de infra-estrutura, saúde, educação, transportes, trabalho, lazer etc., além de determinar o impacto destas estruturas sobre os recursos naturais disponíveis.

A função económica da moradia é inquestionável. A sua produção oferece novas oportunidades de geração de emprego e renda, mobiliza vários sectores da economia local e influencia os mercados imobiliários e de bens e serviços (Larcher, in Fernandes 2005, p.6).

Existe ainda o conceito de habitação saudável, relacionado com o território geográfico e social onde a mesma está localizada, bem como com os materiais usados para a sua construção, a segurança e qualidade dos elementos usados, o processo construtivo, a composição do seu espaço, a qualidade do seu acabamento, o contexto periférico global (comunicações, energia, vizinhança) e a educação sanitária dos seus moradores sobre os estilos e condições de vida saudável.

6.1.2 Habitação nos Países desenvolvidos

Os elementos que constituem a principal atracção da urbanização em países desenvolvidos, estão directamente relacionados ao processo de industrialização no sentido amplo, ou seja as grandes transformações verificadas na cidade pela indústria, no que diz respeito à geração de oportunidades de empregos, seja no sector secundário, seja no sector terciário, com salários em geral mais altos. Essas condições surgiram numa primeira fase nos países de industrialização antiga, os países desenvolvidos. Nesses países, além das transformações urbanas, houve, como consequência da revolução industrial, também uma

revolução agrícola, ou seja, uma modernização da agricultura que, ao longo da história agrícola, ou seja uma modernização da agropecuária que, ao longo da história, foi possibilitando a transferência de pessoas do campo para a cidade, principalmente como resultado da mecanização da agricultura (Frigoletto 2010).

A urbanização que ocorreu nos países desenvolvidos foi gradativa. As cidades foram-se estruturando lentamente para absorver os emigrantes, havendo melhorias na infra-estrutura urbana-moradia, água, esgoto, electricidade, etc e aumento de geração de empregos. Assim os problemas urbanos não se multiplicaram tanto como nos países subdesenvolvidos. (Frigoletto 2010).

6.1.3 Habitação nos Países em vias de desenvolvimento

Globalmente no Mundo, as características da habitação variam de acordo com o grau de desenvolvimento económico e a identidade cultural. Nos países em vias de desenvolvimento vários são os factores que contribuem não só para a escassez da habitação, mas também para a frequente pouca qualidade. Esses factores são: as condições de vida existentes nas zonas rurais e nos arredores, bairros pobres das grandes cidades, índices de desenvolvimento humano escasso, os baixos salários, a falta de apoio aos pequenos agricultores, fraco desenvolvimento das técnicas agro-pecuárias e a migração das populações para as cidades, criando uma série de problemas urbanos. Tais problemas são resultado de um fenómeno urbano característico de muitos países menos desenvolvidos, nomeadamente a sobrelotação das cidades com todas as suas consequências: incapacidade de criação de empregos, altas taxas de natalidade e elevado crescimento demográfico.

Mesmo o centro dinâmico dos países em vias de desenvolvimento não tem capacidade para absorver os fluxos de imigrantes. Aumenta o número de pessoas desempregadas e muitos desempregados permanentes, para poderem sobreviver, acabam por se refugiar no sub-emprego, que é toda forma de trabalho renumerado ou prestação de serviços que funcionam à margem da economia formal, compondo, por isso a economia informal ou subterrânea. (Frigoletto 2010).

7. História da Habitação em Moçambique

Antes da independência, as cidades e os aglomerados populacionais foram as estruturas mais marcadas pelo estigma da discriminação étnica, racial, social e da exploração capitalista. A população vivia dividida segundo a raça e a classe social. Nesse período, a construção da habitação não era também da responsabilidade do Estado, mas sim dos indivíduos, cabendo ao Estado o papel de regulador. (MOPH/DNH e UNDP/Habitat).

Em 1975, o Estado moçambicano passou a exercer funções de provedor de habitação aos cidadãos. Assim, através do Decreto – Lei nº 5/76, de 5 de Fevereiro, foi determinada a reversão para o Estado de todos os prédios de rendimento, bem como dos que se encontravam em situação de abandono. Foram nacionalizados mais de 80 mil habitações e outros edifícios, a partir de então coube ao Estado a responsabilidade de gerir um grande volume do parque imobiliário, principalmente em termos de manutenção.

Com uma população estimada na altura em 12.000.000 de habitantes, a população urbana era de aproximadamente de 1 a 1,4 milhões de habitantes. De um modo geral, as maiores densidades populacionais ocorriam junto à costa e, particularmente nas zonas de maior incidência de projectos de exploração económica, onde predominavam as monoculturas de exploração (açúcar, algodão e girassol) e na região sul do país, onde está localizada a capital, Maputo, zona privilegiada do desenvolvimento industrial.

Esta medida complementar à independência permitiu eliminar as práticas especulativas no campo da habitação e estruturar a ocupação das habitações abandonadas. Uma grande parte das famílias que passaram a habitar os bairros periféricos das áreas urbanas tinham chegado das áreas rurais do país, atraídos pelo justo desejo de obter novos empregos, melhorar as condições de vida, de saúde e de cultura. Foi neste período que as Câmaras Municipais iniciaram a colocação de serviços, equipamentos sociais e providenciar apoio técnico para a construção de novas habitações, para a instalação de actividades comerciais e artesanais nas zonas urbanas periféricas, baseadas num esquema de participação da população de uma forma orientada (MOPH/DNH e UNDP/Habitat). As Câmaras Municipais, instrumentos efectivos de gestão urbana, foram transformadas em Conselhos Executivos, incluindo as respectivas Assembleias da Cidade, com vista a cumprirem o seu novo papel baseado na gestão comunitária. A nível de base, a gestão da vida urbana foi entregue aos designados grupos dinamizadores. Uma média de 50 a 60% de população residente em zonas urbanas estabeleceu-se em assentamentos espontâneos e marginais, sendo as habitações de materiais ligeiros e instáveis.

Com base nos resultados do 1º Recenseamento Geral da População (1980) foi realizado um estudo sobre as migrações no período de 1975 a 1980, que concluiu que a mobilidade no país se processava em fases ou etapas intercalares:

- ▶ A primeira fase regista-se do interior rural de uma dada região para os centros urbanos regionais mais importantes e geograficamente mais próximos;
- ▶ A segunda fase identifica-se com a saída de indivíduos dos centros urbanos regionais para as principais cidades. O fenómeno dos fluxos migratórios ocorreu até ao ano de 1985, tendo sido estancado a partir de 1983, quando se desencadeia um movimento para travar o êxodo rural para as cidades. O elevado índice de mobilidade no interior de cada província foi perfeitamente dirigido para os centros urbanos locais e destes para os centros urbanos de maior dimensão, tendo como consequências principais:
 - O aumento da dependência alimentar da cidade em relação ao campo;
 - O rápido crescimento populacional nos centros urbanos no país com todas as implicações sociais, económicas, de alojamento, da política de emprego e da satisfação das necessidades básicas no domínio alimentar, educativo e sanitário.

O crescimento não planificado das áreas precárias e peri-urbanas foi sendo agravado pela ausência de instrumentos de planeamento do uso do solo, sua execução e controlo. Como resultado, a maior parte da população urbana passou a residir em áreas sem acesso adequado a infra-estruturas básicas e

equipamento social e em unidades habitacionais precárias, sem segurança de posse de terra. Estas terras representavam 50% do total da área urbana em 1980 e a população nela residente perfazia 50% do total da população urbana.

Também segundo os dados do Recenseamento de 1980, cerca de 24,4% da população urbana tinha água canalizada dentro de casa, 44,2% tinha água canalizada fora de casa (até ao quintal), e 25,7% abasteciam-se através de água de poços. Os restantes recorriam a pequenas lagoas ou rios. A população urbana que usufruía de electricidade limitava-se a 23,2%. Ainda com base aos dados deste censo, cerca de 37,8% da população possuía habitação de carácter permanente e 62,2% de carácter não permanente. Este número de habitações permanentes comparado com os dados do censo de 1970 revela, no entanto, um crescimento na ordem de 100%.

A distribuição da habitação nas zonas urbanas, no que se refere aos materiais de construção, era de 37,2% de cimento ou tijolo, 8% de madeira e zinco, 7,8% de adobe, 18,4% de caniço e 25,4% de pau maticado.

As directivas económicas e sociais do 3º Congresso da FRELIMO e a 1ª Reunião Nacional Sobre Cidades e Bairros Comuns preconizavam os seguintes aspectos:

- Definição de orientações estratégicas de planificação dos assentamentos humanos.
- Elaboração de planos de urbanização e definição de métodos de controlo e de sua execução.

- Elaborar projectos e apoiar as populações na execução de obras de infra-estrutura e de equipamento social, dando prioridade ao abastecimento de água e ao saneamento
- Organizar e enquadrar tecnicamente as populações integradas nos programas de autoconstrução e cooperativas habitacionais.
- Apoio ao desenvolvimento de mecanismos de acesso ao crédito
- Criar legislação, tanto para a construção como para a tramitação das habitações
- Estudar a normalização dos elementos de construção civil para as habitações, a concepção de novas tipologias habitacionais e de equipamentos que sejam acessíveis à população
- Definir o papel das entidades empregadoras em relação à habitação dos seus trabalhadores
- Proceder a um estudo de formas e técnicas tradicionais de construção de habitação
- Formação de quadros técnicos para participar nos programas de planificação do desenvolvimento urbano.

7.1 Os principais resultados da 1ª Reunião Nacional de 1979

- A criação do fundo de desenvolvimento de habitação própria, o qual não funcionou plenamente devido a dificuldades financeiras.
- O início em 1987 de um projecto financiado pelo PNUD e implementação pelo UNCHS (Habitat), que tinha como objectivo assistir o governo moçambicano na definição da política nacional de habitação, e que terminou em Junho de 1991.
- Ainda em 1987 um projecto de reabilitação urbana financiado pelo Banco Mundial.
- A reestruturação dos órgãos locais, que incluía o planeamento da estrutura urbana e da acções prioritárias, cartografia urbana e titulação, melhoramento das zonas peri-urbanas.

7.1.2 O Programa Nacional de Habitação Social, que tinha como aspectos essenciais:

- Estimular a produção de materiais de construção com base nos recursos e possibilidades existentes em cada área.
- Encorajar a utilização de materiais localmente produzidos e tecnologias simples.
- Promover e dar incentivos à criação de cooperativas de habitação ou outras formas de associação.

- Providenciar, tanto quanto possível, áreas destinadas à construção de habitações, equipamento social e um mínimo de infra-estruturas básicas.
- Participar na formação de monitores que orientem a população na interpretação e implementação de projectos.
- Facilitar a aquisição de materiais de construção não produzidos localmente.

No Quadro da aplicação do programa do governo para a área da habitação, foi criado o Fundo de Fomento para a Habitação, que tinha como objectivos:

- Promover a construção de imóveis para habitação social
- Bonificar as taxas de juro de créditos concedidos por bancos para a construção de habitação
- Conceder créditos para a construção, reparação ou ampliação de habitações de cidadãos cujo rendimento não ultrapasse o número de salários mínimos a estabelecer
- Financiar a promoção de estudos, execução de operações e trabalhos de urbanização que se mostrem necessários ao desenvolvimento das suas actividades
- Financiar a instalação dos organismos públicos responsáveis pela implementação de programas habitacionais do Estado.

8. Política de Habitação em Moçambique

A política de habitação visa, na situação actual e nos pressupostos descritos, construir uma base para concepção de programas para o acesso e desenvolvimento da habitação, implicando a tomada de consciência por parte de todos os sectores da sociedade, da necessidade do seu envolvimento na definição de acções concretas, tendo em conta a importância da habitação.

Tem como **Objectivo Geral** facilitar a provisão de habitação adequada (durável, confortável, salubre), e um ambiente de vida são, a um custo acessível a todos os grupos sócio económicos promovendo assentamentos humanos sustentáveis.

Em termos de **Objectivos específicos** visa a) facilitar progressivamente o acesso à habitação adequada para todas as camadas da população; b) promover a urbanização, regularização e a inserção dos assentamentos informais às cidades, vilas; c) tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes de recursos com o objectivo de potenciar a capacidade de investimentos; d) aumentar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; e) incentivar a geração de emprego e renda dinamizando a economia.

Ao nível das **Estratégias de implementação**, com vista à materialização da política de habitação, é necessário desenvolver um conjunto de acções sob a forma de programa, com as suas estratégias de implementação. Assim, as principais linhas de actuação da política de habitação são:

- Promoção da habitação nas zonas rurais e urbanas
- Melhoramento de assentamentos humanos
- Financiamento
- Desenvolvimento institucional

Um dos objectivos específicos do nosso trabalho foi de elaborar um Atlas sobre o perfil habitacional em Moçambique (1997-2007) na expectativa deste servir para enriquecer a política e estratégia da habitação no país. Para melhor leitura e compreensão passamos a rever alguns conceitos utilizados no atlas.

CAPÍTULO III

3. Principais conceitos utilizados no Atlas

Habitação

Todo o local que se destina ao alojamento de pessoas, desde que no momento do censo esteja a ser utilizada para esse fim.

Habitações particulares

São aquelas que servem de alojamento aos agregados familiares e podem ser do tipo: Casa convencional, flat/apartamento, palhota, casa improvisada (barracas, casa construída de lata, cartão, tendas, etc), casa mista, casa básica (casa comboio), parte dum edifício comercial e outros.

Nos estabelecimentos institucionais, como escolas, prisões, quartéis, hotéis, etc., as habitações independentes ocupadas por funcionários, devem ser consideradas como habitações particulares.

Habitações Colectivas ou Convivências

São as instituições ocupadas por pessoas cuja relação se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência. São habitações colectivas os hospitais, maternidades, clínicas, hotéis,

pensões, quartéis, campos militares, conventos, seminários, internatos, lares de estudantes ou de trabalhadores, orfanatos, asilos, etc.

Casa convencional

Uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão). Pode ser de rés-do-chão, mais 1 ou 2 pisos.

Flat/apartamento

Uma unidade habitacional que tenha quarto (s), casa de banho e cozinha, pertencente a uma unidade habitacional multifamiliar com 1 ou mais pisos, podendo ser um bloco ou conjunto de blocos.

Palhota

Uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados).

Casa própria

Quando o direito de propriedade da casa pertence ao agregado familiar.

Casa alugada

Quando a casa é ocupada por inquilinos da APIE, EMOSE, ou de outro proprietário, a quem pagam uma renda mensal ou periódica.

Casa cedida ou emprestada temporariamente

Quando ela foi emprestada temporariamente pelo empregador, por pessoas amigas ou parentes.

Outra forma

Compreende qualquer outra forma de ocupação da casa (se a casa não é alugada, nem própria ou nem foi cedida).

Casa improvisada

São habitações construídas com material improvisado e precário, tal como papel, saco, cartão, latas, cascas de árvores, etc.

Casa mista

É uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão), materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, paus maticados, madeira, etc.) e adobe.

Casa básica

Uma unidade habitacional que só tem quarto (s) e não tem casa de banho nem cozinha, sendo construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão). Inclui-se nesta categoria o conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (casa de banho, cozinha e água).

Habitação segundo o número de divisões para dormir

Corresponde ao número de divisões que são usadas para dormir, mesmo algumas que não sejam quartos de dormir, como por exemplo, sala de jantar, sala de visita, etc.

Água canalizada dentro da casa

Quando a ligação da água está dentro da casa, com uma ou mais torneiras (ex: na cozinha, casa de banho).

Água canalizada fora de casa/quintal

Quando a ligação da água está localizada fora de casa mas dentro do quintal, ou vai tirar a água na casa do vizinho.

Água proveniente de fontenário

Quando a casa se abastece de água proveniente de um fontenário. Os fontenários podem ter uma ou mais torneiras e são, geralmente, feitos de uma estrutura de cimento.

Água proveniente de poço ou furo protegido com bomba manual

Quando a casa se abastece de água proveniente do subsolo puxada através duma bomba manual. O poço ou furo estão protegidos.

Água do rio/lago/lagoa

Quando a casa se abastece de água proveniente de um rio, lago ou similares, independentemente de como é acumulada e distribuída na casa.

Retrete ligada a fossa séptica

Este tipo de retrete, é frequente nas habitações com água canalizada

Latrina tradicional melhorada

Consiste de uma fossa, laje de madeira ou lajeta de argamassa (redonda ou quadrada) e uma casota, para manter a privacidade e resistência da fossa. Para apoiar os pés são utilizados suportes de pés nas lajetas de

argamassa ou lajes de madeira. Para oferecer privacidade e protecção é construída uma superestrutura de bambu e colmo ou outro material local.

Auto construção

Quando os membros da família se envolvem directamente na construção ou reabilitação da sua habitação. No caso da autoconstrução envolve-se de forma organizada um conjunto de famílias ou indivíduos.

Direito de uso e aproveitamento da terra

Direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra.

Habitação adequada

Ter um tecto, um lugar privado, espaço suficiente, acessibilidade física, segurança adequada, infra-estruturas básicas (abastecimento de água, saneamento), condições do meio ambiente e serviços básicos.

Talhão

Última porção indivisível de terreno, definida pelo plano de pormenor.

CAPÍTULO IV

4. Atlas de habitação em Moçambique

4.1 Índice do Atlas

1.1.	Aspectos físico-geográficos	65
1.2.	Moçambique no Mundo	66
1.3.	Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	66
1.4.	Demografia	
1.5.	Evolução da população de Moçambique, 1980 – 2007	67
1.6.	Taxa de variação da população, 1980-1997 e 1997-2007	68

2. Habitação

2.1.	Distribuição das habitações particulares por tipo de habitação por províncias (1997-2007)	69
2.2.	Percentagem de habitações particulares do tipo moradias por distritos (1997-2007)	70

2.3.	Percentagem de habitações particulares do tipo flat/apartamento por distritos (1997-2007)	71
2.4.	Percentagem de habitações particulares do tipo palhota por distritos (1997-2007)	72
2.5.	Percentagem de habitações particulares do tipo precária por distritos (1997-2007)	73
3.	Distribuição das habitações por regime de propriedade, por províncias, 1997-2007	74
3.1.	Percentagem de habitações próprias por distritos, 1997-2007	75
3.2.	Percentagem de habitações alugadas por distrito, 1997-2007	76
3.3.	Percentagem de habitações cedidas por distrito, 1997-2007	77
4.	Habitações particulares por tipo de cobertura, por províncias (1997-2007)	78
4.1.	Percentagem de habitações particulares com cobertura de cimento, por distritos (1997-2007)	79
4.2.	Percentagem de habitações particulares com cobertura de chapas de zinco por distritos, 1997-2007	80
4.3.	Percentagem de habitações particulares com cobertura de capim/colmo, por distritos, 1997-2007	81

5.	Habitações particulares por tipo de paredes, por províncias (1997-2007)	82
5.1.	Percentagem de habitações particulares com paredes em blocos de cimento, por distritos, 1997-2007	83
5.2.	Percentagem de habitações com paredes em blocos de tijolos por distritos, 1997-2007	84
5.3.	Percentagem de habitações particulares com paredes de madeira/zinco por distritos, 1997-2007	85
5.4.	Percentagem de habitações particulares com paredes de caniço, por distritos, 1997-2007	86
5.5.	Percentagem de habitações com paredes em blocos de adobe, por distritos, 1997-2007	87
5.6.	Percentagem de habitações particulares com paredes em paus maticados por distritos, 1997-2007	88
6.	Habitações particulares por tipo de pavimento, por províncias, 1997-2007	89
6.1.	Percentagem de habitações particulares com pavimento de cimento, por distritos, 1997-2007	90
6.2.	Percentagem de habitações particulares com pavimento de madeira, por distritos, 1997-2007	91

6.3. Percentagem de habitações particulares com pavimento de adobe, por distritos, 1997-2007	92
6.4. Percentagem de habitações particulares com pavimento em terra batida, por distritos, 1997-2007	93
7. Habitações particulares por tipo de saneamento, por províncias, 1997-2007	94
7.1. Percentagem de habitações particulares com retrete com autoclismo, por distritos, 1997-2007	95
7.2. Percentagem de habitações particulares com latrina, por distritos, 1997-2007	96
8. Habitações particulares segundo a principal fonte de água, por províncias, 1997-2007	97
8.1. Percentagem de habitações particulares com água canalizada dentro de casa, por distritos, 1997-2007	98
8.2. Percentagem de habitações particulares com água fora de casa, por distritos, 1997-2007	99
8.3. Percentagem de habitações particulares consumindo água do lago, por distritos, 1997-2007	100
8.4. Percentagem de habitações particulares consumindo água do poço, por distritos, 1997-2007	101

9. Habitações particulares segundo a principal fonte de energia, por província, 1997-2007 102

9.1. Percentagem de habitações particulares com electricidade, por distritos, 1997-2007 103

9.2. Percentagem de habitações particulares sem electricidade, por distritos, 1997-2007 104

**10. Habitações particulares segundo o número de divisões para dormir, por província, 1997-2007
105**

12.1. Percentagem de habitações particulares do tipo um, por distritos, 1997-2007 106

12.2. Percentagem de habitações particulares do tipo dois, por distritos, 1997-2007 107

12.3. Percentagem de habitações particulares do tipo três, por distritos, 1997-2007 108

12.4. Percentagem de habitações particulares do tipo quatro, por distritos, 1997-2007 109

Guia de leitura do Atlas

O atlas foi elaborado com base nos dados dos últimos dois censos populacionais respectivamente em 1997 e em 2007, realizados em Moçambique pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Foram estudadas as seguintes variáveis

Para fins do recenseamento, o INE considerou dois tipos de habitação – **Particulares e Colectivas**:

A maior parte da população em Moçambique vive em habitações próprias, constituindo assim a principal razão do presente trabalho incidir somente nas habitações particulares.

1. Habitações particulares, que se classificam em:

- Casa convencional
- Flat/apartamento
- Palhota
- Casa improvisada
- Casa mista

- Casa básica
- Parte de um edifício comercial

Nesta dissertação foram seleccionadas para efeitos de análise os seguintes tipos de habitações particulares:

- Moradia
- Flat/apartamento
- Palhota
- Casa precária

2. Habitação por tipo de propriedade

No censo Foram considerados os seguintes tipos de habitações particulares segundo o tipo de propriedade:

- Casa própria
- Casa alugada
- Casa cedida ou emprestada temporariamente
- Outra forma

Para efeitos desta dissertação foram escolhidos para análise as seguintes variáveis:

- Casa própria
- Casa alugada
- Casa cedida

3. Habitações por tipo de paredes

No questionário do censo foram consideradas as seguintes tipos de habitações particulares por tipo de paredes:

- Blocos de cimento
- Blocos de tijolo
- Madeira/zinco
- Bloco de adobe
- Caniço/paus/bambu/palmeira
- Paus maticados
- Lata/cartão/papel/saco/casaca e outros materiais

Para o presente trabalho foram escolhidos para análise os seguintes tipos de habitações particulares por tipo de paredes:

- Paredes de cimento
- Blocos de tijolo
- Madeira/zinco
- Blocos de adobe
- Caniço/paus
- Paus maticados

4. Habitação por tipo de cobertura

No questionário do censo foram considerados as seguintes tipos de habitações particulares por tipo de cobertura:

- Laje de betão (cimento)
- Telha
- Chapa de lusalite
- Chapa de zinco
- Capim/colmo/palmeira e outros

Neste trabalho foram escolhidos para análise os seguintes tipos de habitações particulares por tipo de cobertura:

- Laje de betão (cimento)

- Chapas de zinco
- Capim/colmo/palma

5. Habitação por tipo de pavimento

No questionário do censo foram consideradas as seguintes tipos de habitações particulares por tipo de pavimento:

- Madeira ou parquet
- Mármore/granito
- Cimento
- Mosaico/tijoleira
- Adobe (terra batida)
- Sem nada e outros materiais

Neste trabalho de tese foram escolhidos para análise os seguintes tipos de habitações particulares por tipo de pavimento:

- Madeira ou parquet
- Cimento

- Adobe (terra batida)
- Sem nada e outros materiais

6. Habitação segundo a principal fonte de água

No censo foram consideradas as seguintes fontes de água:

- Água canalizada dentro de casa
- Água canalizada fora de casa/quintal
- Água proveniente de fontenário
- Água proveniente do poço ou furo protegido com bomba manual
- Água do poço sem bomba
- Água do rio/lago/lagoa
- Água da chuva
- Água mineral/engarrafada
- Outra fonte de água

No âmbito deste trabalho foram escolhidos para análise as seguintes fontes de água:

- Água canalizada dentro de casa
- Água canalizada fora de casa/quintal
- Água do poço
- Água do rio/lago/lagoa

7. Habitação segundo o tipo de saneamento

No âmbito do censo foram considerados os seguintes tipos de saneamento:

- Retrete com autoclismo
- Retrete sem autoclismo
- Latrina melhorada
- Latrina tradicional melhorada
- Latrina não melhorada
- Não tem retrete/latrina

Para análise nesta dissertação foram seleccionados os seguintes tipos de saneamento:

- Retrete com autoclismo
- Retrete sem autoclismo

- Com latrina
- Não tem latrina

8. Habitação segundo a principal fonte de energia

Para o efeito do censo foram consideradas os seguintes tipos de habitações particulares segundo a principal fonte de energia:

- Electricidade
- Gerador ou placa solar
- Gás
- Petróleo/parafina querosene
- Velas
- Baterias
- Lenha e outras

Para este trabalho foram considerados os seguintes tipos de habitações particulares segundo a principal fonte de energia:

- Com electricidade

- Sem electricidade

9. Habitação segundo o número de divisões para dormir

No censo foram consideradas todas as divisões usadas para dormir, mesmo que algumas não sejam quartos de dormir, como por exemplo, sala de jantar, sala de visitas, etc. Foram retidas as seguintes divisões usadas para dormir:

- Habitações do tipo 1
- Habitações do tipo 2
- Habitações do tipo 3
- Habitações do tipo 4 a 6

Na presente dissertação foram escolhidos para análise os seguintes tipos de divisões para dormir:

- Habitações do tipo 1
- Habitações do tipo 2
- Habitações do tipo 3
- Habitações do tipo 4

Com base nos dados do censo de 1997 e 2007, foi feita a extrapolação das variáveis em valores absolutos. Os resultados foram apresentados em tabelas e também foram georreferenciados.

Foi calculado o peso das variáveis com respeito ao total ou a percentagem, usando a seguinte fórmula:

Ex: Percentagem de habitações com água canalizada dentro de casa por província, por distrito, para o ano 1997 e para o ano 2007

$$\left(\frac{\text{nº casas c/ água canalizada dentro de casa}}{\text{Total de casas}} \right) \times 100$$

- Obtidos os pesos de todas as variáveis tanto para as províncias assim como para os distritos nos dois censos, foi em seguida determinada a variância destes pesos entre os dois censos.

Taxa de variação das casas com água canalizada dentro de casa por distritos

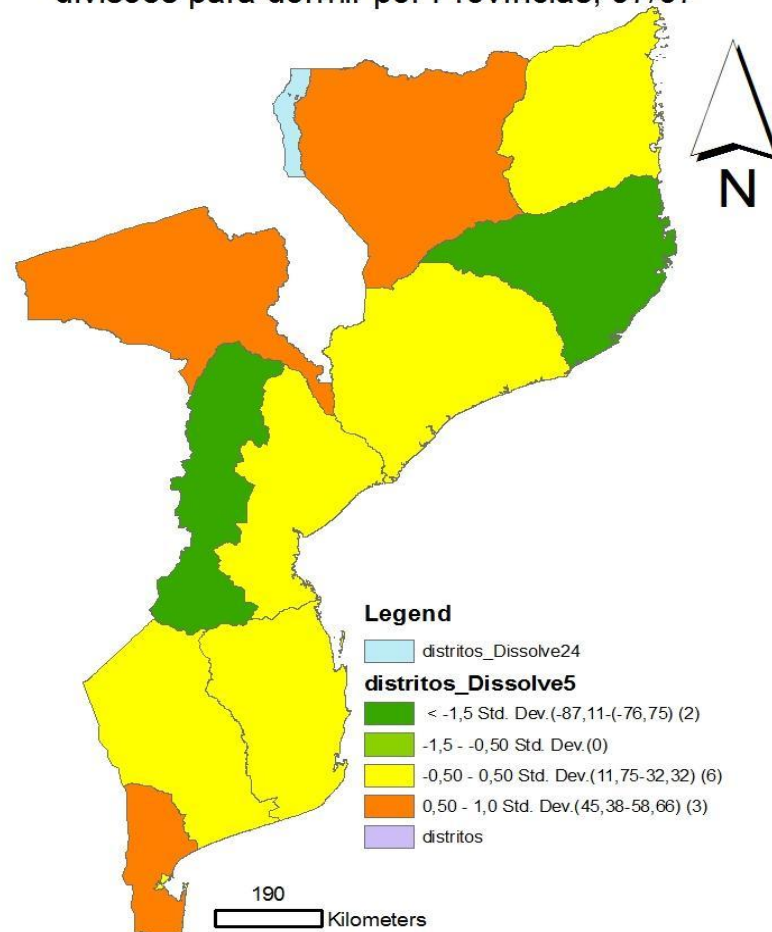
$$\left(\frac{\% \text{ de casas com água dentro de casa 2007}}{\% \text{ de casas com água dentro de casa 1997}} - 1 \right) \times 100$$

Para a análise, interpretação dos dados e construção dos mapas foi usado o programa ArcGis 9, versão 9.3.1. Foram obtidos os mapas e calculados os desvios padrões de todas as variáveis. Os resultados são apresentados de forma descritiva, em tabelas e em mapas recorrendo ao sistema de informação geográfica (SIG).

A medida de dispersão usada na interpretação dos dados é o desvio padrão. É uma medida que só pode assumir valores não negativos:

- Quanto maior for o desvio padrão, os dados ou a variável ganha um carácter heterogéneo ou seja apresentam grande variabilidade.
- Quanto menor for o desvio padrão, os dados ou a variável ganha um carácter homogéneo ou seja apresentam pouca variabilidade.
- Quando o desvio padrão for zero, então não existe variabilidade, o que quer dizer que os dados são todos iguais.

Taxa de variação das habitações particulares segundo
divisões para dormir por Províncias, 97/07



Como ler o mapa

A percentagem e taxa de variação das variáveis ao nível da província representam o total de todas as alternativas que o questionário do censo assume existirem, entretanto as percentagens e a taxa de variação para o nível de distrito corresponde as alternativas escolhidas somente para o efeito da dissertação.

Escolhemos como exemplo o mapa que reflecte a taxa de variação das habitações particulares segundo o número de divisões para dormir.

As províncias com menor desvio padrão são as de Nampula (-87,11) e Manica (-76,7)

As províncias com maior desvio padrão são as de Maputo província (58,6) e Tete (52,2)

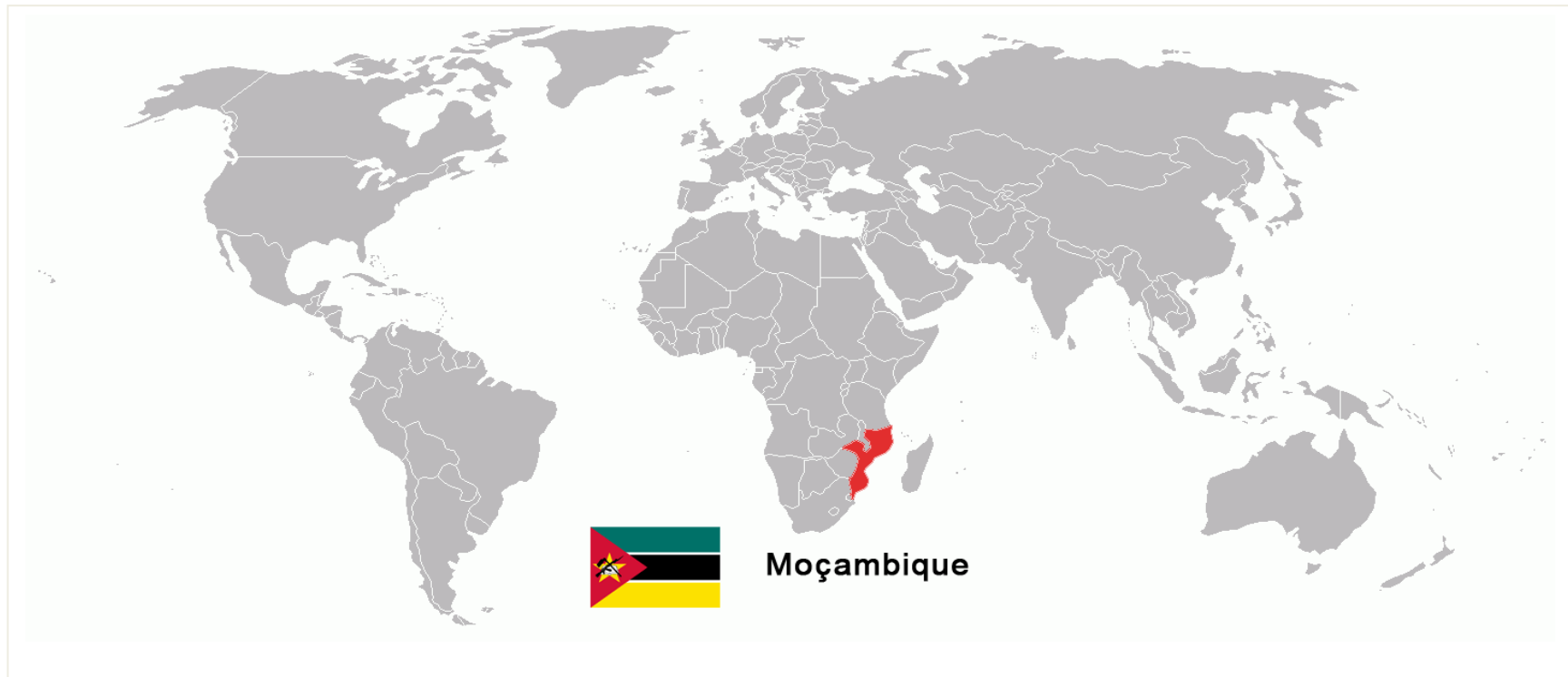
Então podemos fazer a seguinte leitura:

A maior parte das habitações particulares em Moçambique apresentam divisões para dormir do tipo 2 que correspondem a 43,5%, seguidas das do tipo três (32%,) as de tipo um (29,1%) e por fim as do tipo quatro (25,2%). As Províncias de Nampula, Manica, foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade. Entretanto as províncias de Maputo província e Tete, foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade.

Atlas do perfil habitacional em Moçambique (1997-2007)

ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICO GERAL

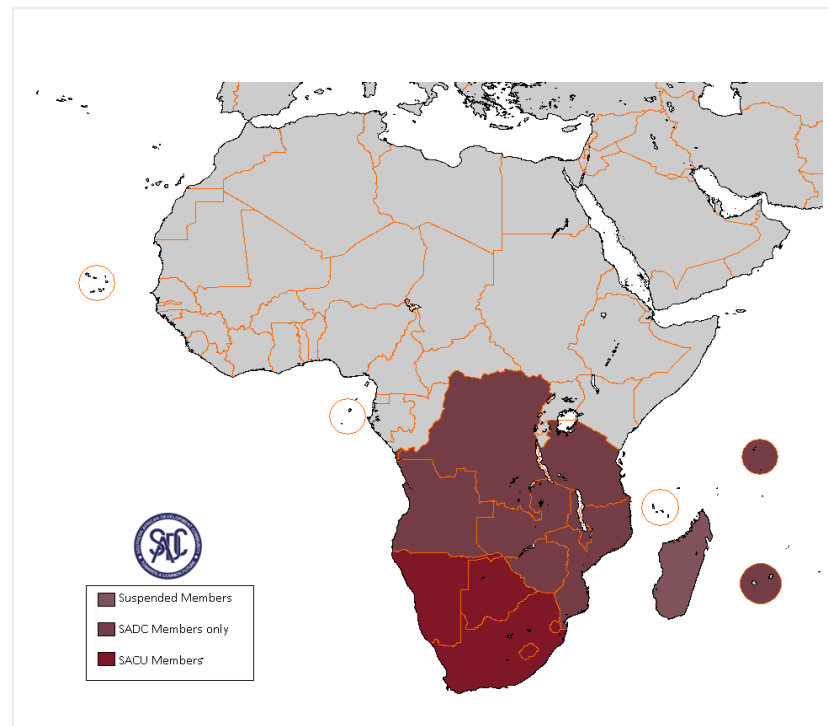
Moçambique no Mundo



A República de Moçambique está situada entre os paralelos 10° 27" e 26° de latitude sul e entre os meridianos 30° 12" e 40° 51' longitude Este, concretamente na costa oriental da África Austral, faz fronteira a Norte com a república da Tanzânia, a Noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a Oeste com o Zimbabwe e a República da África do Sul e a Sul com a Suazilândia e ainda com a África do sul, na faixa Este. Moçambique é banhado pelo oceano Índico numa extensão de 2.470 km.

ASPECTOS FÍSICOS- GEOGRÁFICO GERAL

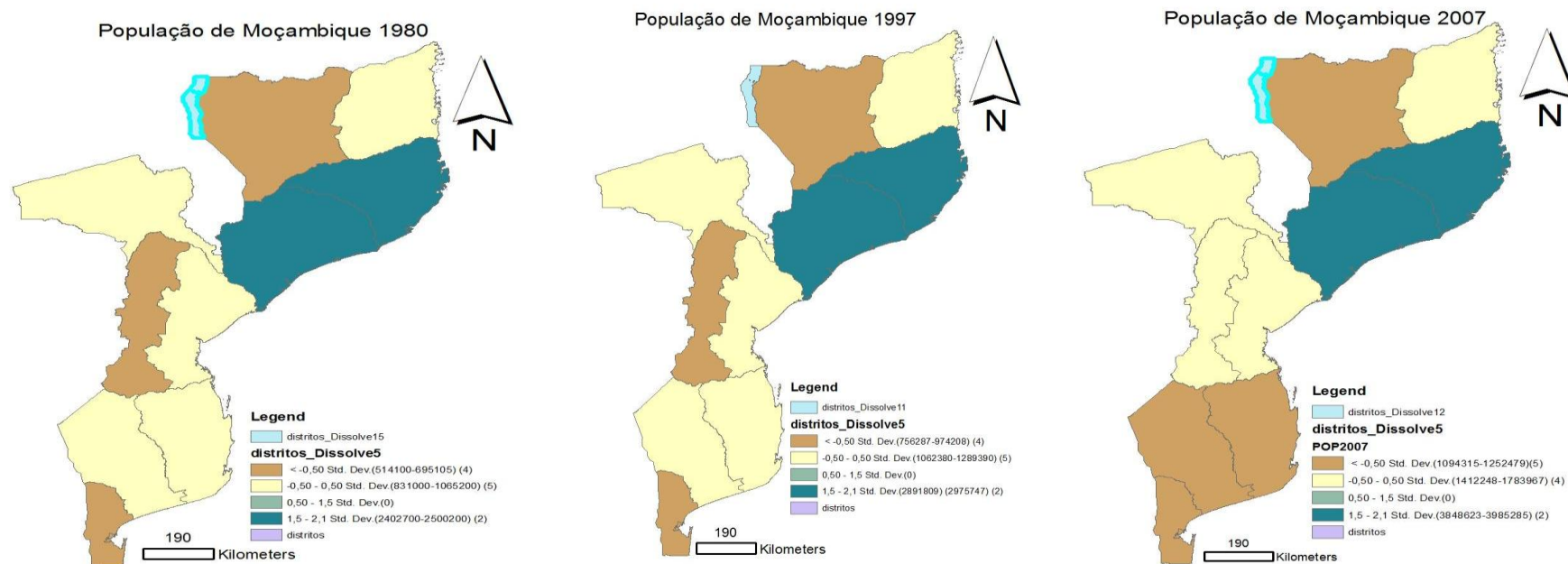
Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)



A Região da África Austral é a parte sul de África banhada pelo oceano Índico na sua costa oriental e pelo Oceano Atlântico na costa ocidental, é constituída pelos países (África do sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabwe, também R.D. Congo, Tanzânia e as Seychelles que fazem parte também da África Oriental.

DEMOGRAFIA

Evolução da população de Moçambique (1980-1997-2007)

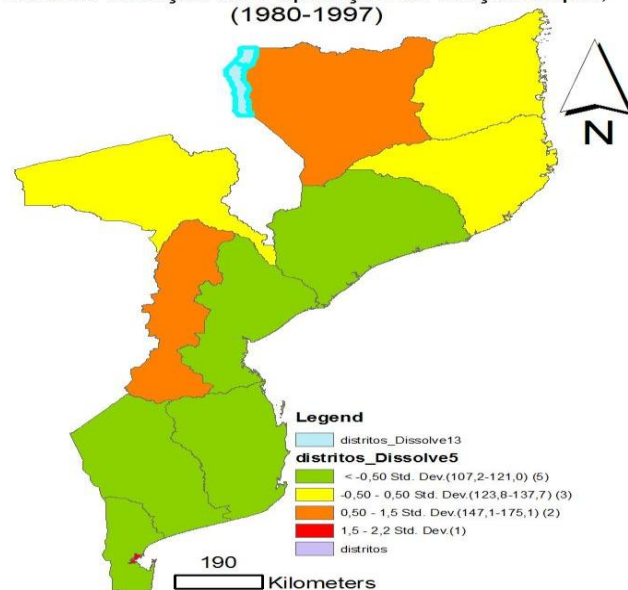


Moçambique registou nos últimos três censos um aumento da população ao passar de 12.130.000 pessoas em 1980, para 15.278.334 em 1997, e 20.226.864 habitantes em 2007. Em 1980 as Províncias do Niassa, Maputo cidade e Manica foram as mais homogéneas ou seja apresentaram pouca variabilidade na população, em contrapartida as Províncias da Zambézia, Nampula e Sofala foram as mais heterogéneas ou seja apresentaram uma grande variabilidade na sua população. Em 1997, as Províncias de Niassa, Maputo Província, Maputo cidade foram as que apresentaram pouca variabilidade, enquanto que as Províncias de Nampula, Zambézia, Sofala foram as mais populosas. Em 2007, as Províncias de Maputo cidade, Niassa, Maputo província foram as mais homogéneas e as províncias de Nampula, Zambézia e Tete foram as mais heterogéneas ao apresentarem grande variabilidade populacional.

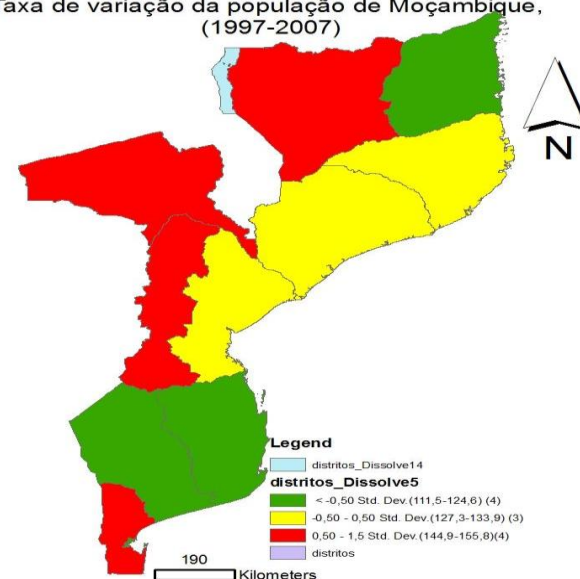
DEMOGRAFIA

Taxa de variação da população (80-97) (97-2007)

Taxa de variação da População de Moçambique,
(1980-1997)



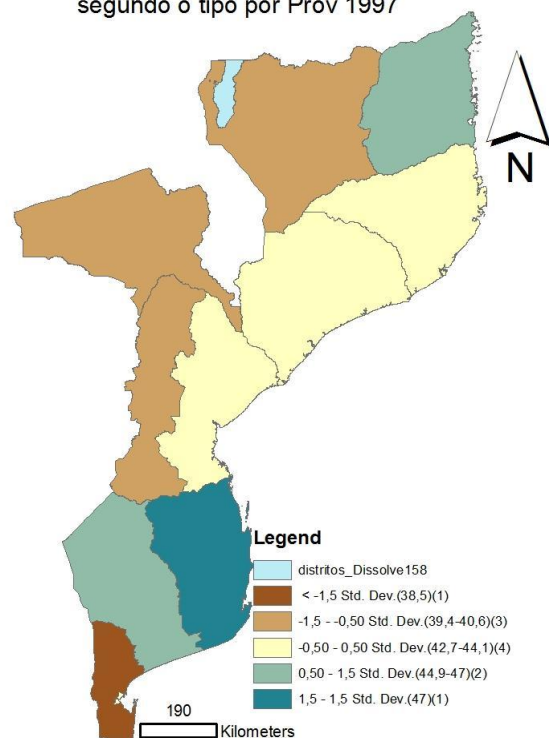
Taxa de variação da população de Moçambique,
(1997-2007)



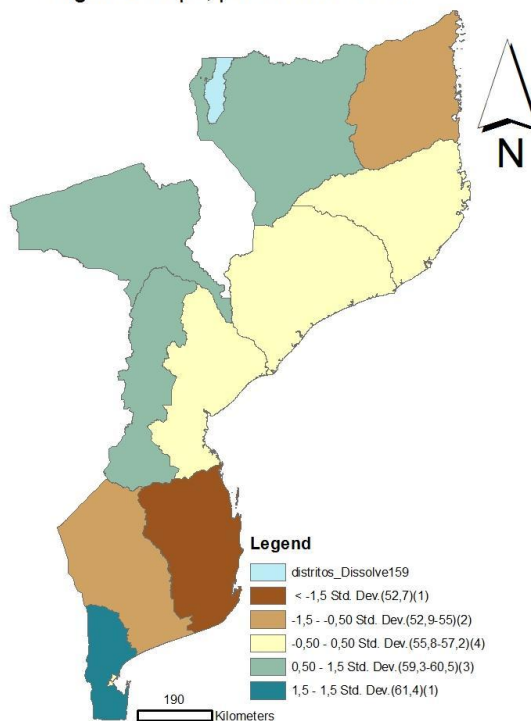
No período entre 1980-1997, em Moçambique verificou-se um aumento da população, sendo as Províncias de Gaza e Inhambane as mais homogéneas ou seja tiveram pouca variabilidade na população, por sua vez as Províncias de Maputo Cidade, Manica e Niassa, foram as mais heterogéneas ao atingirem maior variabilidade. Entre 1997 e 2007, verificou-se aumento da população sendo as Províncias de Inhambane, Maputo cidade e Gaza as mais homogéneas, enquanto que as Províncias de Tete, Niassa, Maputo Província, foram as mais heterogéneas na medida em apresentaram uma grande variabilidade populacional.

Distribuição das habitações particulares por tipo de habitação segundo Províncias (1997-2007)

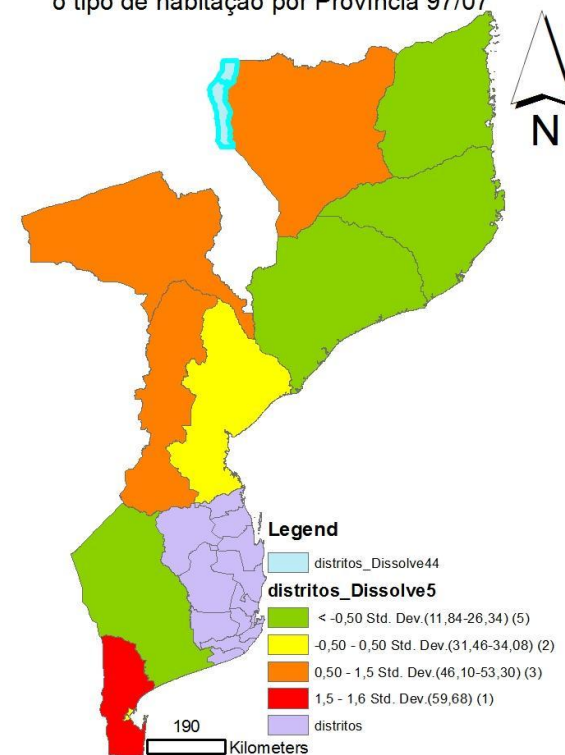
Percentagem de habitações particulares segundo o tipo por Prov 1997



Percentagem de habitações particulares, segundo o tipo, por Província 2007



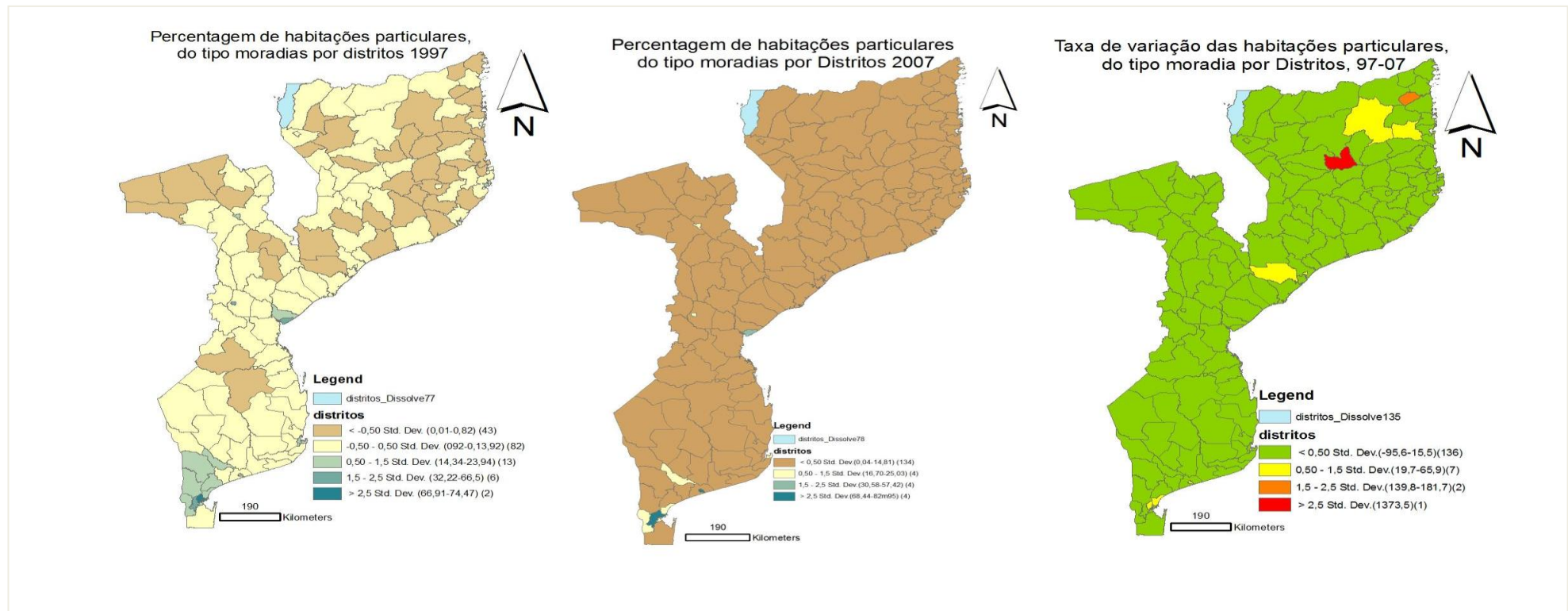
Taxa de variação das habitações particulares segundo, o tipo de habitação por Província 97/07



Segundo os últimos dois censos, Moçambique apresenta maioritariamente habitações particulares do tipo palhota (69,7%), seguida de moradias (1,6%), apartamentos (0,74%) e por fim habitações precárias (0,53%). As Províncias de Inhambane, Gaza, Cabo Delgado, foram as mais homogêneas apresentando baixa variabilidade no tipo de habitações, porém as Províncias de Maputo província, Manica, Tete foram as mais heterogêneas ao apresentarem grande variabilidade.

Distribuição das habitações particulares, por tipo de habitação

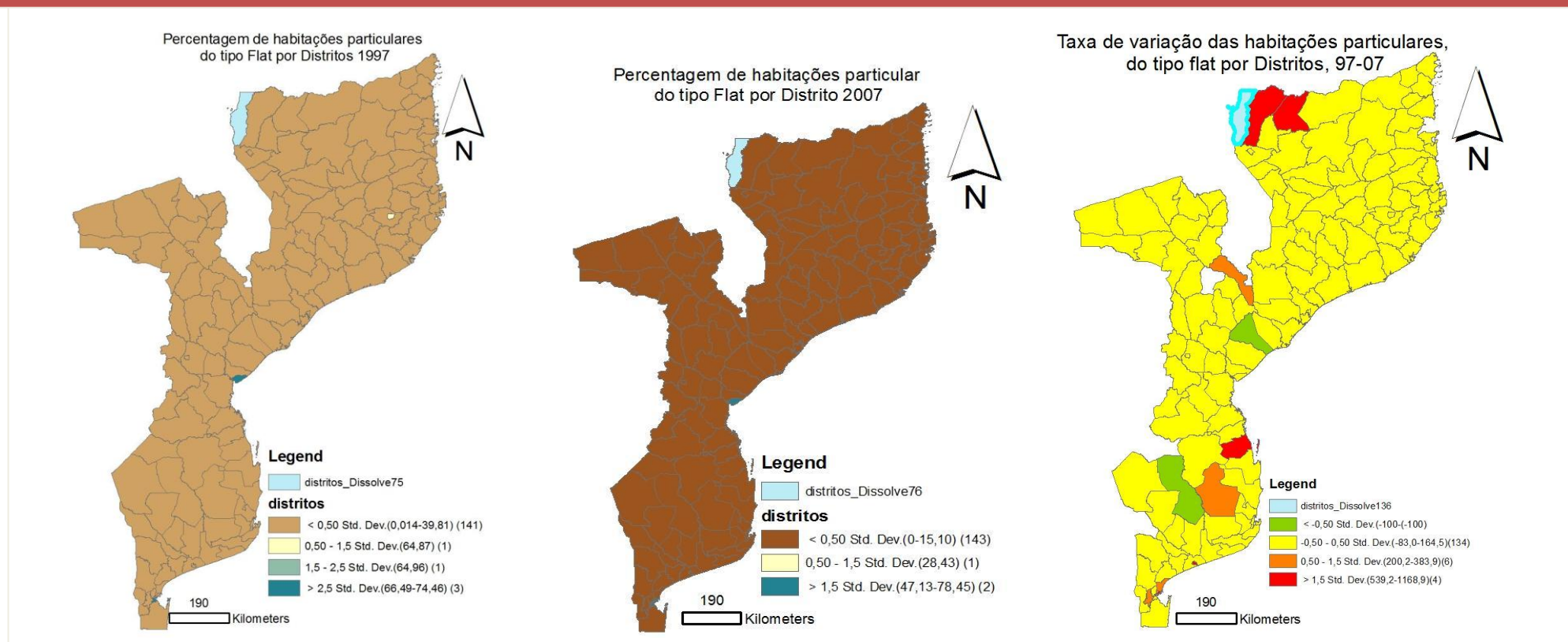
% das habitações particulares do tipo moradias por Distritos (1997-2007)



Em Moçambique a variação das habitações particulares do tipo moradia no período entre 1997 e 2007, foi de 1,6%. Os Distritos Jangamo, Eratí, Muanza Chinde, Pebane, Tsangano, foram os mais homogêneos ao apresentarem baixa variabilidade neste tipo de habitação, porém os Distritos de Nipepe, Muidumbe, cidade de Xai-Xai, Mopeia, Marracuene, Distrito urbano nº4, foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade.

Distribuição das habitações particulares por tipo

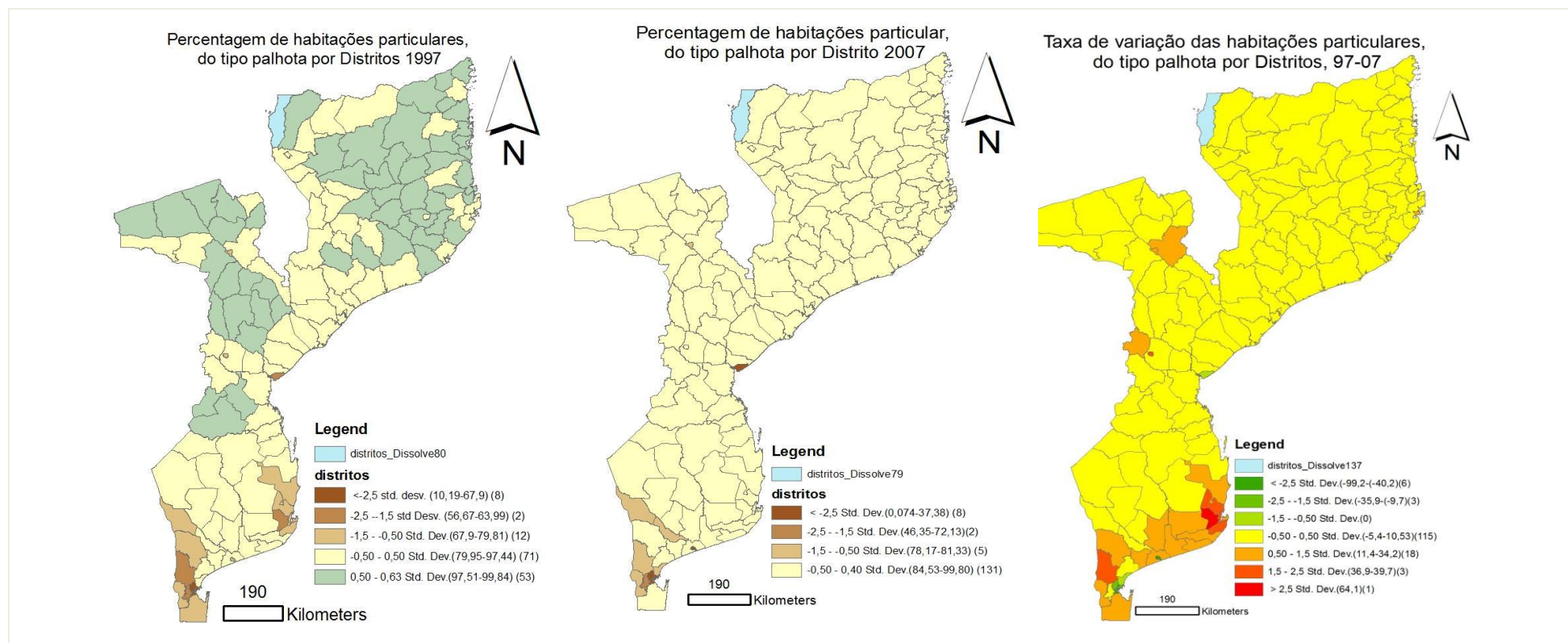
% das habitações particulares do tipo flat/apartamento por Distritos(1997-2007)



Os censos de 1997 e 2007 realizados em Moçambique indicam que 0,7% das habitações particulares são do tipo Flat/apartamentos. Os Distritos de Cheringoma, Chigubo, Marromeu, Guro, Machanga, Macanga foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de habitação ao longo dos 10 anos. Em contrapartida os Distritos de cidade de Xai-Xai, distrito urbano nº3, Navago, Distrito urbano nº4, Sanga, Inhassoro foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade neste tipo de habitação.

Distribuição das habitações particulares, por tipo de habitação

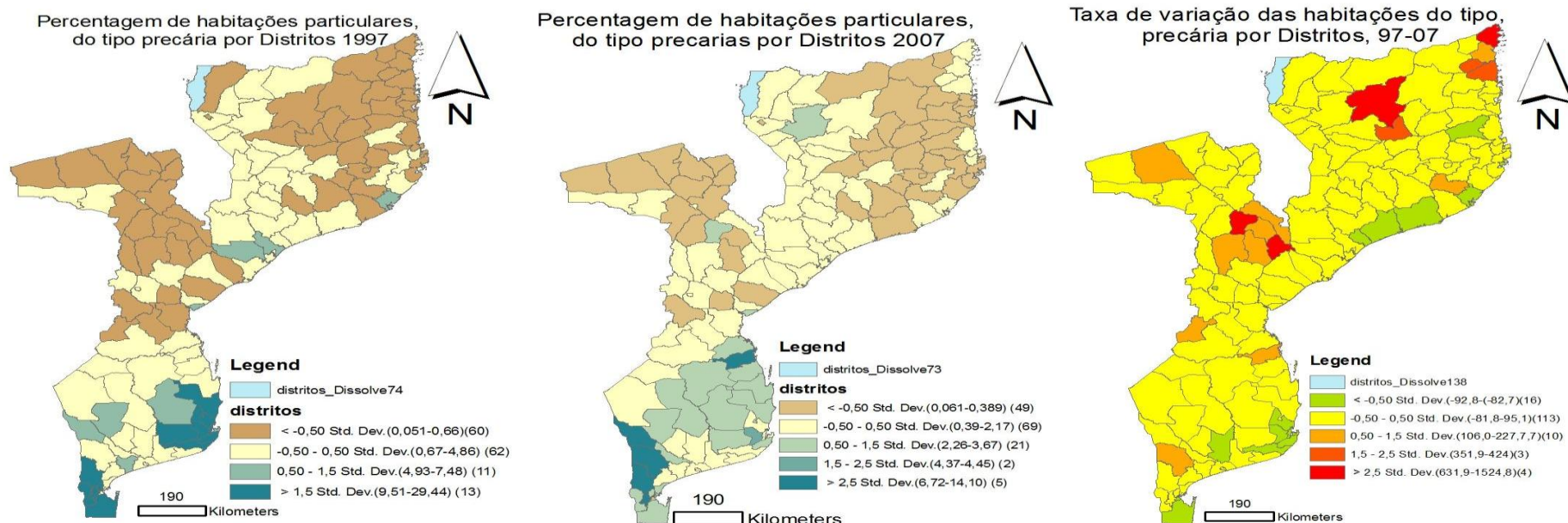
% das Habitações particulares do tipo palhota por Distritos (1997-2007)



As palhotas são o tipo de habitação particular com maior predominância em Moçambique (69,7%). É de destacar que os Distritos urbanos 1, 2, 5 e 4 foram os mais homogêneos ou seja que apresentaram pouca variabilidade neste tipo de habitação, entretanto os Distritos de Homoine, cidade de Maxixe, Jangamo foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade.

Distribuição das habitações particulares, por tipo de habitação

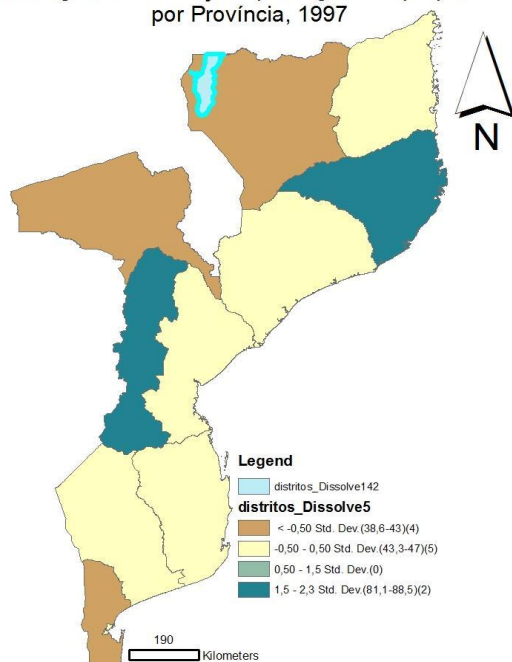
% das habitações particulares do tipo precária por Distritos (1997-2007)



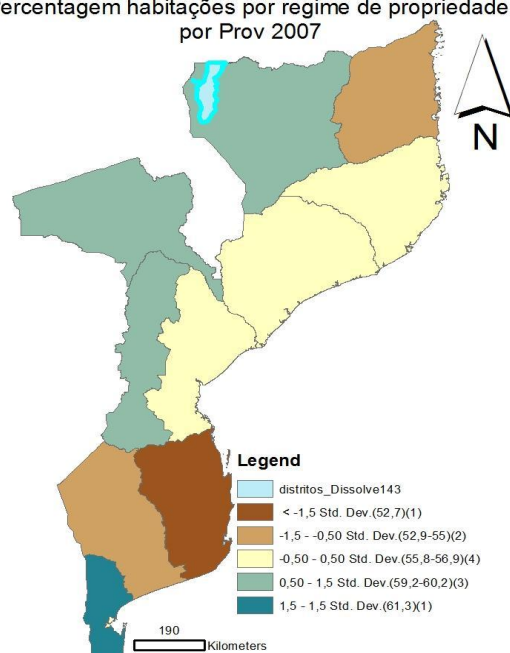
Em Moçambique as habitações particulares do tipo precário representam 0,53%, segundo os censos de 1997 e 2007. Os Distritos de Pebane, cidade da Maxixe, Angoche, Inharrime, cidade de Chimoio foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de habitação contrariamente os distritos de Marrupa, Caia, Palma, Tambara, Macomia foram os mais heterogêneos ao apresentarem maior variabilidade.

Distribuição das habitações por regime de propriedade segundo Províncias, 1997-2007

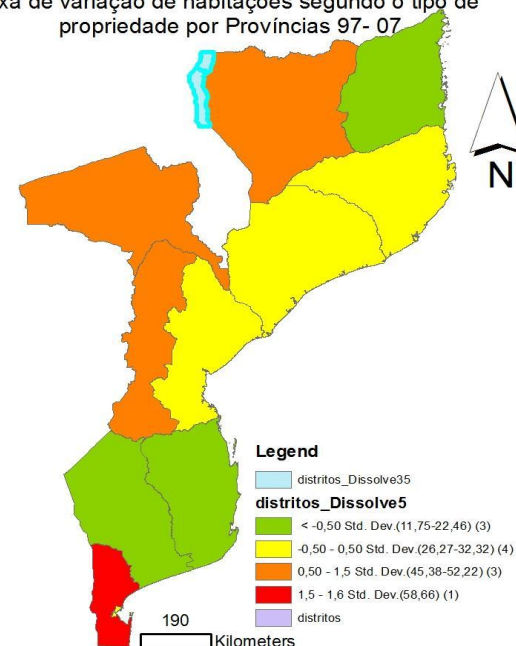
Percentagem de habitações por regime de propriedade por Província, 1997



Percentagem habitações por regime de propriedade por Prov 2007



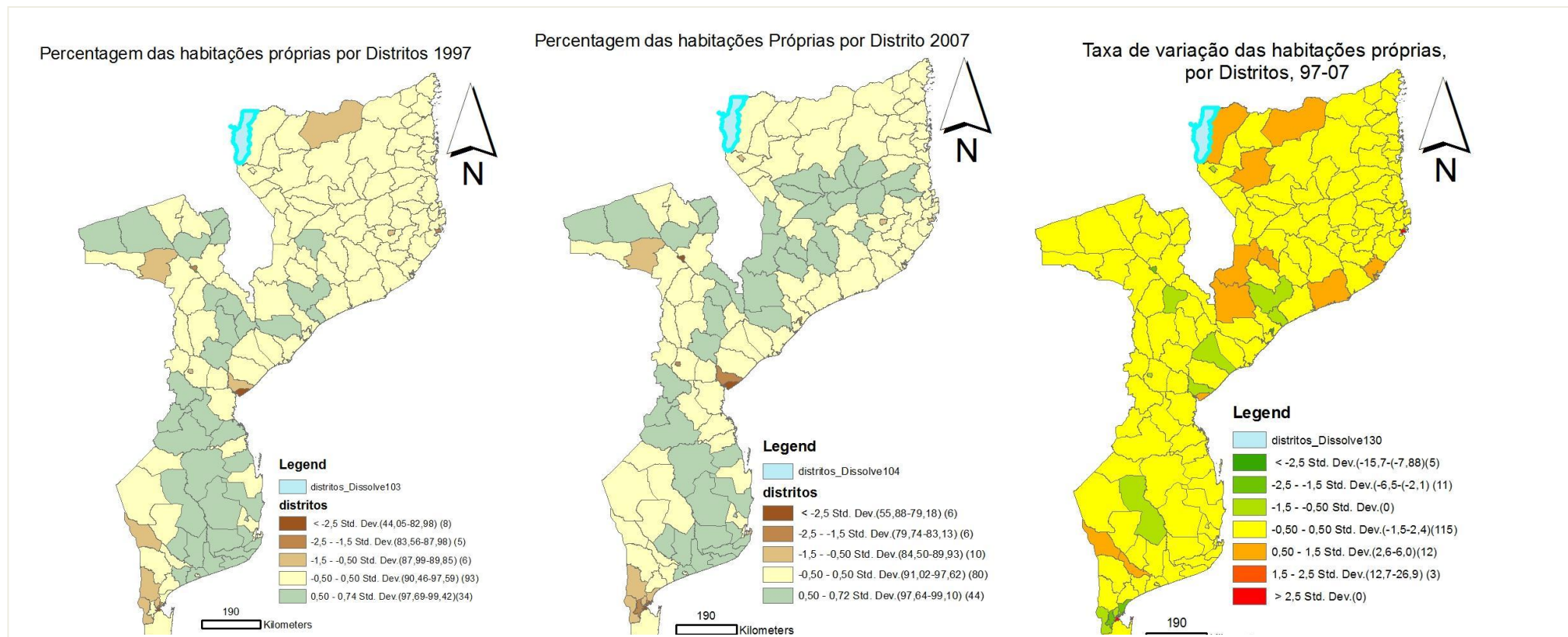
Taxa de variação de habitações segundo o tipo de propriedade por Províncias 97- 07



Em Moçambique, a maior parte da população vive em habitações próprias (92,3%), 3,6% vive em habitações alugadas e 2,7% em habitações cedidas. As Províncias de Nampula, Manica e Inhambane apresentaram ao longo do período 1997-2007 uma pequena variabilidade tornando-as as mais homogêneas comparativamente as Províncias de Maputo cidade, Tete, Niassa, que foram as mais heterogêneas apresentando grande variabilidade.

Habitações particulares por regime de propriedade

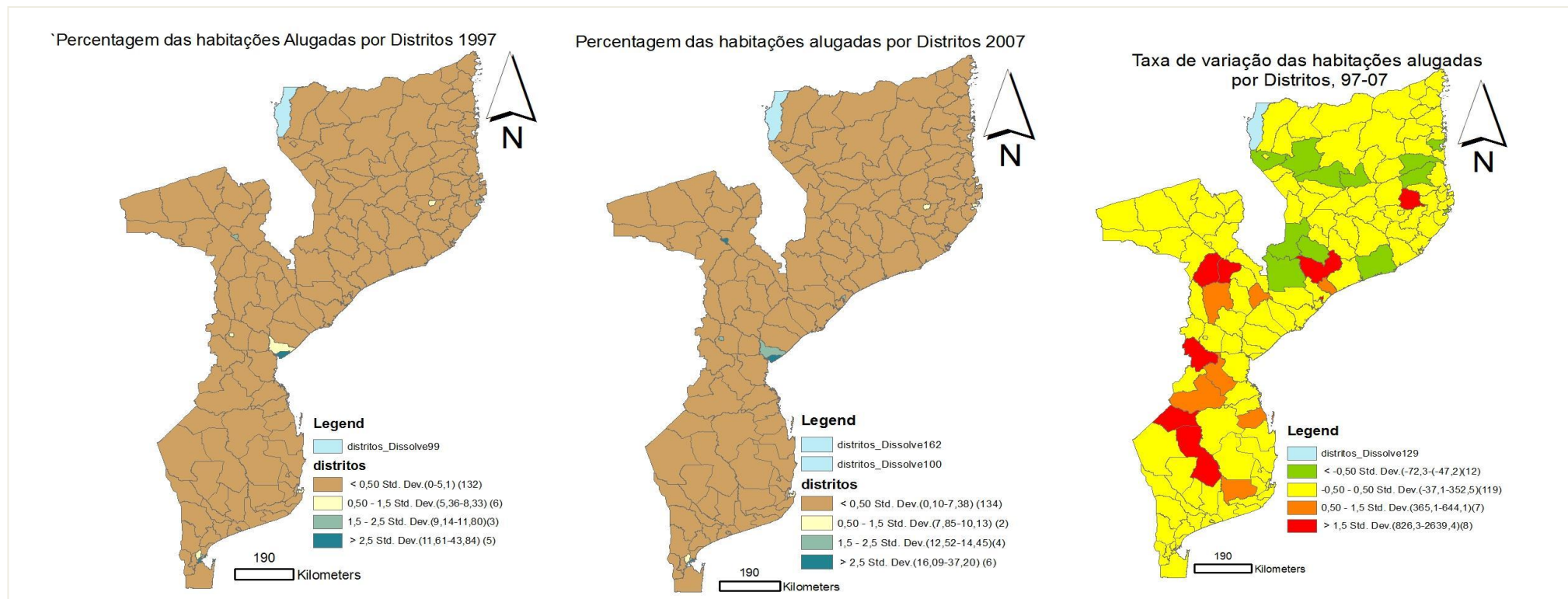
% das Habitações próprias por Distritos, 1997-2007



Segundo o censo 1997-2007, a maior parte da população de Moçambique vive em habitações próprias, salienta-se que os Distritos de cidade de Quelimane, distrito urbano nº 3, Marracuene, Boane, Distrito urbano nº 4 foram ao longo deste período os mais heterogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; contudo os Distritos urbano nº1, Distrito urbano nº 2, cidade Ilha de Moçambique, cidade da Beira e Mecula, foram muito heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações próprias.

Habitações particulares por regime de propriedade

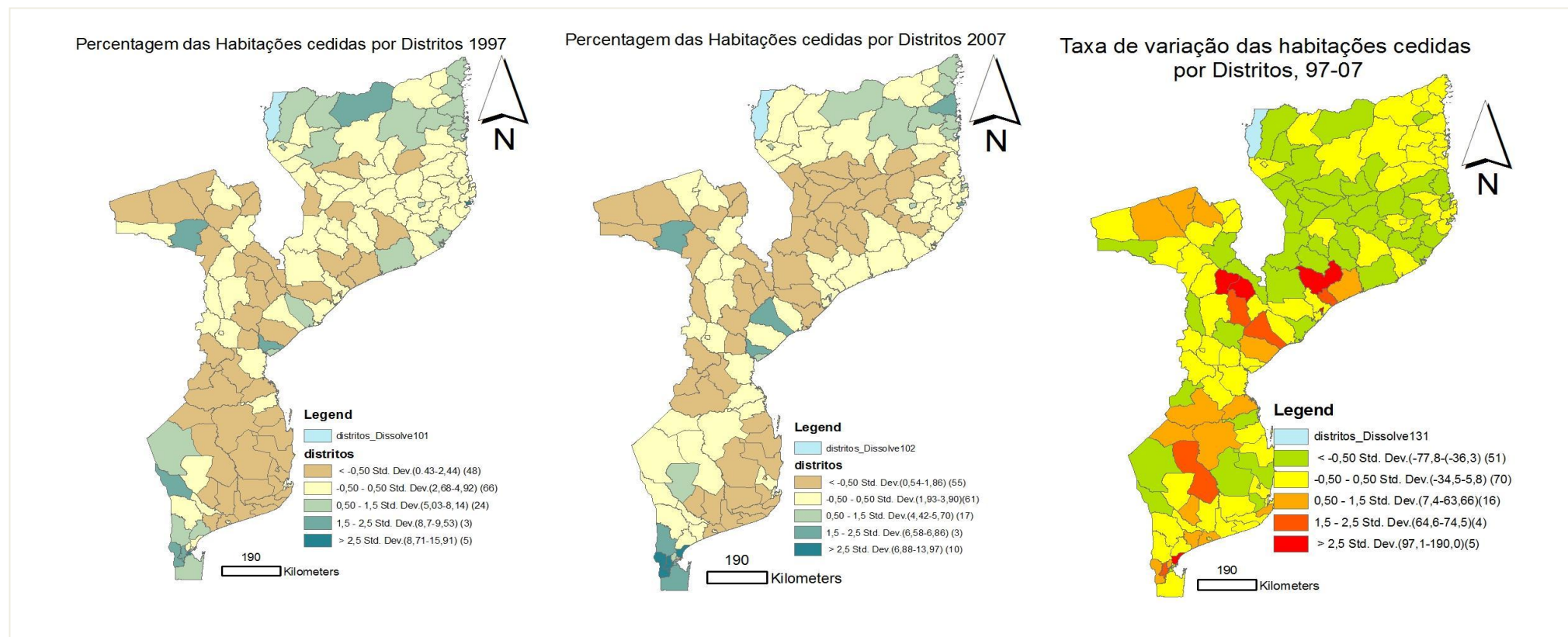
% das Habitações alugadas por Distrito, 1997-2007



Em Moçambique no período 1997-2007, as habitações alugadas representaram 3,6%, tendo sido os Distritos de Majune, Nipepe, Maua, Morrumbala e Chiúre, os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de habitações. Situação diferente foi verificada nos Distritos de Chigubo, cidade Quelimane, Tambara, Massangena e Muecate ao apresentarem uma grande heterogeneidade na distribuição das habitações alugadas.

Habitações particulares por regime de Propriedade

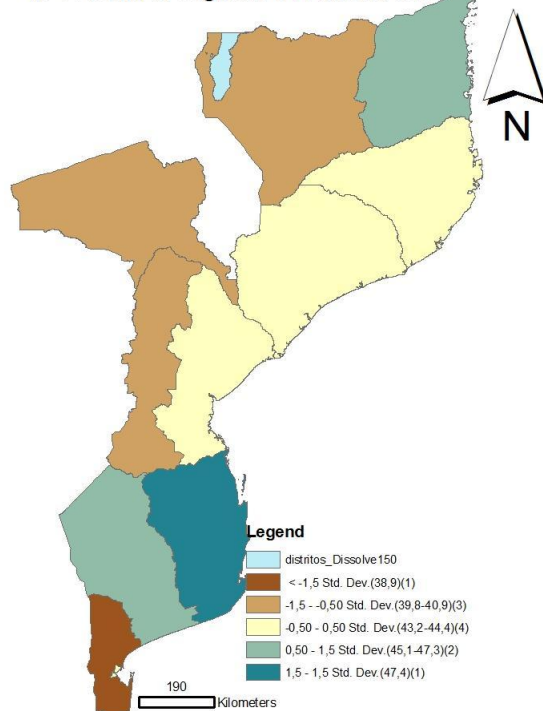
% das habitações cedidas por Distrito, 1997-2007



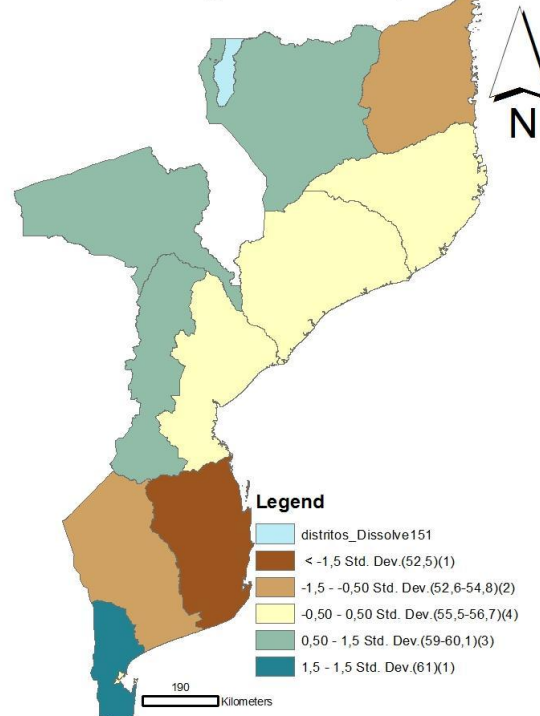
Segundo os censos 1997-2007, as habitações cedidas representavam 2,7% do total; os Distritos de Morrumbala, Milange, Namarroi, Ile, Alto Molócue, foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de habitação. O mesmo não se pode dizer dos Distritos de Marracuene, Chemba, Tambara, cidade de Quelimane, Mocuba que apresentaram uma grande variabilidade na distribuição deste tipo de habitação ao longo do período em estudo.

Habitações particulares por tipo de cobertura, por Províncias (1997-2007)

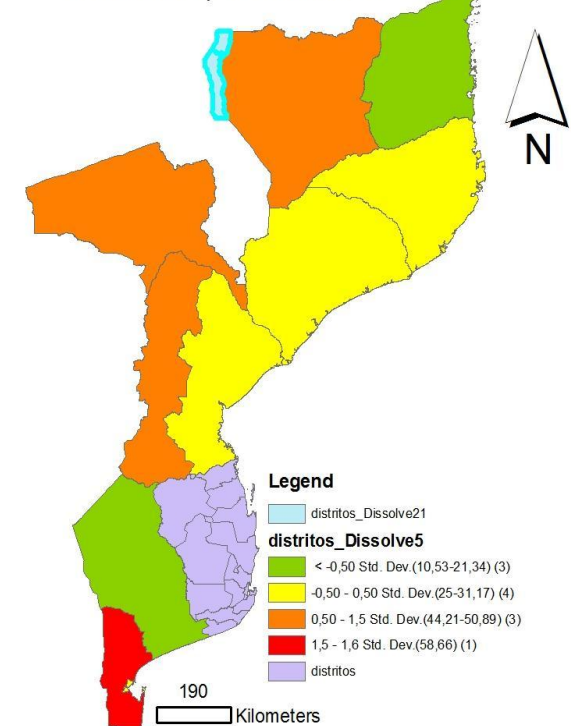
Percentagem de habitações particulares por tipo de cobertura, segundo Província, 1997



Percentagem das habitações particulares por tipo de cobertura segundo Províncias, 2007



Taxa de variação das habitações segundo o tipo de cobertura por Província, 97- 07

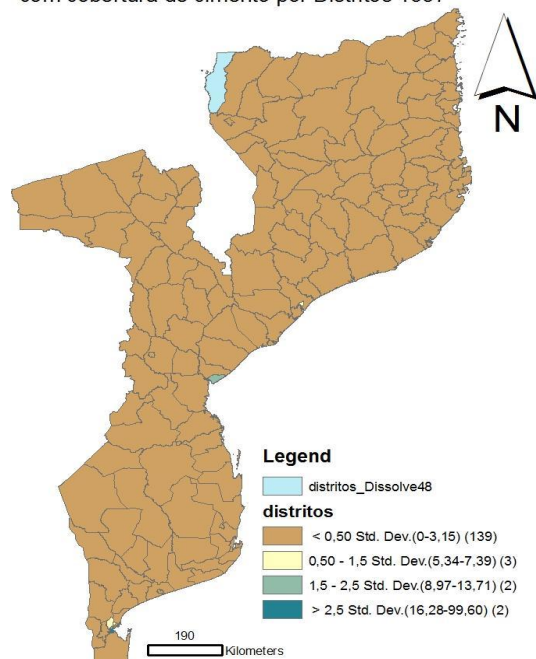


Segundo os últimos dois censos, em Moçambique a maior parte das habitações particulares apresentam cobertura de capim que corresponde a 76% seguida das habitações particulares com cobertura de chapas de zinco (24%) e por último uma pequena parte das habitações particulares têm cobertura em cimento (1,5%). As Províncias de Inhambane, Gaza, Cabo-Delgado foram as mais homogêneas ao apresentarem pouca variabilidade, entretanto as Províncias de Maputo, Tete e Manica foram as mais heterogêneas ao apresentarem grande variabilidade.

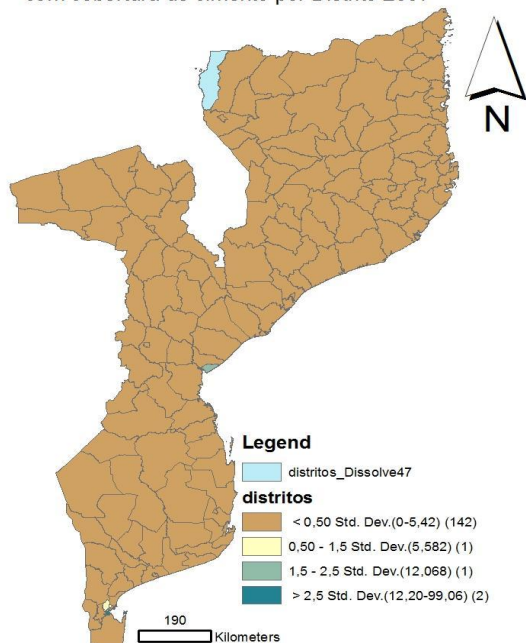
Habitações particulares por tipo de cobertura

% das habitações particulares com cobertura de cimento por Distritos (1997-2007)

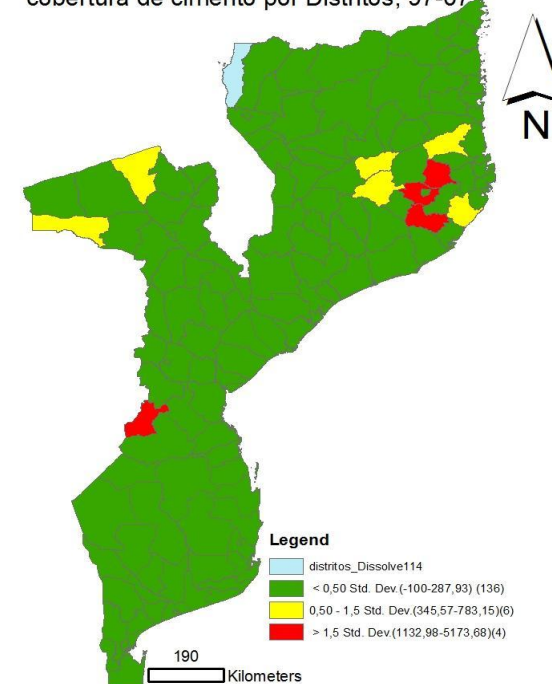
Percentagem das Habitações particulares com cobertura de cimento por Distritos 1997



Percentagem das habitações particulares com cobertura de cimento por Distrito 2007



Taxa de variação das habitações particulares com cobertura de cimento por Distritos, 97-07

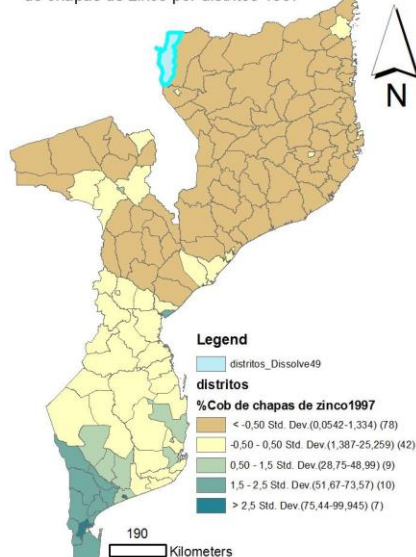


Em Moçambique 1,5% das habitações particulares têm cobertura de cimento. Os Distritos de Macossa, Majune, Maravia, Marrupa e de Mecula, foram ao longo deste período os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade. Os Distritos de Rapale-Nampula, Muecate, Mossurize, Mogovolas e de Erati, foram os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade na distribuição das habitações com cobertura de cimento.

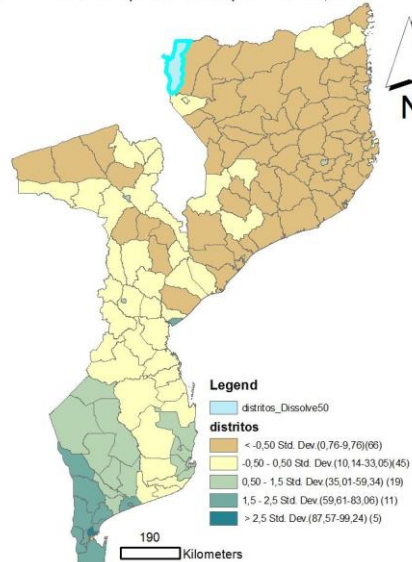
Habitações particulares por tipo de cobertura

% das habitações particulares com cobertura com chapas de zinco por Distritos, 1997-2007

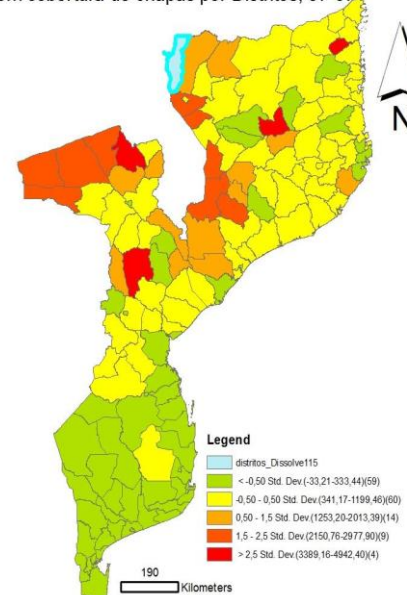
Percentagem das habitações particulares com cobertura de chapas de zinco por distritos 1997



Percentagem das habitações particulares com cobertura de chapas de zinco por Distritos, 2007



Taxa de variação das habitações particulares com cobertura de chapas por Distritos, 97-07

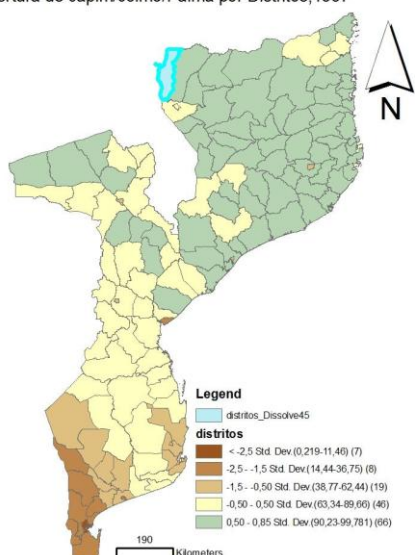


24% das habitações particulares em Moçambique têm cobertura com chapas de zinco. Os Distritos urbano nº1, cidade de Xai-Xai, Chókwe, Manhiça e o Distrito urbano nº4, foram os mais homogêneos ao longo deste período ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações com esta cobertura. Contrariamente os Distritos de Nipepe, Muidumbe, Macossa, Macanga e Chitundo foram ao longo deste período os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade nas habitações com este tipo de cobertura.

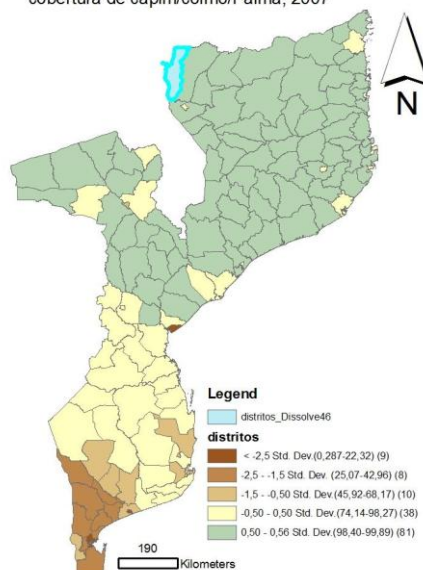
Habitações particulares por tipo de cobertura

% das habitações particulares com cobertura de capim/colmo, por Distritos, 1997-2007

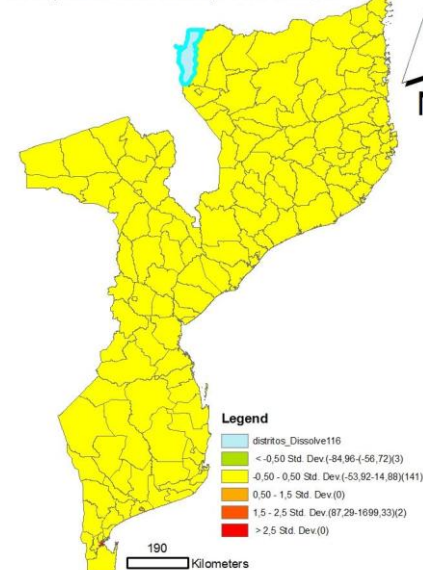
Percentagem das habitações particulares com cobertura de capim/colmo/Palma por Distritos, 1997



Percentagem das habitações Particulares com cobertura de capim/colmo/Palma, 2007



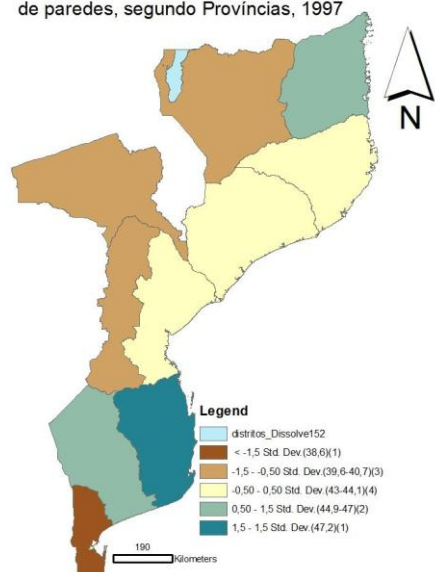
Taxa de variação das habitações com cobertura de capim/colmo/Palma por Distritos, 97-07



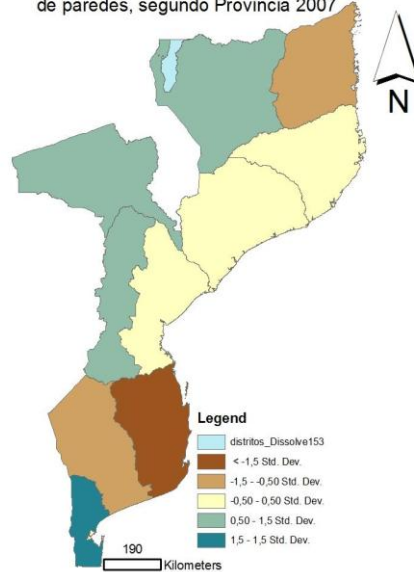
A maior parte das habitações particulares em Moçambique apresentam cobertura em capim (76%), sendo os Distritos urbanos nº 3, distrito urbanos nº 2, Distrito urbano nº 5, Cidade da Matola e Tete, aqueles que apresentam maior homogeneidade ou seja pouca variabilidade deste tipo de habitação, entretanto os Distritos urbano nº 1, Cidade de Xai-Xai, Manhiça, Chokwe e Chinde foram os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade.

Habitações particulares por tipo de paredes, por Províncias, 1997-2007

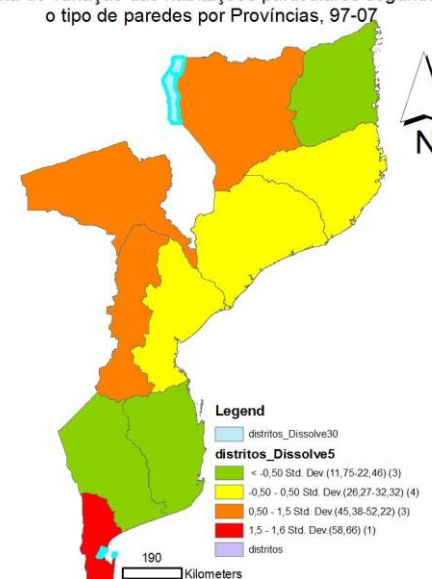
Percentagem de habitações particulares por tipo de paredes, segundo Províncias, 1997



Percentagem das habitações particulares por tipo de paredes, segundo Província 2007



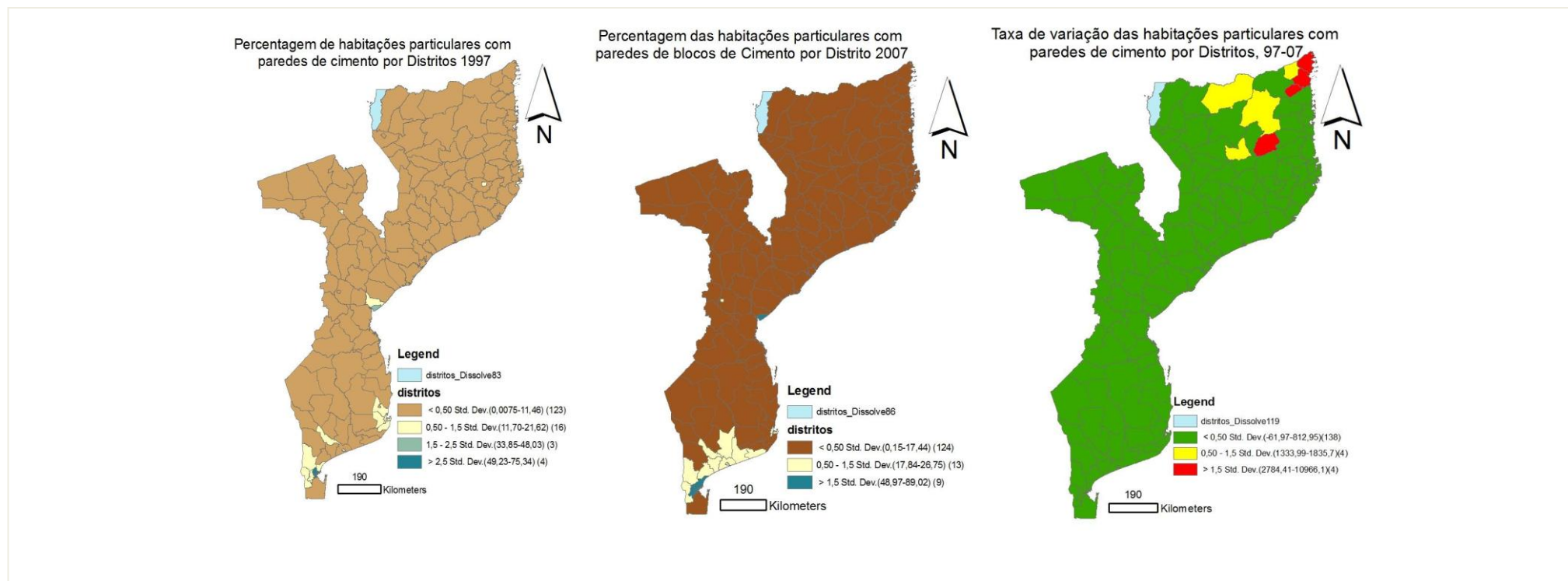
Taxa de variação das habitações particulares segundo o tipo de paredes por Províncias, 97-07



Em Moçambique os materiais de construção predominantes nas paredes, correspondem na sua maioria aos geralmente utilizados na construção de palhotas e habitações informais ou seja 34,6% das habitações têm paredes de paus maticados, 32% têm paredes de blocos de adobe, 18,3% têm paredes de caniço/paus, 12,3% têm paredes de cimento, 4,9% têm paredes de blocos de tijolo e por último 0,9% das habitações têm paredes de madeira. As Províncias de Inhambane, Gaza, Cabo Delgado, Nampula, foram as mais homogêneas ao apresentarem pouca variabilidade, em contrapartida, Maputo Província, Tete, Manica e Niassa foram as mais heterogêneas ao apresentarem uma grande variabilidade, no período de 1997 e 2007.

Habitações particulares por tipo de paredes

% das habitações particulares com paredes em blocos de cimento, por Distritos, 1997-2007

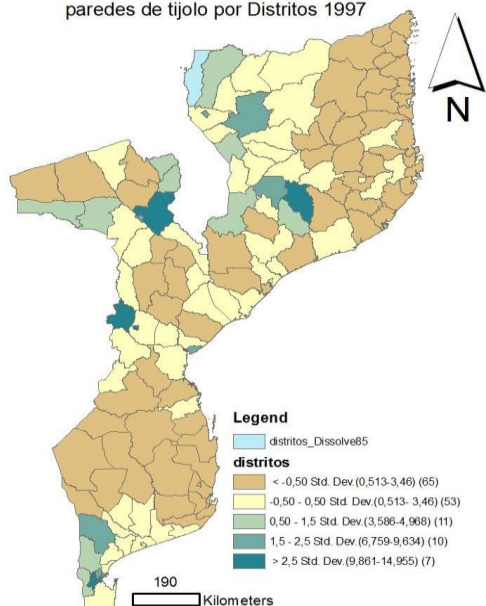


Segundo os últimos dois censos realizados em Moçambique, as habitações particulares com paredes em blocos de cimento representam 12,3%. Os Distritos de Moatize, Ancuabe, cidade de Tete, Lugela e Cidade da Ilha de Moçambique foram as mais homogêneas ao apresentarem pouca variabilidade em habitações com este tipo paredes, mas os Distritos Muidumbe, Palma, Mocimba da Praia, Namuno e Nipepe foram os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade nas habitações com paredes de cimento.

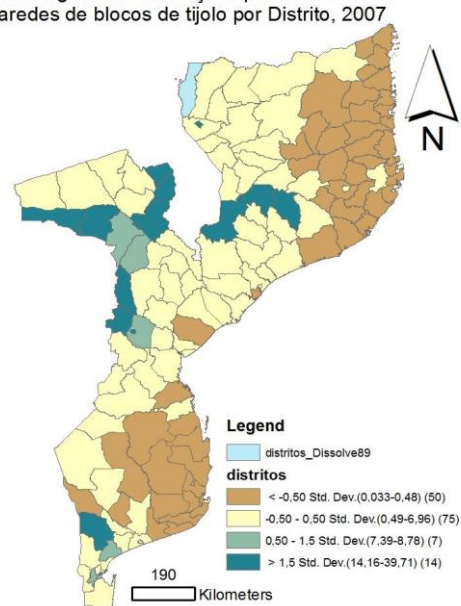
Habitações particulares por tipo de paredes

% das habitações com paredes em blocos de tijolos por Distritos, 1997-2007

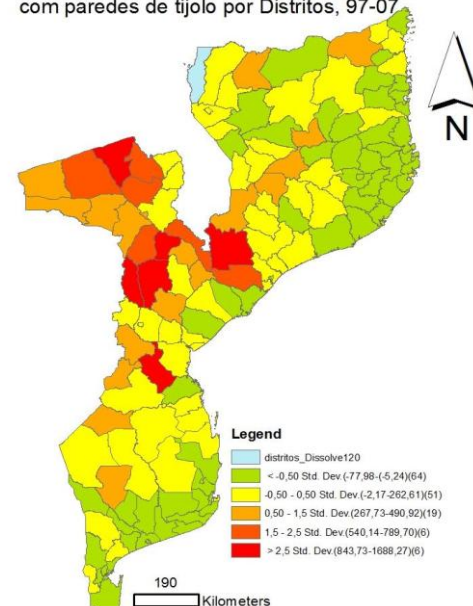
Percentagem das habitações particulares com paredes de tijolo por Distritos 1997



Percentagem das habitações particulares com paredes de blocos de tijolo por Distrito, 2007



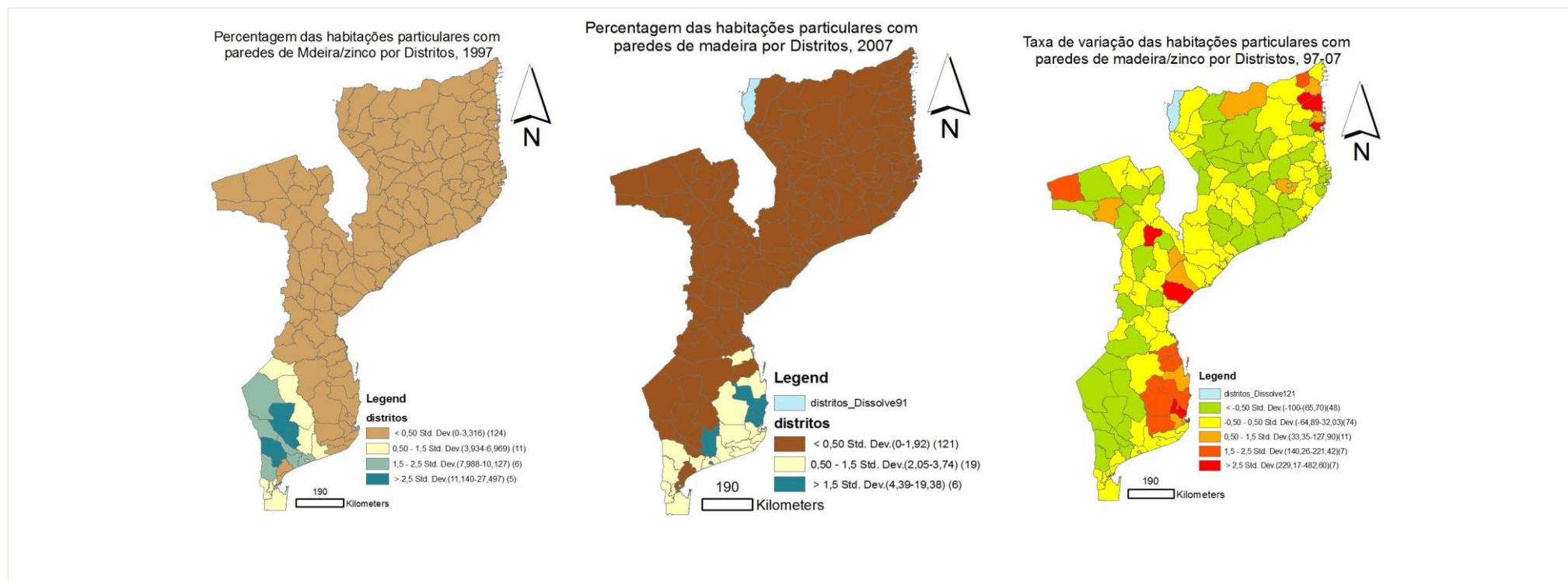
Taxa de variação das habitações particulares com paredes de tijolo por Distritos, 97-07



Em Moçambique as habitações com paredes em blocos de tijolo representam 4,9% segundo os censos de 1997 e 2007. Os Distritos de Majume, Mecufi, Rapale-Nampula, Moma e Palma, foram ao longo deste período os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de paredes nas habitações. Situação contrária foi verificada nos Distritos de Tambara, Chifunde, Morrumbala, Barue e Chibabava, nos quais a variabilidade das habitações particulares com este tipo de paredes foi grande.

Habitações particulares por tipo de paredes

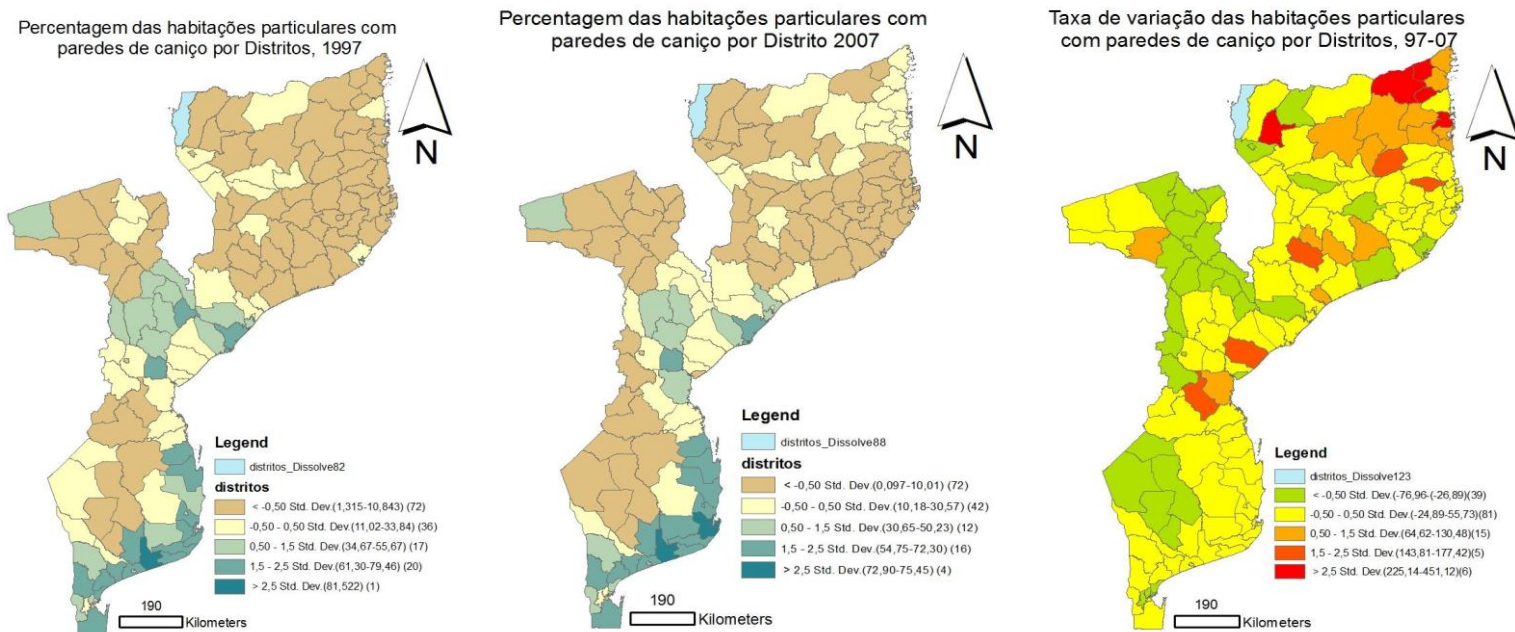
% das habitações particulares com paredes de madeira/zinco por Distritos, 1997-2007.



Em Moçambique as habitações particulares com paredes de madeira e zinco representam 0,9% segundo os censos de 1997 e 2007. Os Distritos de Chemba, Lugela, Maua, Nipepe e de Mabalane foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade. Entretanto os Distritos de Pemba, Cidade de Inhambane, Tambara, Muidumbe, Muanza foram os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de habitação.

Habitações particulares por tipo de paredes

% das habitações particulares com paredes de caniço, por Distritos, 1997-2007

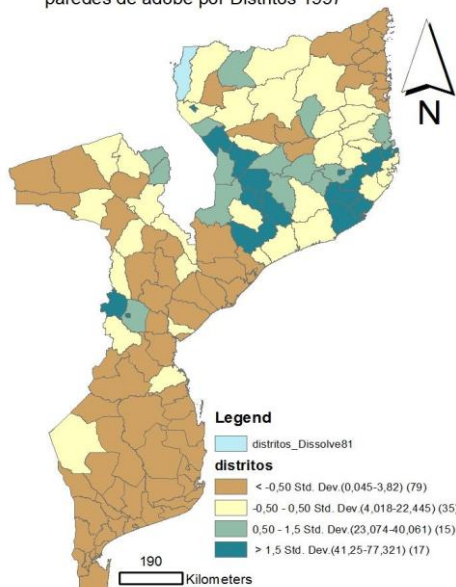


18,3% das habitações particulares em Moçambique possuem paredes em caniço/paus, sendo os Distritos Urbano nº 4, Ibo, distrito nº3, Chicualacuala, e Massangena, os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade. Em contrapartida os Distritos de Quissanga, Muidumbe, cidade de Pemba, Muembe, Nangade e Mueda foram os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade nas habitações particulares com este tipo de paredes.

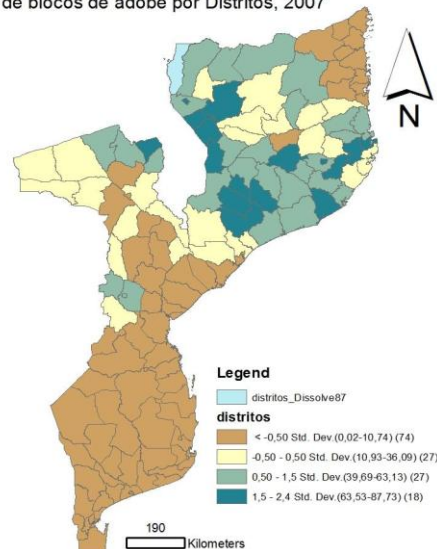
Habitações particulares por tipo de paredes

% das habitações particulares com paredes em blocos de adobe, por Distritos, 1997-2007

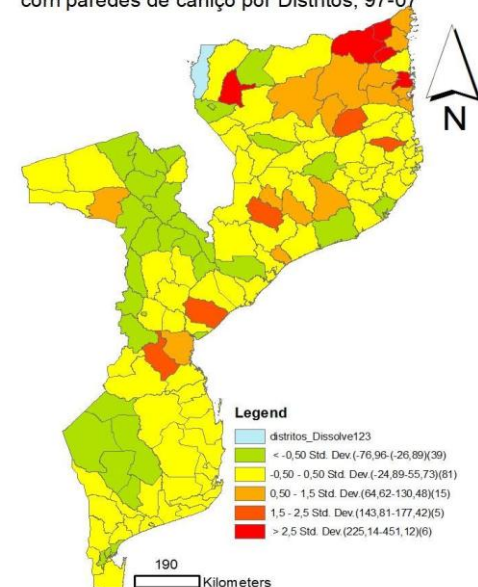
Percentagem das habitações particulares com paredes de adobe por Distritos 1997



Percentagem das habitações particulares com paredes de blocos de adobe por Distritos, 2007



Taxa de variação das habitações particulares com paredes de caniço por Distritos, 97-07

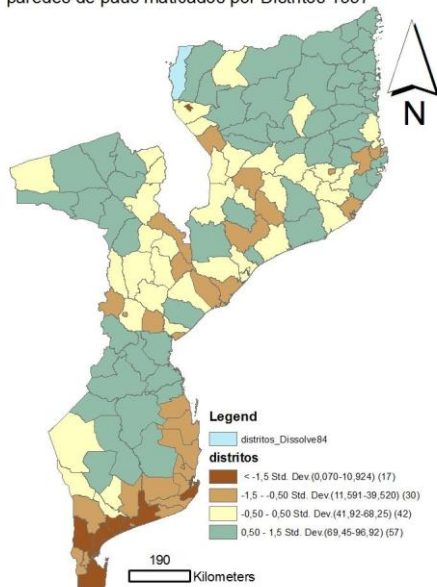


Segundo os censos 1997 e 2007, em Moçambique as habitações particulares com paredes em blocos de adobe, representam 32%. Os Distritos de Massingir, Marracuene, cidade da Matola, Moamba, Distrito urbano nº 4 foram ao longo deste período os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações com este tipo de paredes. Situação oposta foi registada nos Distritos do Ibo, Palma, Marávia, Muidumbe e Chigubo que foram completamente heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade neste tipo de habitação.

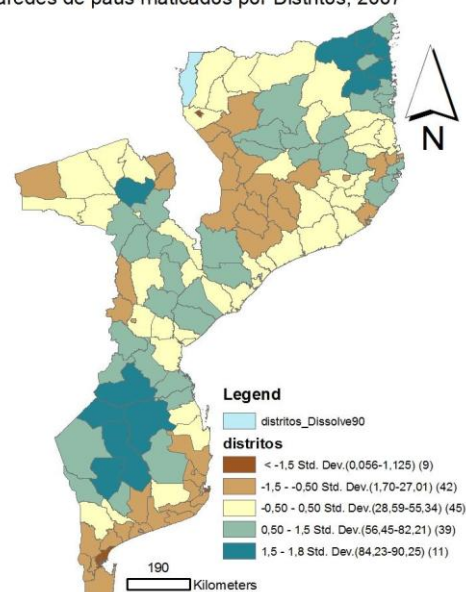
Habitações particulares por tipo de paredes

% das habitações particulares com paredes em paus maticados por Distritos, 1997-2007

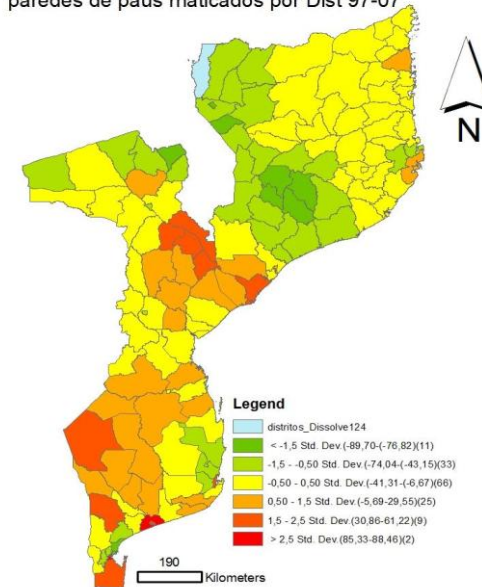
Percentagem das habitações particulares com paredes de paus maticados por Distritos 1997



Percentagem das habitações particulares com paredes de paus maticados por Distritos, 2007



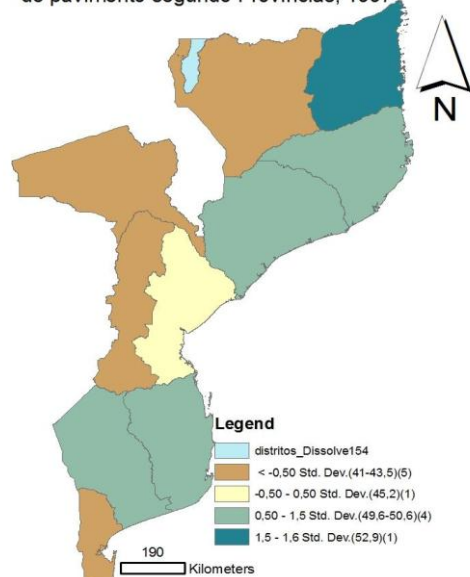
Percentagem das habitações particulares com paredes de paus maticados por Dist 97-07



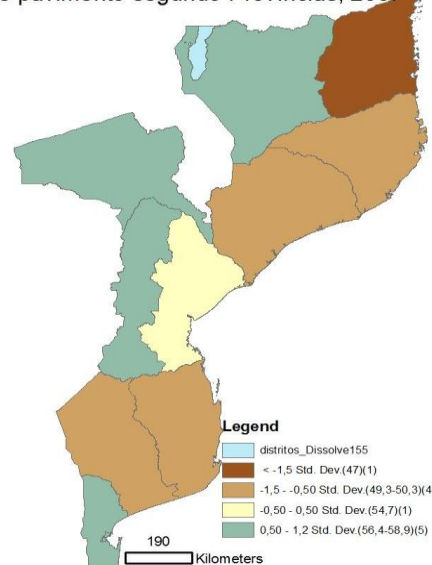
Segundo os resultados dos censos de 1997 e 2007 a maior parte das habitações particulares em Moçambique apresentam paredes em paus maticados (34,6%). Os Distritos de cidade de Lichinga, distrito urbano nº 3, Ile, Mamaroi e de Alto Molócue, foram ao longo deste período os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de paredes; em contrapartida os Distrito urbano nº1, Xai-Xai, Chinde, Magude, e de Matutuine foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade neste tipo de paredes nas habitações particulares.

Habitações particulares por tipo de pavimento, por Províncias, 1997-2007

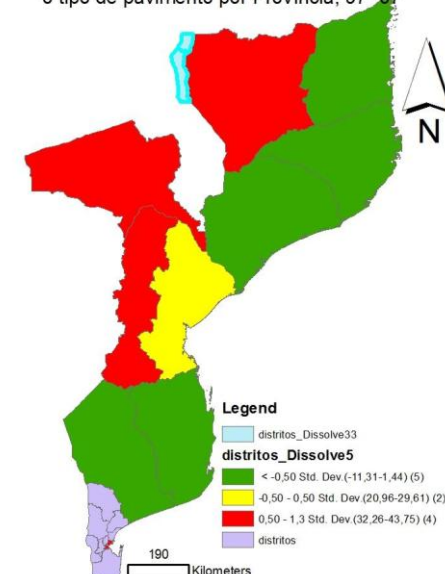
Percentagem das habitações particulares por tipo de pavimento segundo Províncias, 1997



Percentagem das habitações particulares por tipo de pavimento segundo Províncias, 2007



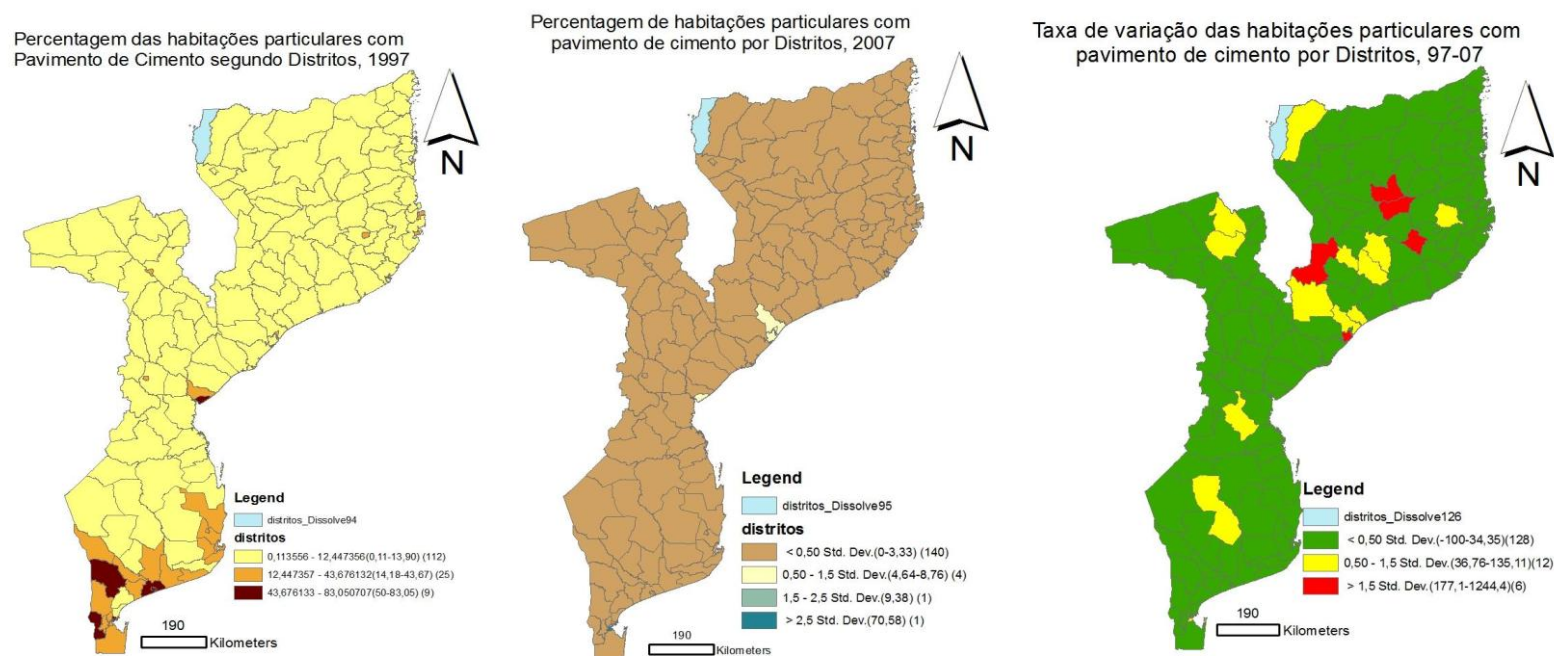
Taxa de variação das habitações particulares segundo o tipo de pavimento por Província, 97- 07



Cerca de ¼ das habitações particulares em Moçambique apresentavam um pavimento feito de adobe, 1,1% tinham pavimento em parquet, 1,1% tinham pavimento em cimento 0,9% tinham pavimento feito de terra batida. 0,9%. As Províncias de Cabo-Delgado, Nampula, Gaza, foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade em contrapartida as províncias de Maputo Província, Tete e Manica foram as mais heterogéneas ao apresentarem grande variabilidade.

Habitações particulares por tipo de pavimento

% das habitações particulares com pavimento de cimento por Distritos, 1997-2007.

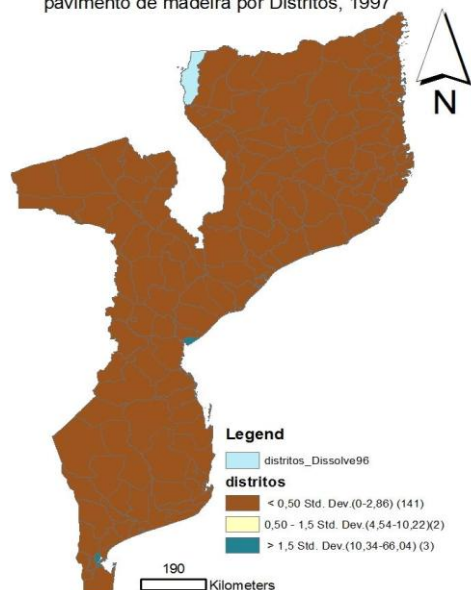


Os resultados produzidos pelos censos 1997 e 2007 indicaram que 1,1% das habitações particulares possuem pavimento de cimento, sendo os Distritos de Funhalouro, Majune, Maringue, Maua, Mecula os que foram mais homogêneos ou seja apresentaram pouca variabilidade neste tipo de habitação. Situação contrária foi verificada nos Distritos de Nipepe, Inhassunge, Murrupula, Lalava e de Milange que foram mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de pavimento nas habitações particulares.

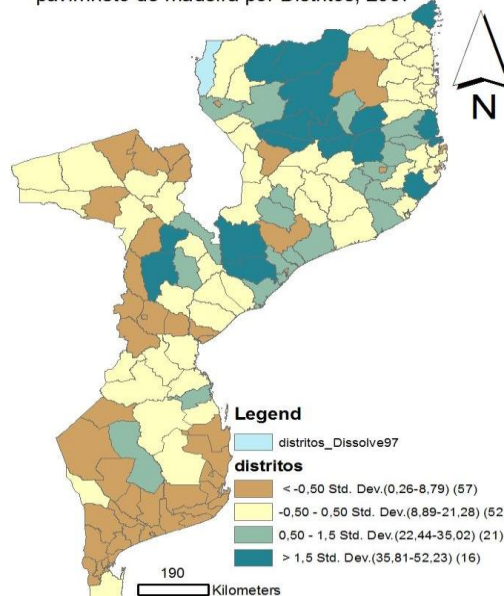
Habitações particulares por tipo de pavimento

% das habitações particulares com pavimento de madeira por Distritos, 1997-2007.

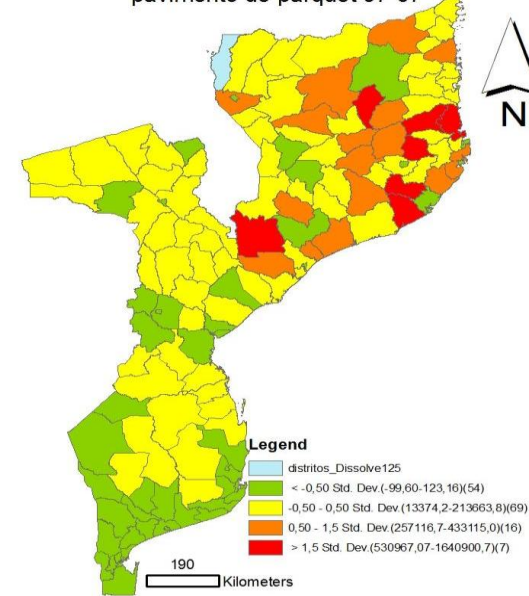
Percentagem das habitações particulares com pavimento de madeira por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares com pavimento de madeira por Distritos, 2007



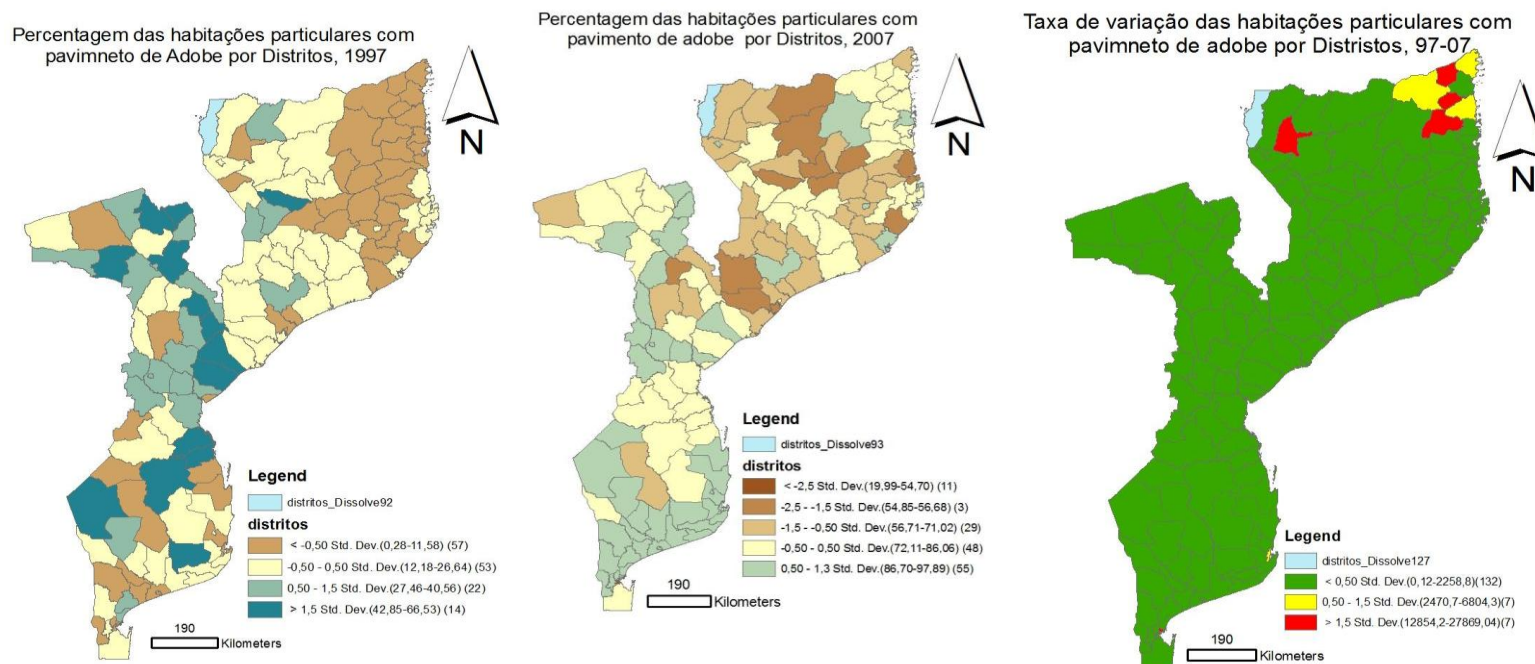
Taxa de variação das habitações particulares com pavimento de parquet 97-07



Em Moçambique 1,1% são habitações particulares com pavimento de parquet. Os Distritos urbano nº1, Matola, distrito urbano nº 2, distrito urbano nº5, cidade da Matola, cidade da Beira foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de pavimento nas habitações. Entretanto os Distritos de Mogovolas, Memba, Moma, Balama e Erati foram ao longo deste período os mais Heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de pavimento.

Habitações particulares por tipo de pavimento

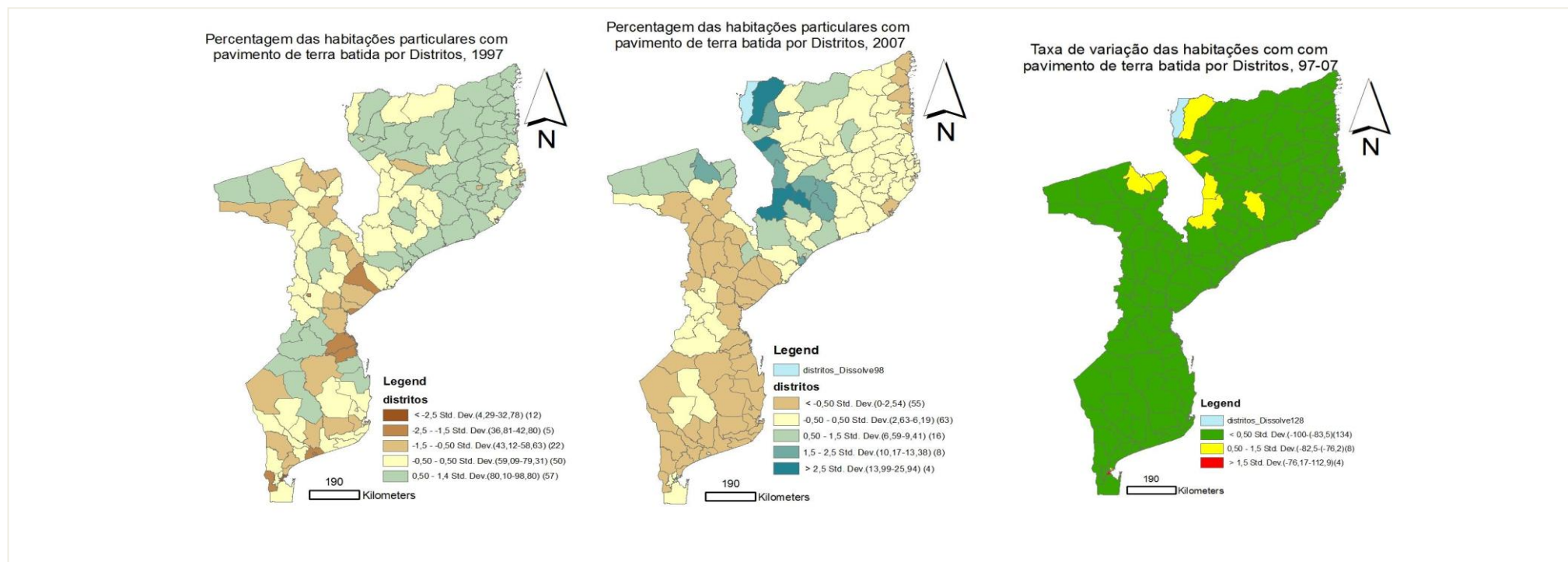
% das habitações particulares com pavimento de adobe por Distritos, 1997-2007.



Em Moçambique a maior parte das habitações particulares apresentam um pavimento feito de adobe, 23,3%. Os Distritos de Metrica, Govuro, Machanga, Cheringoma e Macanga foram os mais homogêneos ao longo deste período ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de pavimento, entretanto os Distritos de Meluco, Muindumbe, Distrito urbano nº2, Distrito urbano nº3, Distrito urbano nº5, foram os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de pavimento.

Habitações particulares por tipo de pavimento

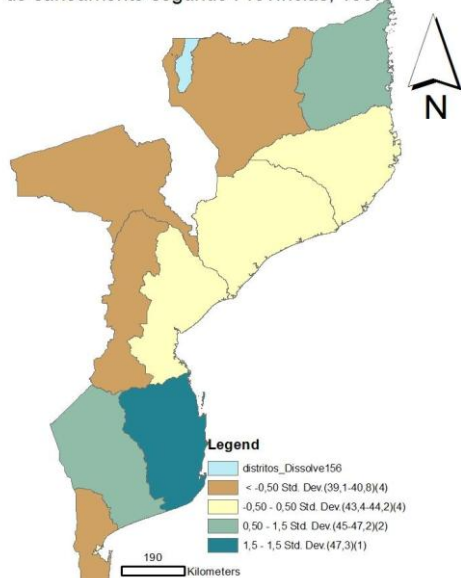
% das habitações particulares com pavimento em terra batida, por Distritos, 1997-2007



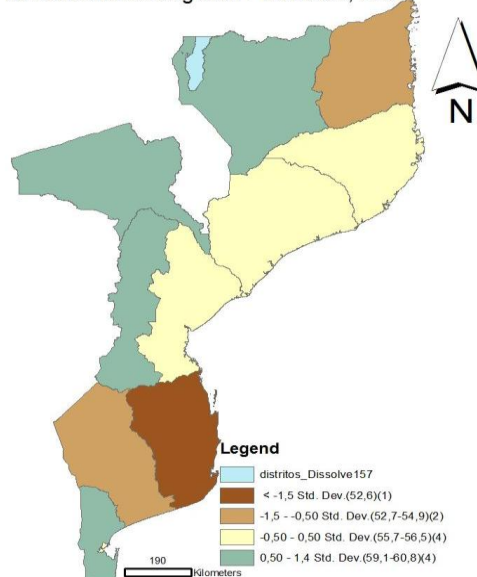
Em Moçambique, 0,9% das habitações particulares apresentam pavimento feito com terra batida. Os Distritos de Macossa, Ibo, Jangamo, Homoine, e de Morrumbene, foram os mais homogêneos ao longo deste período ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com pavimento de terra batida. Em contrapartida os Distritos urbano nº 1, Nguma, Distrito urbano nº2, Distrito urbano nº5 e Macanga foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares com pavimento de terra batida.

Habitações particulares por tipo de saneamento, por Províncias, 1997-2007

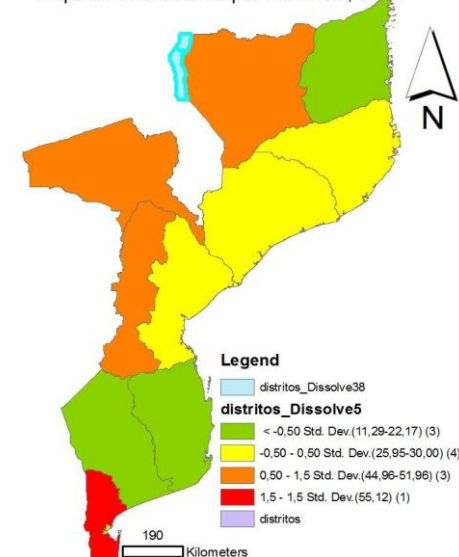
Percentagem das habitações particulares por tipo de saneamento segundo Províncias, 1997



Percentagem das habitações particulares por tipo de saneamento segundo Províncias, 2007



Taxa de variação das habitações particulares segundo o tipo de saneamento por Província, 97-07

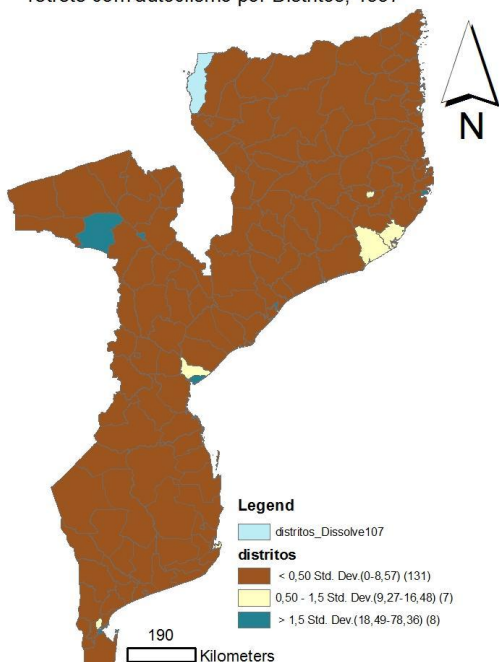


6,6% das habitações particulares tinham retretes sem autoclismo; 5,9% tinham latrinas e apenas 3,2% das habitações particulares tinham retrete com autoclismo. As Províncias de Inhambane, Gaza e Cabo Delgado foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade, entretanto as Províncias de Maputo Província, Tete e Manica foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade.

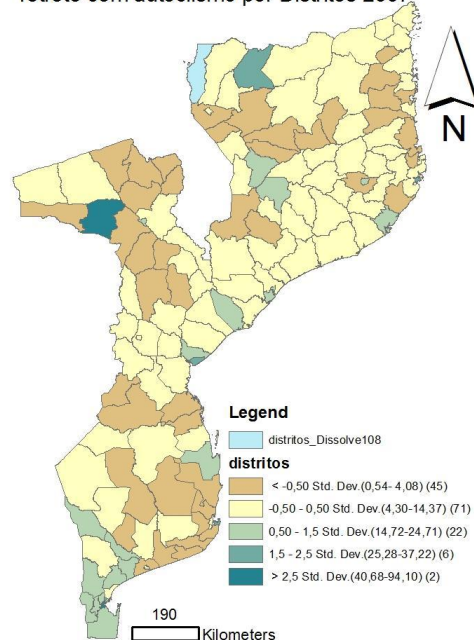
Habitações particulares por tipo de saneamento

% das habitações particulares com retrete com autoclismo, por Distritos, 1997-2007

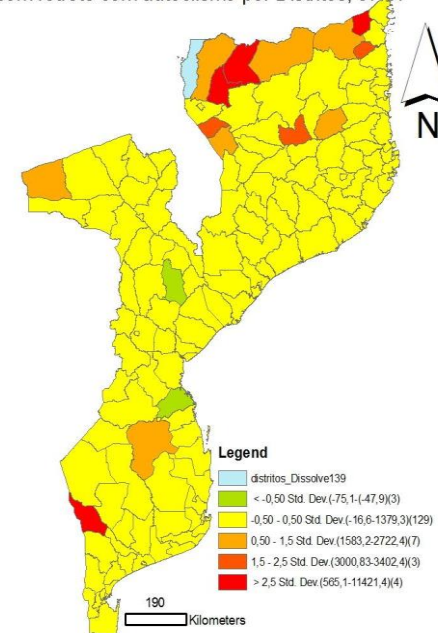
Percentagem das habitações particulares com retrete com autoclismo por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares com retrete com autoclismo por Distritos 2007



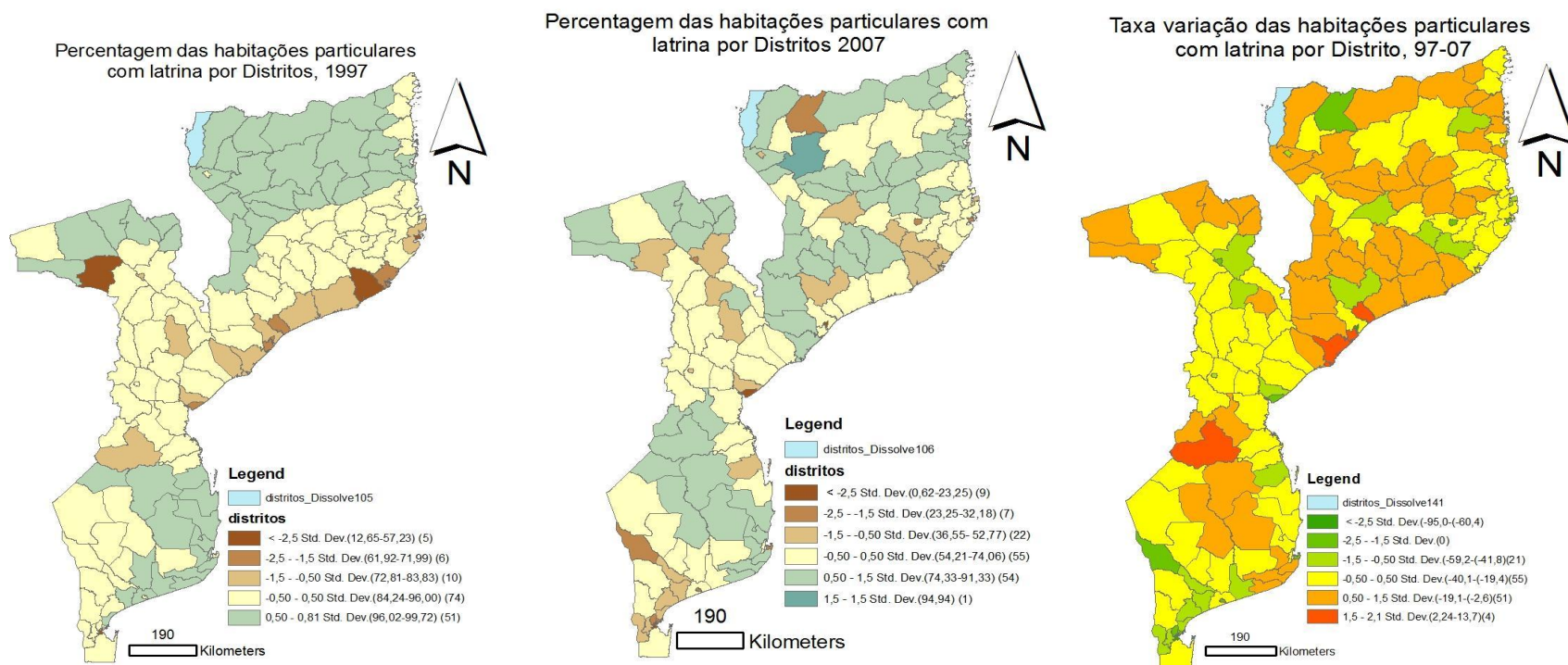
Taxa de variação das habitações particulares com retrete com autoclismo por Distritos, 97-07



Uma minoria da população em Moçambique vive em habitações particulares com retrete com autoclismo (3,2%). Os Distritos de Machanga, Ibo, Maringue, Nhamatanda e cidade de Quelimane, foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com retrete com autoclismo, situação contrária foi verificada nos Distritos de Muembe, Mavago, Nangade, Massingir e Nguma foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade de habitações particulares com retretes com autoclismo.

Habitações particulares por tipo de saneamento

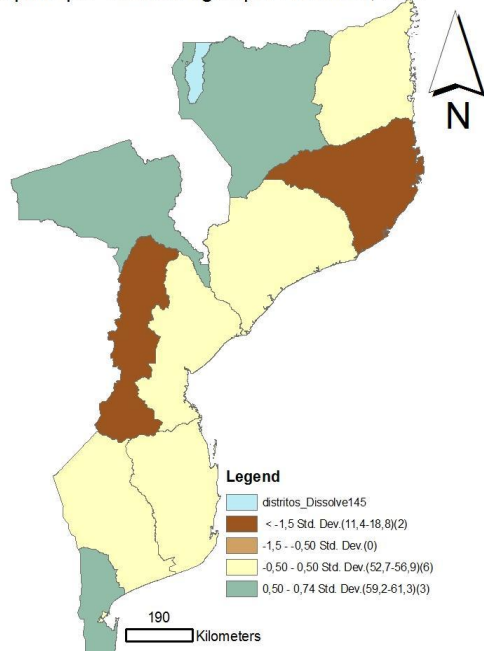
% das habitações particulares com latrina, por Distritos, 1997-2007



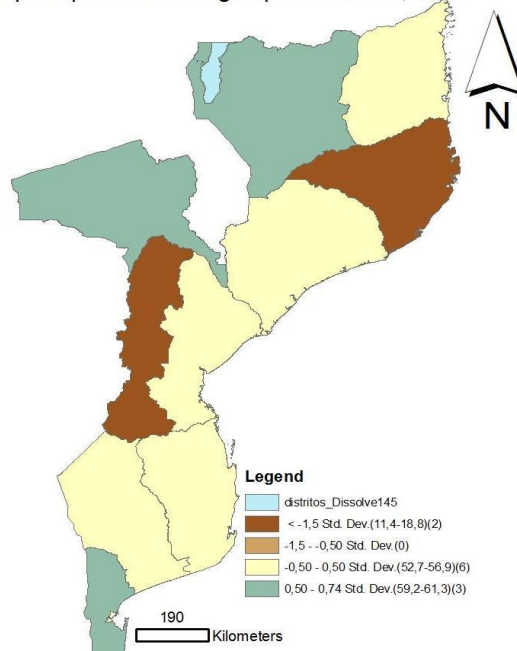
Segundo os últimos censos realizados em Moçambique, 5,9% das habitações particulares só têm latrina. Os Distritos urbanos nº1, cidade de Quelimane, Distrito urbano nº4, cidade da Beira, Distrito urbano nº 3 e o Distrito urbano nº5 foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com latrina, em contrapartida os Distritos de Inhassunge, Namacurra, Chinde, Machaze, Chemba, Majune foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares com latrina no período 1997-2007.

Habitações particulares segundo a principal fonte de água, por Província, 1997-2007

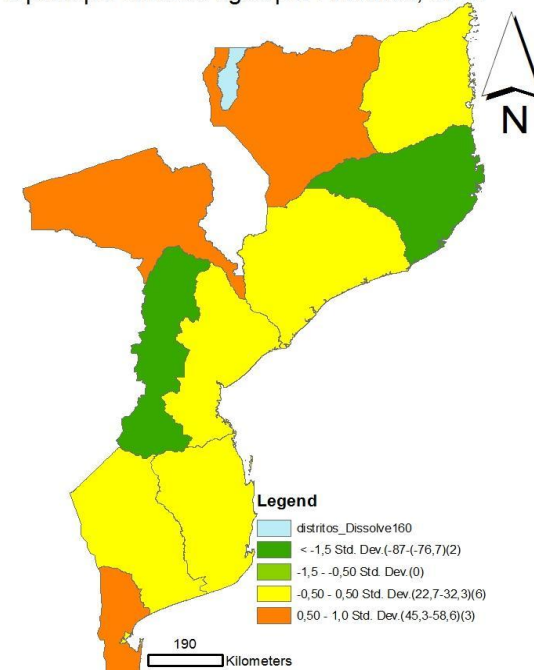
Percentagem das habitações particulares segundo a principal fonte de água por Província, 2007



Percentagem das habitações particulares segundo a principal fonte de água por Província, 2007



Taxa de variação das habitações particulares segundo a principal fonte de água por Província, 97-07

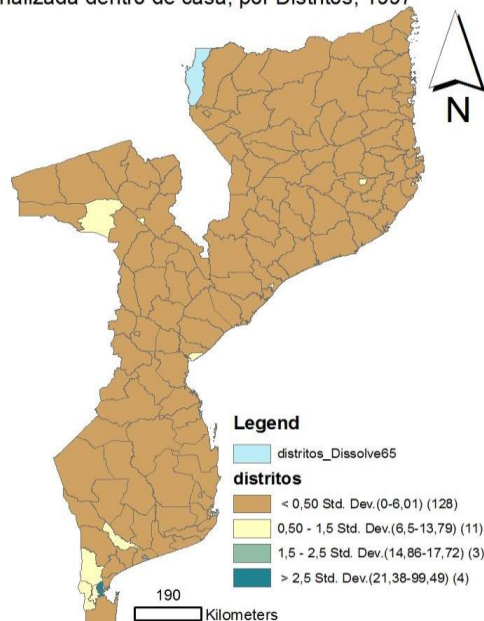


A maior parte das habitações particulares de Moçambique são servidas por água do poço (64%); 23,4% são servidas por água do lago ; 11,2% usam água de fontenários e apenas 2,7% das habitações particulares têm água canalizada dentro de casa. As Províncias de Nampula, Manica, Inhambane e Gaza foram as mais homogêneas ou seja com pouca variabilidade, porém, as Províncias de Maputo, Tete, Niassa, Maputo cidade foram as mais heterogêneas ao apresentarem grande variabilidade.

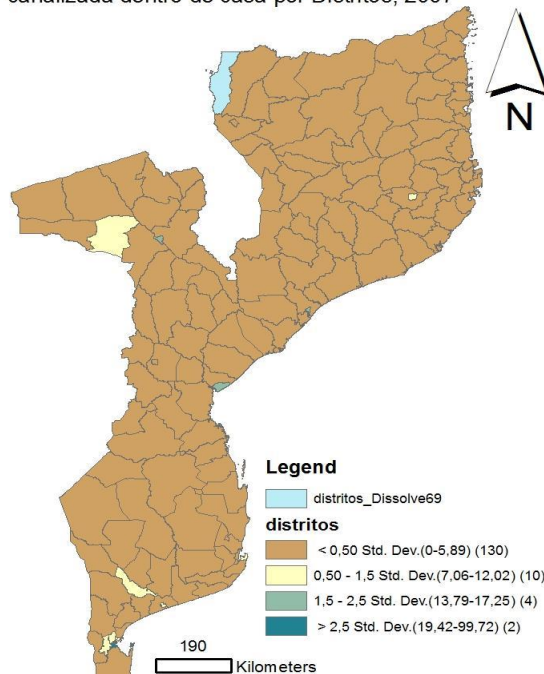
Habitações particulares segundo a principal fonte de água

% das habitações particulares com água canalizada dentro de casa, por Distritos, 1997-2007

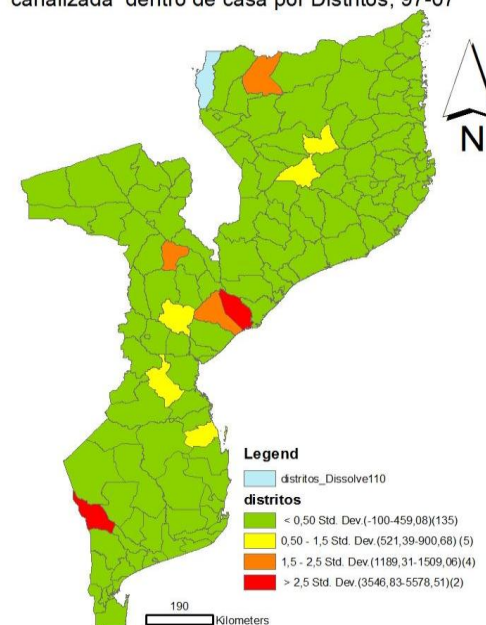
Percentagem das habitações particulares com água canalizada dentro de casa, por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares com água canalizada dentro de casa por Distritos, 2007



Percentagem das habitações particulares com água canalizada dentro de casa por Distritos, 97-07

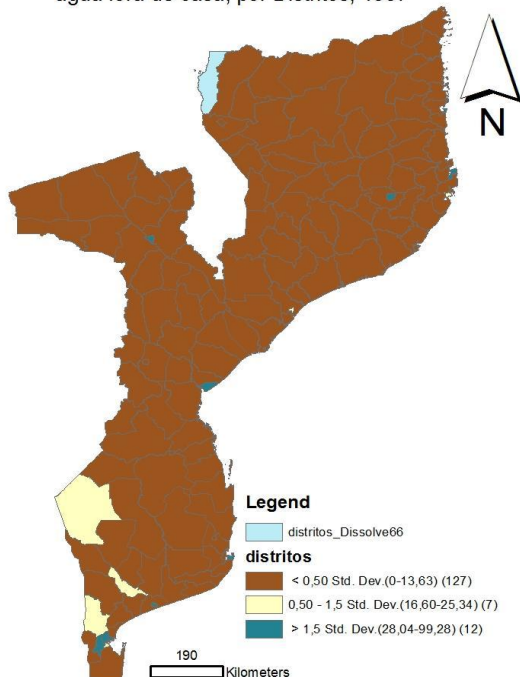


Apenas 2,7% das habitações particulares têm água canalizada dentro de casa. Os Distritos de Chigubo, Guro, Homoine, Nhamatanda, Meconta e de Chicualacuala foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com água canalizada dentro de casa. Por outro lado os Distritos de Marromeu, Massingir, Lago, Tambara, Mavago e de Cheringoma, foram os mais heterogêneos ao apresentarem uma grande variabilidade.

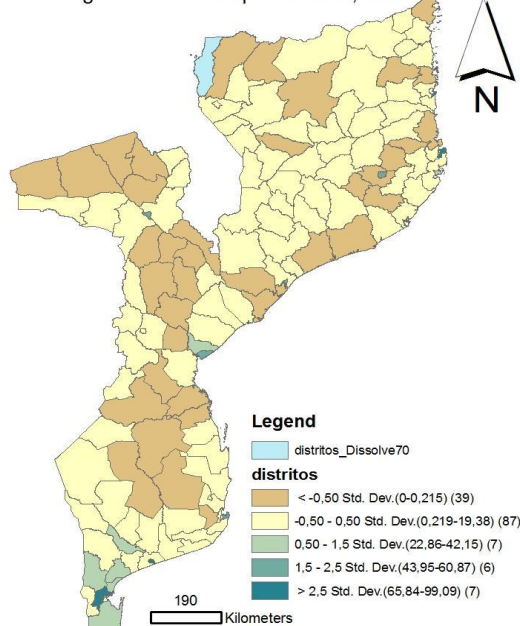
Habitações particulares segundo a principal fonte de água

% das habitações particulares com água fora de casa, por Distritos, 1997-2007

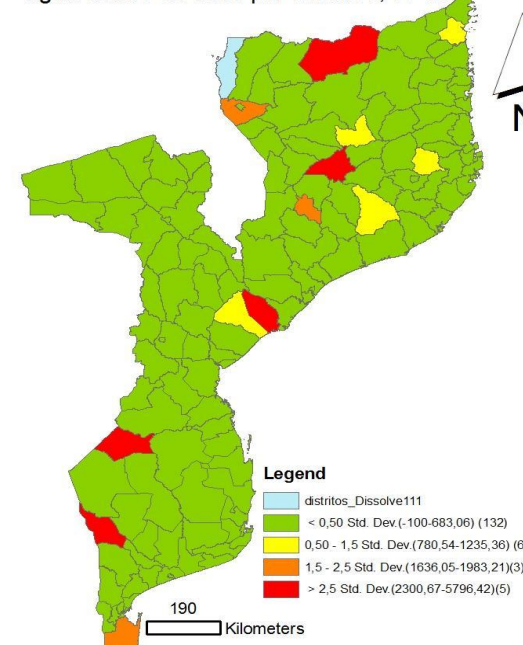
Percentagem das habitações particulares com água fora de casa, por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares com água fora de casa por Distritos, 2007



Taxa de variação das habitações particulares com água dentro de casa por Distritos, 97-07

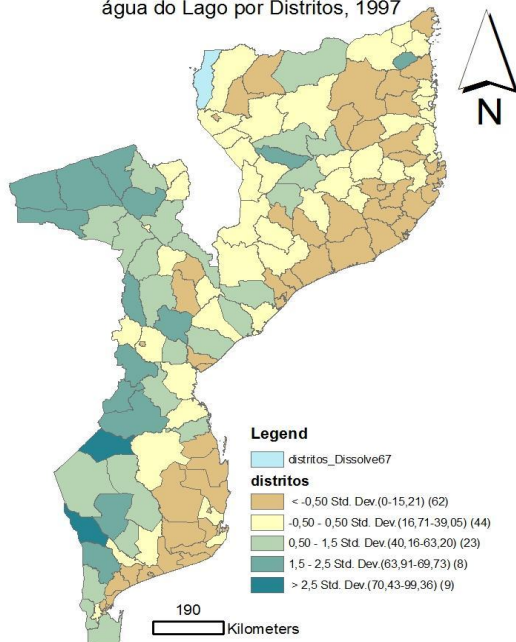


Em Moçambique, 11,2% das habitações particulares usam água em fontenárias fora de casa. Os Distritos de Mavango, Tambara, Nhamatanda, Homoine, Chiúta e de Chicualacuala foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas casas com água em fontenárias fora de casa. Em contrapartida os Distritos de Massangena, Malema, Marromeu, Massingir, Mecula e de Matutuine foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações que usam água em fontenárias fora de casa.

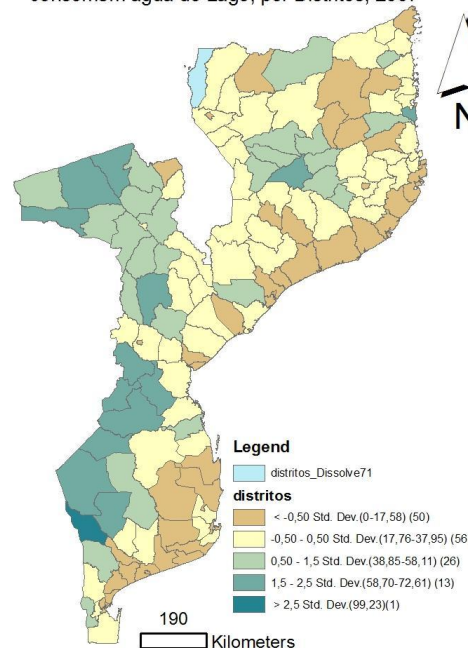
Habitações particulares segundo a principal fonte de água

% das habitações particulares consumindo água do lago, por Distritos, 1997-2007

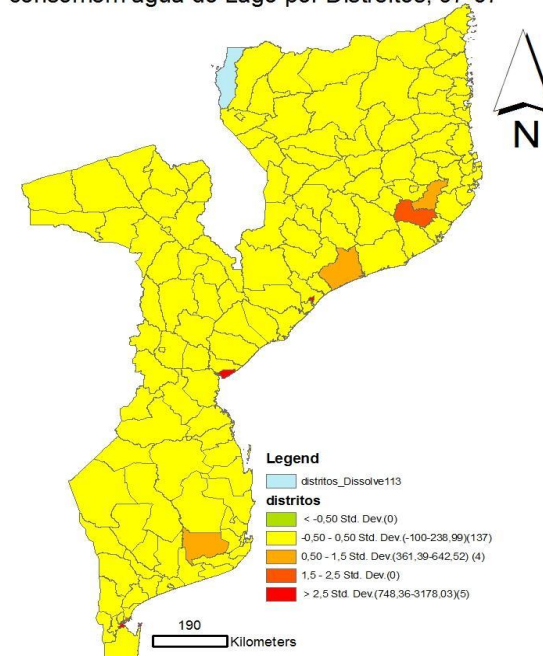
Percentagem das habitações particulares que consomem água do Lago por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares que consomem água do Lago, por Distritos, 2007



Taxa de variação das habitações particulares que consomem água do Lago por Distritos, 97-07

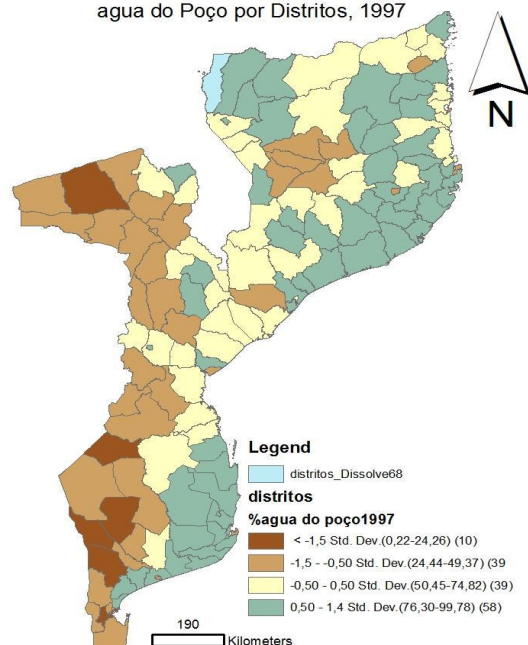


23,4% das habitações particulares consomem água do lago. Os Distritos urbanos nº 2, Distrito urbano nº5, Marracuene, Distrito urbano nº4, Marromeu e Matutuine foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas casas particulares que consomem água do lago, em contrapartida os Distritos do Ibo, Distrito urbano nº 1, cidade de Quelimane, cidade da Beira, Mogovolas e o Distrito urbano nº3 foram os mais homogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares que consomem água do lago.

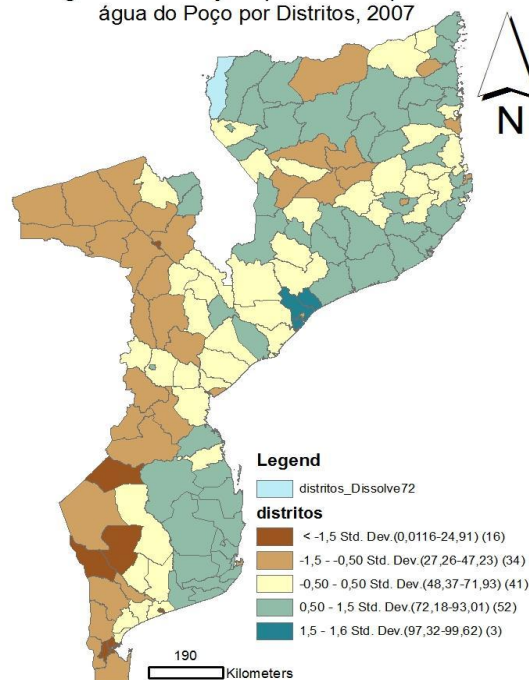
Habitações particulares segundo a principal fonte de água

% das habitações particulares consumindo água do poço, por Distritos, 1997-2007

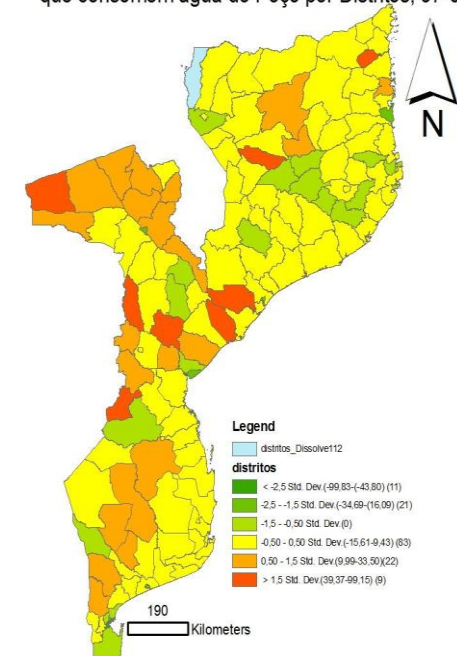
Percentagem das habitações particulares que consomem água do Poço por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares que consomem água do Poço por Distritos, 2007



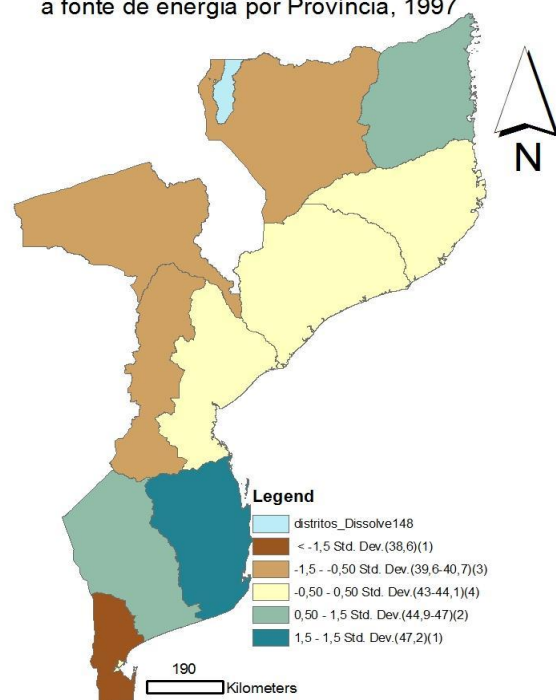
Taxa de variação das habitações das habitações particulares que consomem água do Poço por Distritos, 97-07



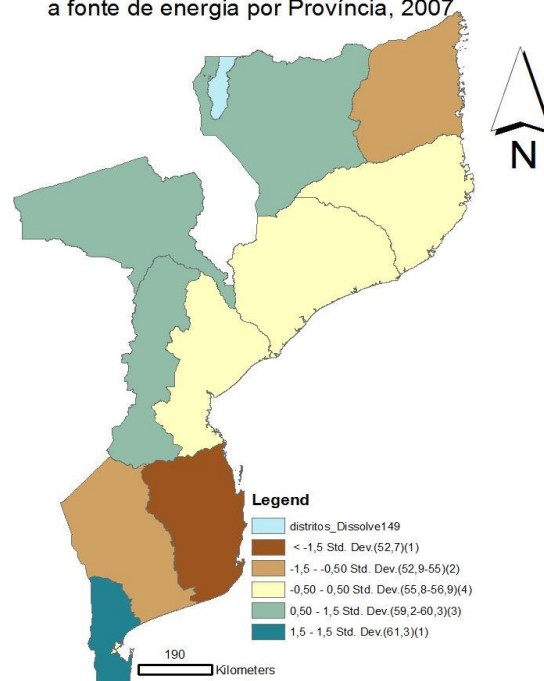
A maior parte das habitações particulares são servidas por água do poço (64%). Os Distritos urbano nº1, Distrito urbano nº 4, Distrito urbano nº 3, cidade de Pemba e cidade de Xai-Xai foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade; entretanto os Distritos de Metrica, Barue, Zumbu, Mossurize, Lago, Gorongosa foram os distritos mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares servidas poa água do poço.

Habitações particulares segundo a principal fonte de energia, por Províncias, 1997-2007

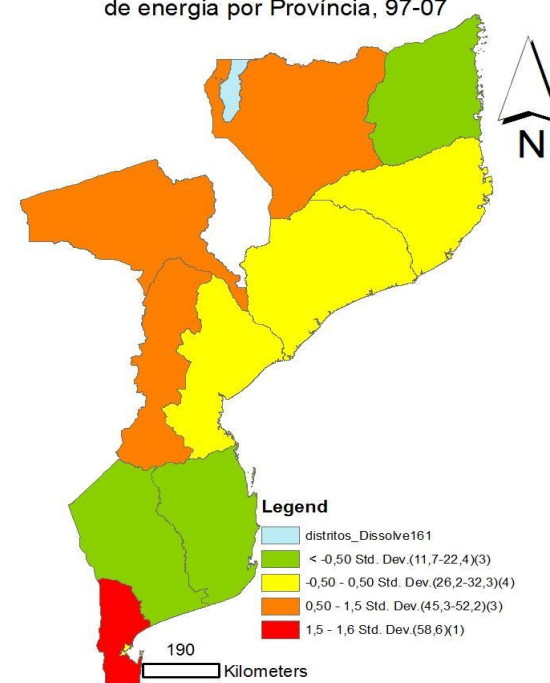
Percentagem das habitações particulares segundo a fonte de energia por Província, 1997



Percentagem das habitações particulares segundo a fonte de energia por Província, 2007



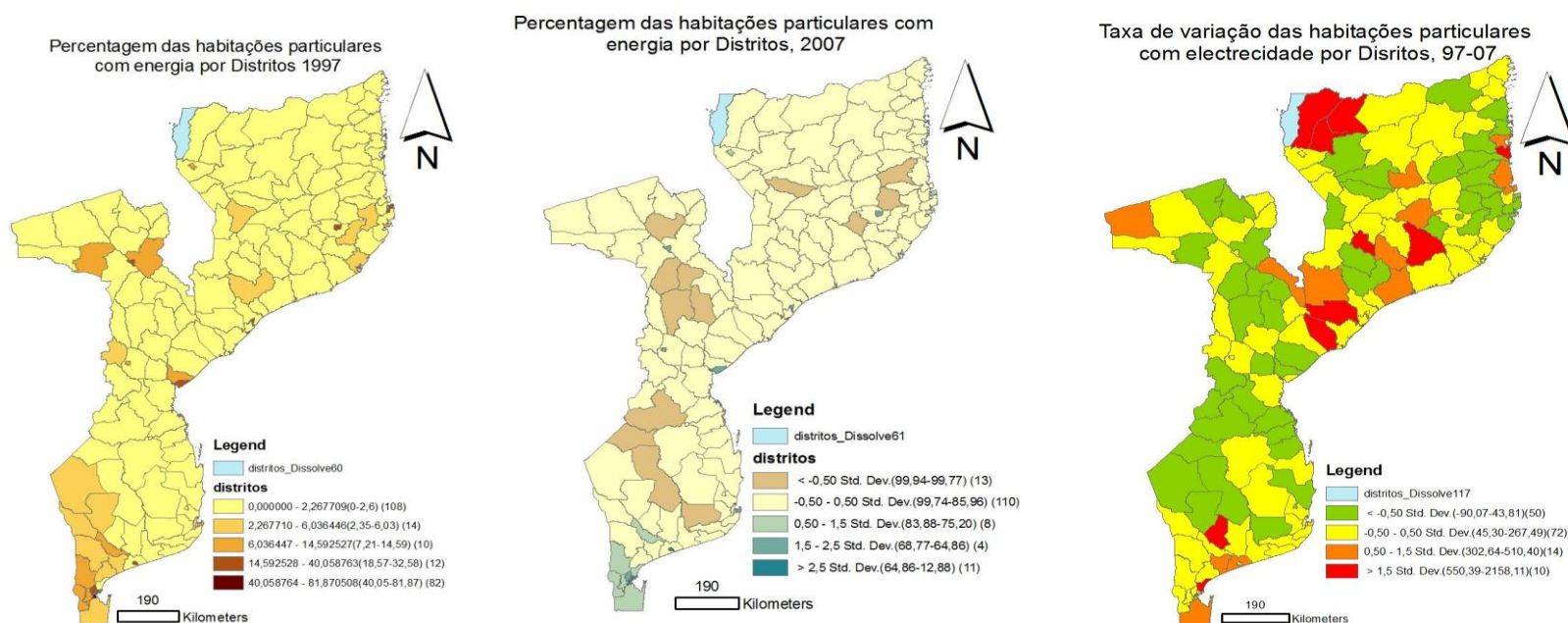
Taxa de variação das habitações segundo fonte de energia por Província, 97-07



Em Moçambique sòmente 9,9% das habitações particulares têm electricidade, em contrapartida a grande maioria (89,2%) não tem electricidade. As Províncias de Inhambane, Gaza, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade; mas as Províncias de Maputo, Tete, Manica, Niassa e cidade de Maputo, foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade.

Habitações particulares segundo a principal fonte de energia

% das habitações particulares com electricidade, por Distritos, 1997-2007

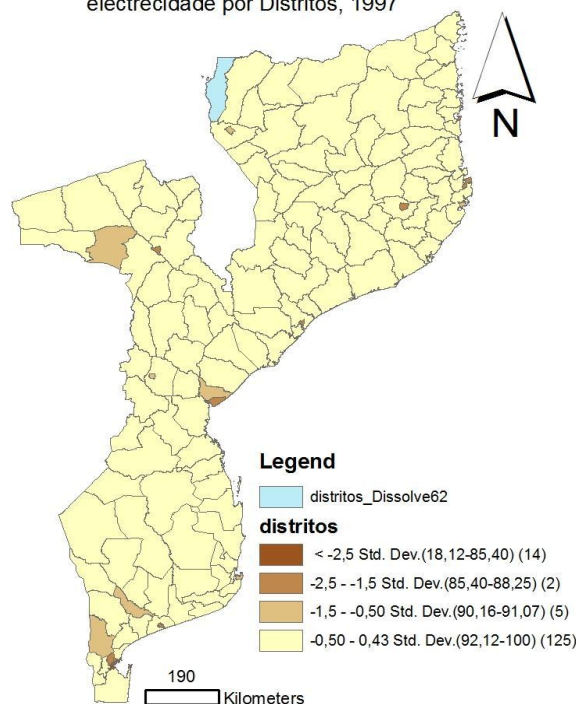


Apenas uma pequena parte das habitações particulares (9,9%), possuíam electricidade. Os Distritos de Chicualacuala, Guro, Machaze, Panda, Mabalane e Macossa foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; porém os Distritos de Gilé, Sanga, Mecufi, Marromeu, Marracuene e Namarroi foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações com electricidade no período 1997-2007.

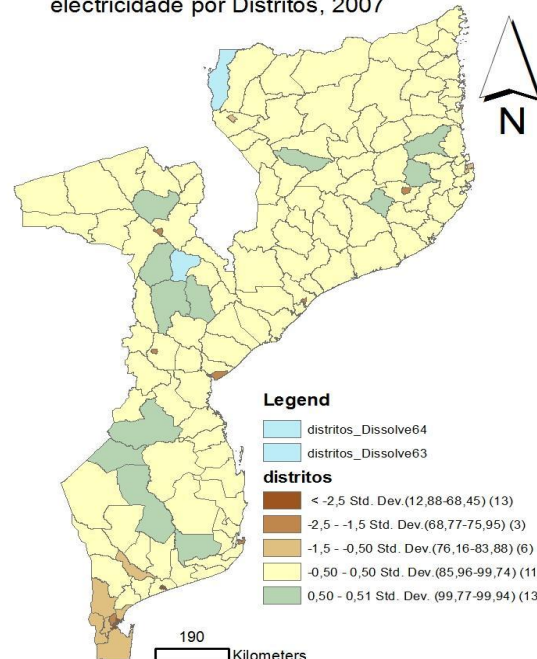
Habitações particulares segundo a principal fonte de energia

% das habitações particulares sem electricidade, por Distritos, 1997-2007

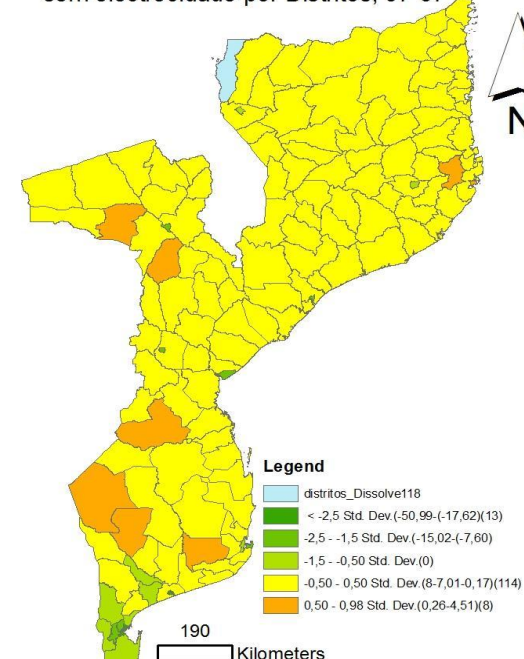
Percentagem das habitações particulares sem electricidade por Distritos, 1997



Percentagem das habitações particulares sem electricidade por Distritos, 2007



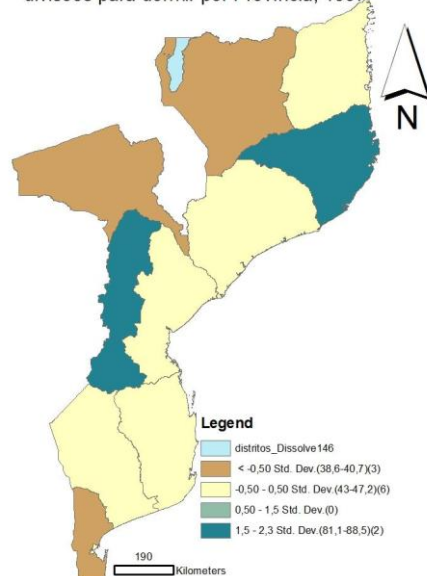
Taxa de variação das habitações particulares sem electricidade por Distritos, 97-07



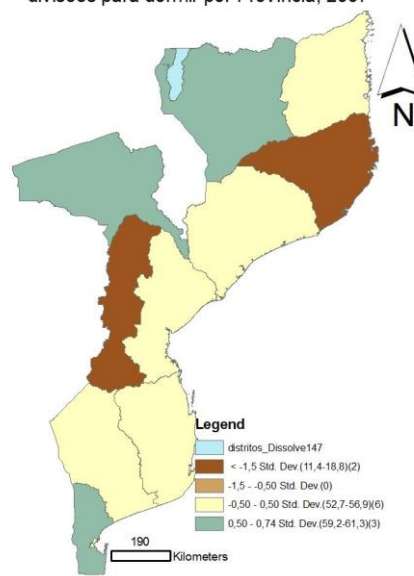
Em Moçambique 89,2% das habitações particulares não tem electricidade. Os Distritos urbanos nº 4, Distrito urbano nº 3, Distrito urbano nº5, Distrito urbano nº1, cidade de Xai-Xai, cidade da Matola e o Distrito urbano nº 2 foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade; contudo, os Distritos de Chicualacuala, cidade Ilha de Moçambique, Mabalane, Monapo, Panda, Guro e de Cahora-Bassa foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade de habitações sem electricidade no período 1997-2007.

Habitações particulares segundo o número divisões para dormir, por Províncias, 1997-2007

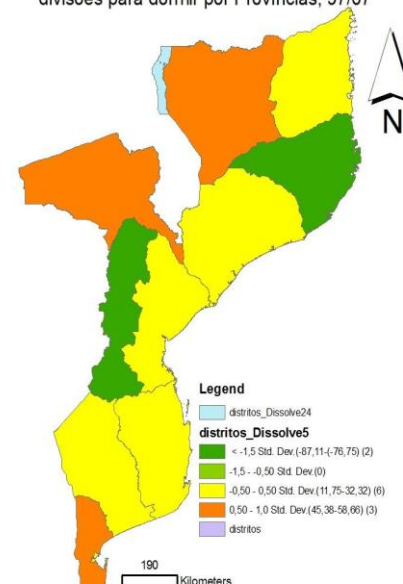
Percentagem das habitações particulares segundo divisões para dormir por Província, 1997



Percentagem das habitações particulares segundo divisões para dormir por Província, 2007



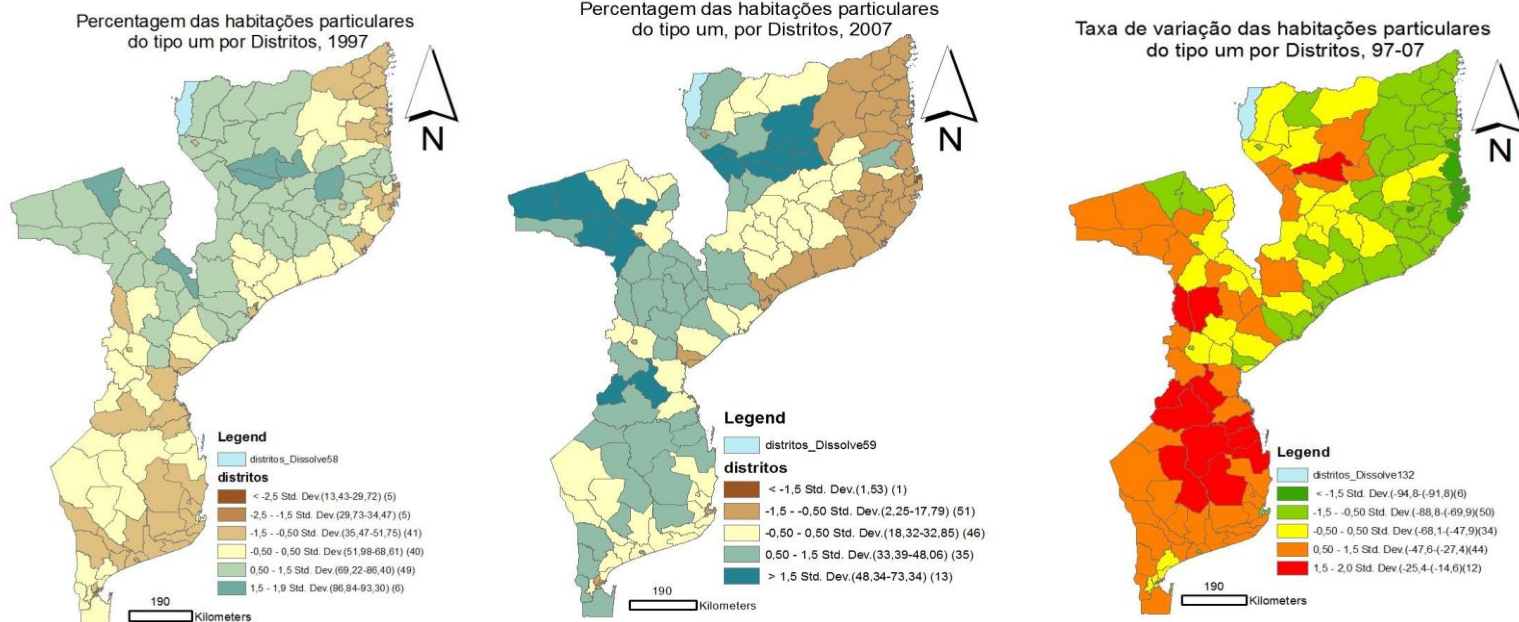
Taxa de variação das habitações particulares segundo divisões para dormir por Províncias, 97/07



A maior parte das habitações particulares em Moçambique apresentam divisões para dormir do tipo 2 que correspondem a 43,5%, seguido das do tipo três (32%), as de tipo um (29,1%) e por fim as do tipo quatro (25,2%). As Províncias de Nampula, Manica, Inhambane, Gaza foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade. Entretanto as Províncias de Maputo, Tete, Niassa e Maputo Cidade foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade.

Habitações particulares segundo o número divisões para dormir

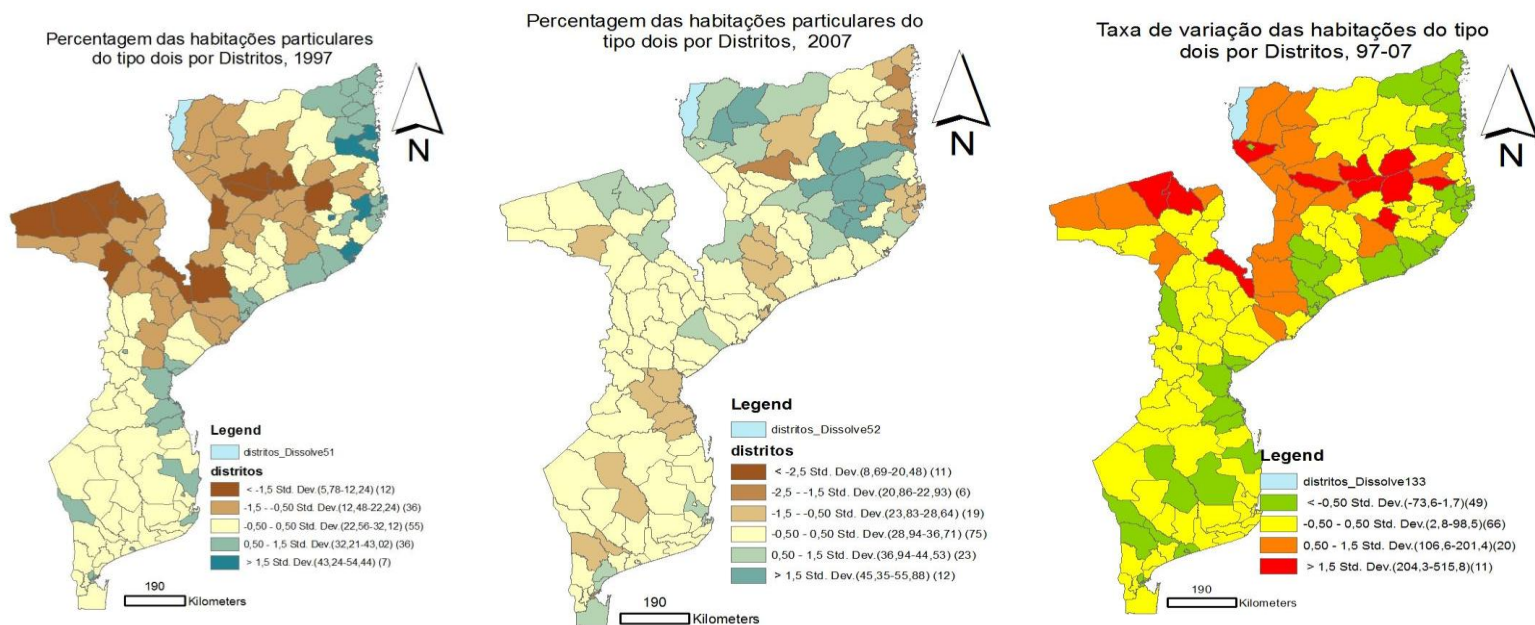
% das habitações do tipo um, por Distritos, 1997-2007



29,1% das habitações particulares são do tipo um. Os Distritos de Nacala-Porto, Nacala-a-velha, Memba, Mecufi e de Mossuril, foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade no tipo de habitação particular do tipo um, em contrapartida os Distritos de Funhalouro, Vilankulo, Macossa, Chibabava e de Maua foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares do tipo um no período 1997-2007.

Habitações particulares segundo o número divisões para dormir

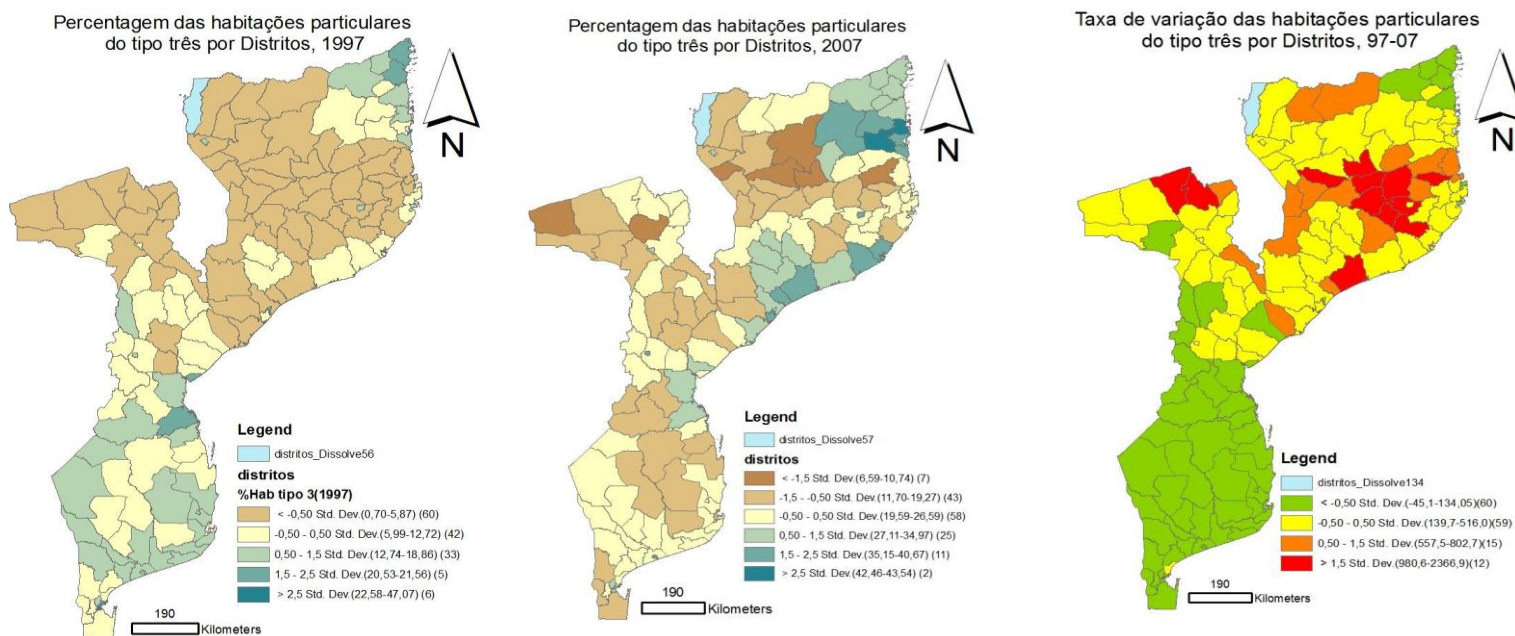
% das habitações do tipo dois, por Distritos, 1997-2007



29,1% das habitações particulares são do tipo dois. Os Distritos de Nacala-Porto, cidade de Pemba, Mecufi, Ibo e Cidade Ilha de Moçambique, foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade, em contrapartida os Distritos de Chifunde, Metrica, Nipepe, Mecuburi e de Lalaua foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares do tipo dois no período 1997-2007.

Habitações particulares segundo o número divisões para dormir

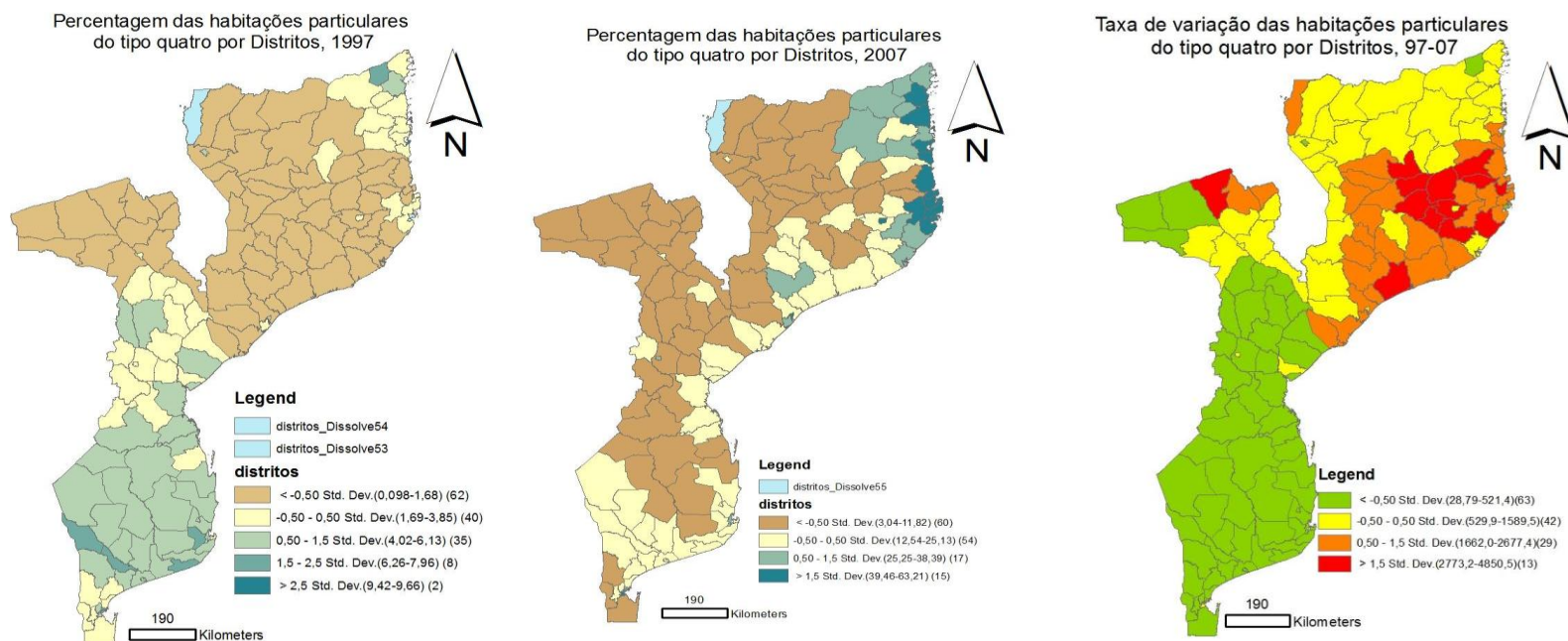
% das habitações do tipo três, por Distritos, 1997-2007



29,1% das habitações particulares são do tipo três. Os Distritos de cidade de Pemba, cidade Ilha de Moçambique, Distrito urbano nº 1, cidade de Quelimane, Distrito urbano nº 3 e Distrito urbano nº 2 foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares do tipo três, o mesmo não se verificou nos Distritos de Chifunde, Mecuburi, Murrupula, Metrica, Nacarua e de Lalaua que foram os mais heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares do tipo três no período 1997-2007.

Habitações particulares segundo o número divisões para dormir

% das habitações do tipo quatro, por Distritos, 1997-2007



Em Moçambique 29,1% das habitações particulares são do tipo quatro. Os Distritos de Macossa, Machaze, Barue, Funhalouro, Mabote e de Vilankulo foram os mais homogêneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares do tipo quatro, enquanto que os Distritos de Chifunde, Nacarua, Ribawe, Nipepe, Rapale-Nampula e de Murrupula formam os mais Heterogêneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares do tipo quatro no período 1997-2007.

CAPÍTULO V

5.1 Resultados e discussão

a) Relativamente à população

Quadro 3. Evolução da população de Moçambique, (1980 - 2007)

	1980	1997	2007	Variação 80/97	Variação 97/07
População	12.130.000	15.278.334	20.226.864	25,95	32,39
Homens	5.908.500	7.320.948	9.885.006	23,9	35,1
Mulheres	6.221.500	7.957.386	10.668.048	28	34

Fonte: INE, dados dos censos, 1980, 1997 e 2007

O Quadro 3 oferece os dados básicos dos últimos três censos realizados em Moçambique, nos anos 1980, 1997 e 2007. Estes evidenciam claramente que houve um crescimento da população e que existe um predomínio do sexo feminino em relação ao masculino. Embora prevaleçam no país elevados índices de mortalidade ligados às doenças endémicas, como a malária e a tuberculose, mortalidade associada ao vírus de imunodeficiência humana, elevada mortalidade materna, infantil e principalmente neonatal, a população continua a crescer. Este crescimento populacional pode ser o reflexo da elevada taxa de natalidade que caracteriza o país. Desde o censo de 1980, as províncias mais populosas são Zambézia, Nampula e, desde 2007, também a província de Sofala. Assim podemos perceber que durante este período as Províncias

menos populosas foram Maputo Província, Cidade de Maputo e Niassa e as Províncias mais populosas foram Nampula, Zambézia . (3º mapa, pagina 68 do atlas).

b) Relativamente à habitação

Quadro 4. Evolução das habitações particulares por tipo (1997-2007)

Tipo de habitação	1997 (%)	2007 (%)	Tx variação (%)
Moradia	8,9	1,6	-82
Flat	1,1	0,74	-32,7
Palhota	85,7	69,7	-18,6
Precária	2,7	0,5	-81,4

Fonte: INE, censos 1997 e 2007

Globalmente, tal como ilustra o Quadro 4, houve uma redução de todos os tipos de habitações particulares. Contudo, a palhota continua a ser o tipo de habitação particular mais prevalente. Podemos observar que Moçambique apresenta maioritariamente habitações particulares do tipo palhota (69,7%) seguidas das moradias (1,6%), apartamentos (0,74%) e, por fim, habitações precárias (0,53%).

As províncias de Inhambane, Gaza, Cabo-delgado foram as mais homogéneas nestas décadas, apresentando uma variabilidade baixa no tipo de habitações recenseadas; em contrapartida, as Províncias de Maputo Província, Manica, e Tete foram as mais heterogéneas, ao apresentarem uma grande variabilidade em alguns tipos de habitação. (3º mapa, pagina 69 do atlas).

Podemos fazer várias reflexões a partir destes dados. Veja-se o caso da reprodução de palhotas no entorno das cidades, que não indica apenas o substrato rural de boa parte da população, e com isto a manutenção, nas cidades, de habitações cujo padrão seria o tradicional, mas também e sobretudo a falta de acesso da maioria das pessoas a um tipo de construção digna.

As habitações particulares do tipo moradia representam 1,6%, encontrando-se em menor percentagem nos distritos de Jangamo, Erati, Muanza, Chinde, Pebane, Tsangano, e em maior percentagem nos distritos de Nipepe, Muidumbe, Cidade de Xai-Xai, Mopeia, Marracuene, e por fim no Distrito Urbano nº 4, (3º mapa, pagina 70 do atlas).

As habitações particulares do tipo flat ou apartamento registaram ao longo do período 1997-2007 menor variabilidade nos distritos de Cheringoma, Chigubo, Marromeu, Guro, Machanga, e uma maior predominância nos distritos de Cidade de Xai-Xai, Distrito Urbano nº 3, Navago, Distrito Urbano nº 4, Sanga e Inhassouro, (3º mapa, pagina 71 do atlas).

Relativamente às habitações particulares do tipo palhota é de destacar que os distritos que registaram menos habitações deste tipo de foram: os Distritos Urbanos nºs 1, 2, 5 e 4. Já os distritos que apresentaram maior registo deste tipo de habitações foram: Homoine, cidade de Maxixe e Jangamo, (3º mapa, pagina 72 do atlas).

As habitações particulares do tipo precário representam 0,53% em todo Moçambique. Os distritos onde menos podemos encontrar este tipo de habitações são: Pebane, cidade da Maxixe, Angoche, Inharrime e cidade de Chimoio, podemos encontrar com maior predominância nos distritos de: Marrupa, Caia, Palma, Tambara e Macomia, (3º mapa, página 73 do atlas).

O período 1977-1987 é considerado como uma fase de início da deterioração das cidades em Moçambique, durante a qual a organização da população para manter as cidades e educar os seus residentes para a vida urbana se foi debilitando. Assim, pouco a pouco, nas cidades especialmente de cimento, os prédios e as habitações arrendadas, conjuntamente com as avenidas, ruas, parques e serviços urbanos foram perdendo qualidade. A deterioração das condições deveu-se a diversos factores conjugados, tais como:

- As dificuldades em consolidar a nova política económica e social da ideologia socialista;
- A guerra, que conduziu a uma crise financeira e económica;
- Baixos salários, que não permitiram contribuição fiscal para a manutenção dos prédios e serviços;
- Fraca tradição urbana da maioria da população.

Quadro 5: Evolução das habitações particulares por regime de propriedade (1997-2007)

Regime de propriedade	1997 (%)	2007 (%)	Tx variação (%)
Alugada	3,1	3,6	16,1
Própria	93,2	92,3	-0,96
Cedida	3,5	2,8	-20

Fonte: INE, censos 1997 e 2007

No Quadro 5 podemos constatar que em Moçambique a maior parte da população vive em habitações próprias, seguida das habitações alugadas e por fim em habitações cedidas. As províncias de Nampula, Manica e Inhambane apresentaram ao longo do período 1997-2007 uma pequena variabilidade tornando-as as mais homogéneas comparativamente as províncias de Maputo cidade, Tete e Niassa, que foram as mais heterogéneas, apresentando uma grande variabilidade, (3º mapa, pagina 74 do atlas).

De salientar que os distritos que apresentaram menos habitações próprias são a Cidade de Quelimane, Distrito Urbano nº 3, Marracuene, Boane e o Distrito Urbano nº 4; os distritos com mais habitações próprias são os Distritos Urbanos nº1, Distrito Urbano nº 2, cidade Ilha de Moçambique, cidade da Beira e o distrito de Mecula, (3º mapa, pagina 75 do atlas).

Em Moçambique, no período 1997-2007, as habitações alugadas representavam 3,6%, tendo sido os distritos de Majune, Nipepe, Maua, Morrumbala, Chiúre, os que menos registaram este tipo de habitações. Situação diferente foi verificada nos distritos de Chigubo, cidade de Quelimane, Tambara, Massangena e distrito de Muecate, (3º mapa, pagina 76 do atlas).

As habitações cedidas representaram 2,7%, de referir que os distritos que menos habitações cedidas tiveram, foram: Morrumbala, Milange, Namarroi, Ile e Alto Molócue. Em contrapartida os distritos de Marracuene, Chemba, Tambara, cidade de Quelimane, Mocuba foram os que mais habitações cedidas apresentaram, (3º mapa, pagina 77 do atlas).

Quadro 6: Evolução das habitações particulares segundo a fonte de energia (1997-2007)

Fonte de energia	1997 (%)	2007 (%)	Taxa variação (%)
Habitação com electricidade	5,4	9,98	84,8
Habitação sem electricidade	94,2	89,2	-5,3

Fonte: INE, censos 1997 e 2007

O Quadro 6, mostra que embora a percentagem de habitações particulares com electricidade tenha aumentado, a maioria das habitações ainda não estão dotadas de energia eléctrica. O nível desta falta de assistência é maior no campo.

As províncias de Inhambane, Gaza, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, foram as que tiveram menor variabilidade em contrapartida as províncias de Maputo, Tete, Manica, Niassa e a cidade de Maputo, foram as que maior variabilidade apresentaram, (3º mapa, pagina 102 do atlas).

Os distritos de Chicualacuala, Guro, Machaze, Panda, Mabalane, Macossa foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações, em contrapartida os distritos de Gilé, Sanga, Mecufi, Marromeu,

Marracuene e Namarroi foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações com electricidade no período 1997-2007, (3º mapa, pagina 103 do atlas).

Os Distritos Urbanos nº 4, Distrito Urbano nº 3, Distrito Urbano nº5, Distrito Urbano nº1, Cidade de Xai-Xai, cidade da Matola, Distrito Urbano nº 2 foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares sem electricidade, em contrapartida os distritos de Chicualacuala, cidade Ilha de Moçambique, Mabalane, Monapo, Panda, Guro, Cahora-Bassa foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade de habitações sem electricidade no período, (3º mapa, pagina 104 do atlas).

Quadro 7: Evolução das habitações particulares segundo o tipo de cobertura (1997-2007)

Tipo de cobertura	1997 (%)	2007 (%)	Taxa variação(%)
Cimento	1,7	1,5	-11,7
Chapas de zinco	13,2	24	81,8
Capim/colmo	84,2	76	-9,7

Fonte: INE, censo 1997 e 2007

Os dados do Quadro 7 mostram que a maior parte das habitações particulares em Moçambique são cobertas com capim. Ao longo dos 10 anos de estudo, verificou-se um aumento considerável das coberturas com chapas de zinco, um decréscimo das coberturas em capim e uma estabilização da cobertura em cimento. As províncias de Inhambane,

Gaza, Cabo-Delgado foram as mais homogéneas ao longo deste período ao apresentarem pouca variabilidade; entretanto as províncias de Maputo, Tete, Manica foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variedade, (3º mapa, pagina 78 do atlas).

Os distritos de Macossa, Majune, Maravia, Marrupa e Mecula, foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações com cobertura de cimento. Os distritos de Rapale-Nampula, Muecate, Mossurize, Mogovolas, Erati, foram os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade na distribuição das habitações com cobertura de cimento, (3º mapa, pagina 79 do atlas).

O Distrito Urbano nº1, cidade de Xai-Xai, Chokwe, Manhiça, Distrito Urbano nº4, foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações com cobertura de Zinco. Contrariamente a estes distritos, os de Nipepe, Muidumbe, Macossa, Macanga, Chifunde foram ao longo deste período os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade nas habitações com este tipo de cobertura, (3º mapa, pagina 80 do atlas).

Os Distritos Urbanos nº 3, Distrito Urbanos nº 2, Distrito Urbano nº 5, cidade da Matola, Tete, foram aqueles que apresentam maior homogeneidade ou seja pouca variabilidade no tipo de habitação com cobertura de capim, entretanto os Distritos Urbano nº 1, Cidade de Xai-Xai, Manhiça, Chókwe, Chinde forma os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo cobertura nas suas habitações, (3º mapa, pagina 81 do atlas).

Quadro 8: Evolução das habitações particulares segundo o tipo de paredes (1997-2007)

Tipo de paredes	1997 (%)	2007 (%)	Taxa de variação (%)
Cimento	7,7	12,3	59,7
Tijolos	2,5	4,9	96
Madeira/Zinco	1,6	0,9	-99,4
Caniço	21,2	18,3	-13,6
Adobe	19,4	32	64,9
Paus Maticados	49,4	34,6	-29,9

Fonte: INE, censo 1997 e 2007

O Quadro 8 realça que em Moçambique os materiais de construção predominantes nas paredes são de paus maticados, seguidas das habitações com paredes de blocos de adobe. Verifica-se também um ligeiro aumento das paredes em cimento e em tijolos. As paredes em caniço embora tenham obedecido a uma redução ligeira, ainda têm uma prevalência importante. As províncias de Inhambane, Gaza, Cabo-Delgado e Nampula, foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade. Em contrapartida, Maputo Província, Tete, Manica, e Niassa, foram as mais Heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade, (3º mapa, pagina 82 do atlas).

Os Distritos de Moatize, Ancuabe, Cidade de Tete, Lugela Cidade da Ilha de Moçambique foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade em habitações com paredes em blocos de cimento, em contrapartida os distritos Muidumbe, Palma, Mocimba da Praia Namuno, Nipepe, foram os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variedade nas habitações com paredes de cimento, (3º mapa, pagina 83 do atlas).

Os Distritos de Majume, Mecufi, Rapale-Nampula, Moma, Palma, foram ao longo deste período os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações com paredes em blocos de tijolos. Situação contrária foi verificada nos distritos de Tambara, Chifunde, Morrumbala, Bárue, Chibabava, nos quais a variabilidade das habitações particulares com este tipo de paredes foi grande, (3º mapa, pagina 84 do atlas).

Os Distritos de Chemba, Lugela, Maua, Nipepe, Mabalane foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade no tipo de habitação particular com paredes de madeira e zinco. Entretanto os Distritos de Pemba, Cidade de Inhambane, Tambara, Muidumbe, Muanza foram os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de habitação particular, (3º mapa, pagina 85 do atlas).

Os Distritos Urbanos nº 4, Ibo, distrito nº3, Chicualacuala, Massangena, foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com paredes de caniço/paus, em contrapartida os distritos de Quissanga, Muidumbe, Cidade de Pemba, Muembe, Nangade, Mueda foram os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade nas habitações particulares com este tipo de paredes, (3º mapa, pagina 86 do atlas).

Os distritos de Massingir, Marracuene, cidade da Matola, Moamba, Distrito Urbano nº 4 foram ao longo deste período os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações com paredes de blocos de adobe. Situação oposta foi registada nos distritos do Ibo, Palma, Marávia, Muidumbe, Chigubo foram completamente heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade neste tipo de habitação, (3º mapa, pagina 87 do atlas).

Os distritos de Cidade de Lichinga, Distrito Urbano nº 3, Ile, Mamaroi, Alto Molócue, foram ao longo deste período os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de paredes em contrapartida o Distrito Urbano nº1, Xai-Xai, Chinde, Magude, Matutuine foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares com paredes de paus maticados, (3º mapa, pagina 88 do atlas).

A inacessibilidade ao crédito em Moçambique é uma infeliz realidade, que encontra uma relação directa com o uso da terra como contravalor para o acesso ao crédito. Várias questões em torno deste tema têm provocado debates, principalmente no âmbito de planeadores e instituições de crédito. Porem, estas discussões conduzem sempre a várias outras, relacionadas com a legislação em vigor sobre a terra.

Em Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada (art. 03º da lei das terras lei 19/97 de 01/10/97). Os titulares do DUAT (direito de uso e aproveitamento da terra) podem transmitir as infra-estruturas, construções e benfeitorias, mediante escritura pública precedida de autorização do estado (n.º2, art. 16º). No caso de prédios urbanos, com a transmissão do imóvel transmite-se também o DUAT (n.º4,art.16º).

Faz parte das políticas das instituições de crédito a concessão de empréstimos, mediante determinadas garantias de retorno. Por isso, o uso da terra como contravalor para acesso ao crédito em ambiente informal ("assentamentos informais") tem sido uma tarefa difícil, pois a única garantia legal possível são as construções, se acompanhadas de documentos também legais e necessários em caso de hipoteca. No caso dos assentamentos informais esses documentos estão fortemente dependentes de um reconhecimento de tal construção por parte das autoridades municipais e também da ocupação da terra reconhecida e acompanhada de direito de uso e aproveitamento da terra emitido pelos órgãos de tutela. Por sua vez, no caso dos municípios, e segundo o art.23º da lei de terras, compete aos presidentes dos Conselhos Municipais autorizar pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização desde que possuam serviços públicos de cadastro.

Quadro 9: Evolução das habitações particulares segundo o tipo de pavimento (1997-2007)

Tipo de Pavimento	1997(%)	2007 (%)	Taxa de variação (%)
Parquet	1,3	1,1	-15,3
Cimento	13,1	1,06	-91,9
Adobe	18,2	1,06	-94,1
Terra batida	69,7	23,3	-66,5

Fonte: INE, censo 1997 e 2007

O Quadro 9, esclarece que em Moçambique, a maior parte das habitações apresentam um pavimento feito de adobe seguidas das que tem pavimento de parquet. Uma menor percentagem de habitações apresenta pavimento de cimento e por último as habitações que apresentam o pavimento feito de terra batida. As Províncias de Cabo-Delgado, Nampula e Gaza, foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade contrariamente as Províncias de Maputo Província, Tete e Manica foram as mais heterogéneas ao apresentarem grande variabilidade, (3º mapa, pagina 89 do atlas).

Os distritos de Funhalouro, Majune, Maringue, Maua, Mecula foram ao longo deste período os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade neste tipo de habitação. Situação contrária foi verificada nos Distritos de Nipepe, Inhassunge, Murrupula, Lalaua e Milange que foram mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade no tipo de pavimento de cimento, (3º mapa, pagina 90 do atlas).

Os Distritos Urbanos nº1, Matola, Distrito Urbano nº 2, Distrito Urbano nº5, Cidade da Matola e Cidade da Beira foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade no pavimento de parquet. Entretanto os Distritos de Mogovolas, Memba, Moma, Balama e Erati foram ao longo deste período os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de pavimento, (3º mapa, pagina 91 do atlas).

Os distritos de Metrica, Govuro, Machanga, Cheringoma e Macanga foram os mais homogéneos ao longo deste período ao apresentarem pouca variabilidade no tipo de pavimento de adobe. Em contrapartida os distritos de Meluco, Muindumbe, Distrito Urbano nº2, Distrito Urbano nº 3 e Distritos Urbanos nº5, foram os mais heterogéneos ao apresentarem uma grande variabilidade neste tipo de pavimento, (3º mapa, pagina 92 do atlas).

Os Distritos de Macossa, Ibo, Jangamo, Homoine e Morrumbene, foram os mais homogéneos ao longo deste período ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com pavimento de terra batida. Em contrapartida os Distritos Urbano nº 1, Ngauma, Distrito Urbano nº2, Distrito Urbano nº5 e Macanga foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares com pavimento de terra batida, (3º mapa, pagina 93 do atlas).

Quadro 10: Evolução das habitações particulares por tipo de saneamento (1997-2007)

Tipo de saneamento	1997 (%)	2007 (%)	Taxa de variação (%)
Retrete com autoclismo	2,3	3,2	39,1
Retrete sem autoclismo	1,1	6,6	500
Com latrina	31,8	5,9	-81,4

Fonte: INE, censo 1997 e 2007

O Quadro 10 mostra o resultado dos censos 1997-2007, no que diz respeito aos serviços básicos e de saneamento. A maior parte da população moçambicana vive em habitações particulares com retretes sem autoclismo correspondendo a 6,6% seguida da que vive em habitações particulares que só tem latrina correspondendo a 5,9%, uma minoria da população em Moçambique vive em habitações particulares com retrete com autoclismo que corresponde a 3,2%. As Províncias de Inhambane, Gaza e Cabo-Delgado foram ao longo deste período as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade, entretanto as Províncias de Maputo Província, Tete e Manica foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade. Em cidades com grandes concentrações populacionais, este fenómeno resulta em graves problemas de saúde pública (3º mapa, pagina 94 do Atlas).

Uma minoria da população em Moçambique vive em habitações particulares com retrete com autoclismo que correspondem a 3,2%. Os Distritos de Machanga, Ibo, Maringue, Nhamatanda e Cidade de Quelimane, foram os distritos mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com retrete com autoclismo, situação contrária foi verificada nos Distritos de Muembe Mavago, Nangade Massingir e Ngauma foram ao

longo deste período as mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade de habitações particulares com retretes com autoclismo, (3º mapa, pagina 95 do atlas).

Segundo os últimos censos realizados em Moçambique 5,9% das habitações particulares só têm latrina. Os Distritos Urbanos nº1, Cidade de Quelimane, Distrito Urbano nº4, Cidade da Beira, Distrito Urbano nº 3, Distrito Urbano nº5 foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas habitações particulares com latrina, em contrapartida os Distritos de Inhassunge, Namacurra, Chinde, Machaze, Chemba, Majune foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares com latrina no período 1997-2007, (3º mapa, pagina 96 do atlas).

Um dos maiores indícios da deterioração do ambiente urbano consistiu na redução da oferta e da qualidade dos serviços, principalmente do abastecimento de água, recolha de lixo, entre outros, mais tarde acrescidos de dificuldades no domínio dos transportes e da crise económica e social que se abateu sobre o país, com reflexos graves nos meios urbanos. O governo central inicia uma mudança radical formalizada em 1987, com a introdução do programa de reabilitação económica (PRE). Iniciam-se nas cidades, em particular em Maputo, processos económicos e sociais que conduziram, primeiro, a uma intensificação da deterioração da cidade e mais tarde, ao início de uma recuperação lenta. O incremento da população nas zonas urbanas, provocado pela guerra, permitiu a criação de novas zonas de assentamento, que na sua maioria foram efectuados em áreas pantanosas, de declives, áridas e degradadas.

Quadro 11: Evolução das habitações particulares segundo a fonte de água (1997-2007)

Principal fonte de água	1997 (%)	2007 (%)	Taxa de variação (%)
Água canalizada dentro de casa	2,6	2,7	3,8
Fora de casa	6,5	11,2	72,3
Água do lago	58,2	23,4	-59,7
Água do poço	17,4	64	267,8

Fonte: INE, censo 1997 e 2007

O Quadro 11 mostra o resultado dos censos 1997-2007, no que diz respeito a principal fonte de água das populações que vivem nas habitações particulares. A maior parte da população moçambicana consome água adquirida em poço correspondendo a 64% seguida das que vivem em habitações particulares que consomem água adquirida no lago correspondendo a 23,4% uma minoria da população em Moçambique consome água canalizada dentro de casa que corresponde a 2,7%. Eis um grande problema para o trato com questões sanitárias e de saúde pública no país.

As Províncias de Nampula, Manica, Inhambane, Gaza foram as que ao longo deste período as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade, entretanto as Províncias de Tete, Maputo província, Niassa, cidade de Maputo foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade, (3º mapa, pagina 97 do atlas).

Em Moçambique, 11,2% das habitações particulares usam água de fontenárias fora de casa. Os Distritos de Mavango, Tambara, Nhamatanda, Homoine, Chiúta e de Chicualacuala foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas casas com água em fontenárias fora de casa. Em contrapartida os distritos de Massangena, Malema, Marromeu, Massingir, Mecula e de Matutuine foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações que usam água em fontenárias fora de casa, (3º mapa, pagina 99 do atlas).

Com base no Quadro 11, podemos perceber que 23,4% das habitações particulares consomem água do lago. Os Distritos Urbanos nº 2, Distrito Urbano nº5, Marracuene, Distrito Urbano nº4, Marromeu e Matutuine foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade nas casas particulares que consomem água do lago, em contrapartida os distritos do Ibo, Distrito Urbano nº 1, cidade de Quelimane, cidade da Beira, Mogovolas e o Distrito Urbano nº3 foram os mais homogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares que consomem água do lago, (3º mapa, pagina 100 do atlas).

Segundo os últimos dois censos realizados em Moçambique, a maior parte das habitações particulares são servidas por água do poço (64%). Os Distritos Urbanos nº1, Distrito Urbano nº 4, Distrito Urbano nº 3, cidade de Pemba e cidade de Xai-Xai foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; entretanto os distritos de Metrica, Barue, Zumbu, Mossurize, Lago, Gorongosa foram os distritos mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares servidas por água do poço, (3º mapa, pagina 101 do atlas).

Quadro 12: Evolução das habitações particulares por nº divisões para dormir (1997-2007)

Divisões para dormir	1997 (%)	2007 (%)	Taxa variação (%)
tipo 1	61,1	29,1	-52,3
Tipo 2	28,9	43,5	50,5
Tipo 3	9,18	32	248,5
Tipo 4	2,56	25,5	996

Fonte: INE, censo 1997 e 2007

Ao longo dos últimos anos verificou-se uma inversão no predomínio do número de divisões para dormir nas habitações particulares em Moçambique (Quadro 12). Em 1997 a maioria das habitações particulares era dotada de apenas uma divisão para dormir e em 2007 só cerca ¼ das habitações particulares tinham apenas uma divisão para dormir. As Províncias de Nampula, Manica, Inhambane, Gaza foram as mais homogéneas ao apresentarem pouca variabilidade. Entretanto as Províncias de Maputo, Tete, Niassa, Maputo cidade foram as mais heterogéneas ao apresentarem uma grande variabilidade, (3º mapa, pagina 105 do atlas).

Em relação às habitações particulares do tipo um, verificou-se que os distritos de Nacala-Porto, Nacala-a-velha, Memba, Mecufi, Mossuril, foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; em contrapartida os

distritos de Funhalouro, Vilankulo, Macossa, Chibabava, Maua formam os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade, (3º mapa, pagina 106 do atlas).

Em relação às habitações particulares do tipo dois, os distritos de Nacala-Porto, Cidade de Pemba, Mecufi, Ibo, Cidade Ilha de Moçambique, foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; em contrapartida os distritos de Chifunde, Metrica, Nipepe, Mecuburi Lalaua foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade, (3º mapa, pagina 107 do atlas).

Relativamente às habitações particulares do tipo três os distritos de cidade de Pemba, Cidade Ilha de Moçambique, Distrito Urbano nº 1, cidade de Quelimane, Distrito Urbano nº3, Distritos Urbanos nº 2 foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; o mesmo não se verificou aos distritos de Chifunde, Mecuburi, Murrupula, Metrica, Nacarua, Lalaua que foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade nas habitações particulares do tipo três, (3º mapa, pagina 108 do atlas).

Em relação às habitações particulares do tipo quatro, os distritos de Macossa, Machaze, Barue, Funhalouro, Mabote, Vilankulo foram os mais homogéneos ao apresentarem pouca variabilidade; em contrapartida os distritos de Chifunde, Nacarua, Ribawe, Nipepe, Rapale-Nampula, Murrupula foram os mais heterogéneos ao apresentarem grande variabilidade, (3º mapa, pagina 109 do atlas).

5.1.2. DISCUSSÃO

Discussão/conclusão

Pretende-se neste ponto apresentar em termos genéricos os indicadores conhecidos e estudados sobre Moçambique, situando-os a nível mundial. Para tal efeito recorreremos a uma pesquisa bibliográfica sobre sites de organizações internacionais credíveis, na busca da informação referente a 2 países (Portugal e África do Sul). O primeiro por ser o país onde nos encontramos a frequentar o Curso; o segundo por ser um país africano onde os censos da população e habitação têm ocorrido com alguma regularidade, à semelhança do que neste momento ocorre em Moçambique, bem como por se tratar de um Estado vizinho, com o qual continuam a existir contactos privilegiados, designadamente em termos de mobilidade humana.

Os censos populacionais são relativamente escassos em África comparativamente aos países mais desenvolvidos. Várias razões concorrem para explicar esse facto, tais como: os custos elevados, a instabilidade política e a dificuldade na organização. Não obstante as dificuldades, em Moçambique desde 1950 foram realizados 10 censos gerais de população.

Os últimos três realizados em Moçambique nos anos 1980, 1997 e 2007, evidenciaram claramente que houve um crescimento da população, predominando o sexo feminino em relação ao masculino, talvez devido à pressão emigratória. Ao longo desses anos, como no passado recente, verifica-se que as províncias mais populosas são a Zambézia, Nampula e desde 2007, também a província de Sofala. Pelo contrário, as províncias menos populosas são Maputo província, Cidade de Maputo e Niassa.

O aumento populacional é um fenómeno que se verifica na maior parte dos países africanos, onde prevalecem elevadas taxas de natalidade, mau grado os níveis ainda altos ou médios da mortalidade e uma esperança de vida pouco elevada. Por exemplo, a África do Sul registou nos últimos 9 anos um aumento de 5.631.468 habitantes, ao passar de 43.421.021 em 2000 para 49.052.489 habitantes no ano 2009, sendo a proporção de homens para mulheres equivalente. Em Portugal, verificou-se também um aumento da população (de 659.692 habitantes) nos últimos 9 anos, passando de 10.048.232 habitantes em 2000 para 10.707.924 em 2009. A proporção de homens para mulheres é equivalente (*Índex Mundi*). De salientar que a população da África do Sul é o dobro da população de Moçambique e a população de Moçambique o dobro da população portuguesa. Contudo a relação homem/ mulher é maior em Moçambique comparativamente aos outros dois países.

Relativamente à habitação, dados recentes indicam que na década de 2000 foram realizados em África 33 censos, na Ásia 37, na América do norte 34, na América do Sul 12, na Europa 33 e 24 censos na Oceânia (*United Nations Demographic Yearbook System, 2003*)

Em Moçambique, a componente habitacional foi pela primeira vez estudada no censo de 1997, razão pela qual não existem dados que permitam comparações anteriores a este censo.

O INE de Moçambique classifica as habitações em dois tipos: habitações particulares, habitações colectivas. Os censos de 1997 e de 2007 permitiram saber que no país a maior parte da população vive em habitações particulares, razão pela qual o nosso estudo apenas incidiu sobre este tipo de habitação.

Verificamos que as habitações particulares do tipo palhota são as predominantes e os dados dos censos revelaram que nelas vive cerca de 70% da população moçambicana.

Em Moçambique os materiais de construção maioritariamente usados nas paredes correspondem aos geralmente utilizados na construção de palhotas e habitações informais. Ou seja, 34,6% das habitações têm paredes de paus maticados, seguidas das habitações com paredes de blocos de adobe com 32%. De salientar que não temos disponível informação sobre a África do Sul ou Portugal acerca desta matéria. O mesmo sucede relativamente ao pavimento, que em Moçambique é sobretudo de terra batida.

De acordo com os nossos dados verificou-se um aumento significativo do número de divisões para dormir nos últimos 10 anos. Em 1997 cerca de 2/3 das habitações particulares tinham apenas uma divisão para esse efeito e em 2007 verificou-se um decréscimo de habitações com apenas uma divisão para dormir. Também não obtivemos informação para a África do sul e Portugal sobre esta matéria.

O desenvolvimento do sector de energia eléctrica em África é um pré-requisito para o crescimento de outros sectores. O fornecimento regular de energia é um dos pressupostos para atrair investimento estrangeiro e empresas internacionais para estabelecer operações em África. A imprevisibilidade do fornecimento de energia em muitos países africanos é um dos principais obstáculos ao crescimento económico. Infelizmente, uma combinação de secas,

guerras e envelhecimento de equipamentos tem contribuído para um fornecimento de electricidade irregular e escasso em muitos países desse continente.

Os nossos dados comprovam que a maior parte (89,2%) das habitações particulares não têm acesso a electricidade. Enquanto a África do Sul e Egipto têm os níveis mais altos de electrificação do continente, cerca de 70%, a média para a região da SADC é de apenas 20%. Os governos em África estão começando a encarar o fornecimento de electricidade, como parte de sua responsabilidade junto aos serviços básicos, à semelhança do saneamento e fornecimento de água potável. Na África do Sul o governo introduziu uma política de energia gratuita, até um certo número de unidades, destinadas a produzir electricidade a preços acessíveis para todos. A rede eléctrica da África do sul é feita de mais de 300.000 quilómetros de linhas de alta tensão, 27000 quilómetros das quais constituem a grelha de transmissão nacional, de destacar que o programa de electrificação massivo do país começou em 1991 e já viu quase 3,5 milhões de casas electrificadas. O governo procura atingir acesso universal à electricidade em 2012. (www.southafrica.info). Em Moçambique a electrificação de todos os distritos faz parte do plano quinquenal do governo, 2010-2014 (*Plano Quinquenal do Governo 2010 -2014*, pag 10).

O saneamento básico do meio ambiente devia ser um bem essencial e básico à saúde da população, não só em África, mas em todo o Mundo, mas tal ainda não é infelizmente uma realidade. A maior parte das habitações particulares de Moçambique são servidas por água do poço (64%); 23,4% são servidas por água do lago; 11,2% por água de fontenários e apenas 2,7% das habitações particulares têm água canalizada. Contrariamente, na África do Sul, embora um número estimado em 4,3 milhões de habitações ainda não contem com serviços de água, a maior

parte das habitações têm acesso a água canalizada (74,4%), entretanto a procura da água doméstica na África do Sul é projectada para aumentar de 11% do total em 1996, para 23% do total no ano 2030, um aumento de mais de 200%. Estima-se que vinte e três milhões de pessoas (51% da população) recebam um subsídio de água livre de base de seis quilómetros cada mês. (*República da África do Sul*, 2001).

A África do Sul tem feito grandes progressos na prova de habitação e serviços básicos, como electricidade e água. Apesar de não atingir sua meta de 350 mil casas por ano, o governo diz que a sua entrega habitacional supera Estados líderes mundiais, como Suécia, Cuba e Singapura. No entanto, ainda há muito a ser feito para superar o atraso e dotar toda a habitação com água e electricidade disponível e acessível (*República da África do Sul*, 2001).

Em Portugal 76,1% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais e 63,9% com estações de tratamento de águas residuais o que significa que 36,1% dos residentes em Portugal não são servidos por estações de tratamento de águas residuais¹.

Em relação a evacuação de excretas, verificamos que só 6,6% das habitações particulares em Moçambique tem retrete sem autoclismo. Entretanto na África do Sul 7,7% da população usa o balde higiénico ou pratica fecalismo a céu aberto. (www.Southafrica.info).

¹ Veja o slide da escola secundária de Seia sobre saneamento básico em Portugal.

6. Recomendação Final

O estudo que agora termina procura colmatar uma lacuna na informação disponível sobre as características e condições de habitabilidade em Moçambique. Pela primeira vez foi caracterizada a Habitação até ao nível do distrito. Achamos importante que se produzam mapas similares sobre habitação, específicos para cada província e distrito. Deve ser uma preocupação do governo melhorar o nível social das habitações particulares e identificar os locais que merecem acções imediatas.

População

Na definição de políticas e estratégia de habitação, saneamento, infra-estruturas é importante que o governo tome em consideração que nos últimos censos as Províncias mais populosas foram Nampula, Zambézia e as menos populosas Maputo Província, Cidade de Maputo e Niassa.

Habitação

O sector de construção e habitação em Moçambique encontra-se neste momento a atravessar um momento impar e está sendo debatida a política e estratégia de habitação, que defende como principal objectivo:

- ✓ Facilitar a provisão de habitação adequada (durável, confortável, salubre), e um ambiente de vida são, a um custo acessível a todos os grupos sócio económicos promovendo assentamentos humanos sustentáveis.

Nessa ordem de ideias, recomenda-se que se tenha em consideração que:

Apesar da maior parte da população viver em habitações próprias, elas são na sua maioria palhotas; apesar de terem aumentado as habitações com electricidade, a grande maioria ainda não está dotada de energia eléctrica.

Um elemento preocupante que queremos sublinhar é que a maior parte destas habitações particulares tem cobertura com capim. Nelas os materiais de construção predominantes nas paredes são paus maticados. A maior apresenta pavimentos feitos de adobe, com serviços básicos e de saneamento quase inexistentes, pelo que a maior parte da população faz o fecalismo a céu aberto e vive em habitações particulares com retretes sem autoclismo. A maior parte da população tem a água dos poços a principal fonte de água.

Perante um cenário tão difícil recomenda-se como forma de ultrapassar este problema um desafio, que passa por um processo de participação com vista à uma gestão da terra sustentável, acompanhada de fornecimento de serviços básicos nos assentamentos informais. Nesse processo deverão estar envolvidas equipas interdisciplinares e diversos parceiros, onde cumpre destacar o governo/Estado, as comunidades locais, o sector privado e a sociedade civil. Acreditamos que todos juntos eles poderão tomar decisões que vão de encontro às necessidades dos cidadãos, adoptando uma estratégia de implementação que siga as seguintes linhas:

1. Promoção da habitação nas zonas rurais e urbanas:

- Para garantir o acesso e posse segura de terra infra-estruturas
- Garantir terra infra-estruturas para a construção de habitação
- Regularizar a posse da terra dos assentamentos existentes que não estão juridicamente legalizados

- Criar e aperfeiçoar sistemas de informação ao nível das autarquias e órgãos locais
- Elaborar planos de ordenamento territorial, incluindo nestes uma estratégia de acesso à terra e regularização
- Melhorar a fiscalização do uso e aproveitamento do solo
- Assegurar o acesso à habitação adequada garantindo segurança, durabilidade, estética, conforto e salubridade

2. Melhoramento de assentamentos humanos:

- Assegurar a provisão de infra-estrutura mínima (água, energia, saneamento e vias de acesso) nos novos assentamentos humanos
- Garantir a posse segura de terra

3. Financiamento:

Promover e incentivar às instituições públicas e privadas para financiamento e produção de habitação com segurança jurídica

4. Desenvolvimento institucional:

- Desenvolver estudos e capacitar os diversos actores envolvidos nos processos de habitação
- Criar um Quadro institucional e técnico capaz de implementar a política e estratégia de habitação, que articula todos os programas de promoção de habitação desde o nível central, provincial e distrital.

Esperamos com este trabalho ter contribuído para um melhor conhecimento sobre o perfil do parque habitacional de Moçambique, e que este conhecimento possa ajudar no apoio à tomada de decisão por parte dos responsáveis políticos pelo sector da habitação. Lembre-se, no entanto, que este sector se alarga em termos de intervenção a muitas outras áreas (urbanismo, economia, administração interna, segurança...) e que todas elas se devem articular num único objectivo: o de garantir população moçambicana uma gradual melhoria das condições de existência e nível de bem-estar social.

7. Bibliografia

1. Cowen, D. (1988). GIS versus CAD versus DBMS: What are the Differences Photogrammetric Engineering and Remote Sensing, 54: 1551-1554.
2. Gaspar Joaquim (2004). Dicionário de Ciências Cartográficas, 72.
3. International cartographic association (1973). Multilingual Dictionary of Technical Terms in Cartography. Wiesbaden, Germany, 573.
4. Instituto Nacional de Moçambique (1999). *Recenseamento realizado no período colonial (1928-1970)*
5. Larcher J. V. M. (2005). Directrizes visando a melhoria de projectos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo curso de Pós-Graduação em Construção Civil, do Sector de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná.
6. OPAS (2004). Saúde nas Américas
7. Painho e Curvelo (2009). Definição do campo da ciência da informação geográfica. Unidade de aprendizagem 1. Mestrado em ciências & sistemas de informação geográfica. ISEGI
8. Puebla Javier, Gould Michael. SIG: Sistemas de Informação Geográfica, pag 14.
9. Smiler e Nhate (2005). Pobreza e bem-estar em Moçambique: Segunda avaliação nacional (2002-2003). Documento de discussão E20. Junho 2005. Maputo.
10. ESA/STAT/AC.91/7. United Nations Demographic Yearbook System, November 2003

11. INE (2007). População do País segundo os Censos de 1980 e 1997
12. INE (2007). Base de dados do Censo 2007
13. INE (2007). Resultados preliminares do Censo 2007
14. INE (2007). Resultados definitivos do censo 2007
15. International cartographic association (1973). Multilingual Dictionary of Technical Terms in Cartography. Wiesbaden, Germany, 573.
16. Instituto Nacional de Moçambique (1999). *Recenseamento realizado no período colonial (1928-1970)*
17. Departamento de assuntos ambientais e turismo, Social Environment: Impactos sociais do meio ambiente:#1, Africa do sul, 1999 (Disponível em: <http://translate.google.pt/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.environment.gov.za/soer/nsoer/Issues/social/impact.htm> acedido em 19 de Maio 2010
18. Comotudofunciona, A importância do censo 2010 (disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/censo-eua2.htm> acedido em 15 de Maio 2010
19. Instituto Brasileiro de geografia e estatística, O censo tem história, 2000 (disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/censo2k/historia.html> acedido em 20 de Maio 2009
20. Instituto nacional de estatística de Moçambique, História dos censos realizados em Moçambique, 1999 (disponível em: http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/pais3 acedido em 22 de Maio 2009
21. Instituto nacional de estatística de Moçambique, resultados dos censos 1997 (disponível em: <http://www.ine.gov.mz/censo2007/censo2007/realizador> a cedido em 20 de Maio de 2009
22. Instituto nacional de estatística de Moçambique, resultados dos censos 1997 (disponível em: <http://www.ine.gov.mz/censo2007/c8097> acedido em 23 de Maio de 2009

23. Instituto nacional de estatística de Moçambique resultados dos censos 1980, 1997 (disponível em: <http://196.22.54.6/pxweb2007/Database/Census2007/01/01.asp> acedido em 17 de Maio de 2009
24. Eduardo Frigoletto de Menezes, A geografia em primeiro lugar, Países desenvolvidos e países sub desenvolvidos, 2010 (disponível em: www.algosobre.com.br/geografia/urbanizacao-em-paises-desenvolvidos-e-sub-desenvolvidos.html acedido em 25 abril de 2010
25. Lisiane Ilha librelotto, O custo global da habitação, 1997 (disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0231.PDF acedido em 25 de Maio de 2010.